

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília

THAÍS CAROLINE LACERDA MATTOS

**AS DISPUTAS HEGEMÔNICAS ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA E A
CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL**

Marília – SP

2016

THAÍS CAROLINE LACERDA MATTOS

**AS DISPUTAS HEGEMÔNICAS ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA E A
CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL**

Dissertação apresentada para a obtenção do Título de Mestra em Ciências Sociais, na Linha de Relações Internacionais e Desenvolvimento, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Marília.

Orientador: Prof. Dr. Tullo Vigevani

Marília – SP

2016

Mattos, Thaís Caroline Lacerda.

M444d As disputas hegemônicas entre Estados Unidos e China e a construção de uma nova ordem mundial / Thaís Caroline Lacerda Mattos. – Marília, 2016.

139 f.; 30 cm.

Orientador: Tullo Vigevani.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016.

Bibliografia: f. 128-139

1. Estados Unidos – Relações exteriores. 2. China – Relações exteriores. 3. Hegemonia – Pacífico, Oceano. 4. Geopolítica. I. Título.

CDD 327.73051

**AS DISPUTAS HEGEMÔNICAS ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA E A
CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL**

THAÍS CAROLINE LACERDA MATTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista/UNESP – Campus Marília, como requisito para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tullo Vigevani (Coordenador)

Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires (Universidade Estadual Paulista – UNESP)

Prof. Dr. Gustavo Enrique Santillán (Universidade Nacional de Córdoba – UNC)

Arguidor Convidado

Prof. Dr. André Luis Scantimburgo

SUPLENTE

Prof. Dr. Luis Antonio Paulino (Universidade Estadual Paulista - UNESP)

Marília, 28 de novembro de 2016.

AGRADECIMENTOS

A obtenção do título de Mestre não seria possível sem os constantes intercâmbios de conhecimentos e experiências obtidas pelo contato diário com o pessoal do ambiente universitário – sejam profissionais do quadro docente, de funcionários que permitem o acontecimento de inúmeras atividades e projetos que ocorrem na instituição, ou de colegas discentes – mas também naqueles onde essas trocas também acontecem, como nos congressos e seminários (nacionais e internacionais), onde pude agregar em minha vida acadêmica não somente novas perspectivas teóricas, como também novos amigos. Fundamental também foi o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que tornou possível o desenvolvimento da pesquisa “A Disputa Hegemônica entre Estados Unidos e China no Alvorecer do Século XXI”, a qual resultou a presente dissertação, por meio da concessão da Bolsa de Mestrado (Processo: 2014-15993-8) no período de 24 meses. Foi um importante auxílio que viabilizou a maior fluência da minha atividade em pesquisa na pós-graduação. Por isso tudo, meus agradecimentos.

É necessário também que eu agradeça à minha amada família, por renovarem as minhas forças sempre quando precisei e pelo incentivo constante, em especial, à minha mãe Antônia Lacerda e ao meu pai, Valdemir Lacerda.

Agradeço grandemente ao professor Marcos Cordeiro Pires por viabilizar importantes materiais que me auxiliaram na pesquisa sobre a China, pelo apoio acadêmico, e por celebrar comigo todas as pequenas conquistas, desde a minha graduação, quando foi meu orientador. “É nós, Corinthia”!

Meu agradecimento especial vai ao meu orientador, prof. Tullo Vigevani, por acreditar na seriedade do meu trabalho e pela rica experiência compartilhada. Seu exemplo de humildade e humanidade eu seguirei por toda a minha vida. Também não posso deixar de agradecer ao Instituto Confúcio na UNESP, na figura do professor Luis Antonio Paulino, pelo apoio prestado sempre que se fez necessário.

Muito obrigada aos professores da banca examinadora, Gustavo Santillán e André Luis Scantimburgo, pela presença e pelas valiosas observações sobre meu texto.

Gratidão às amigas e aos amigos que caminham comigo, poucos, porém leais.

Por fim, mais uma vez, desde a minha graduação em Ciências Sociais, agradeço aos brasileiros que financiaram meus estudos na UNESP durante o período da realização do mestrado, mesmo que não cientes disso. Espero sempre poder retribuir com meu trabalho e dedicação.

RESUMO

As relações sino-americanas serão, talvez, o mais importante conjunto de relações no futuro próximo. Elas tenderão a moldar as relações internacionais nas próximas décadas e quase todos os outros conjuntos de relações poderão ser considerados sob a perspectiva do quadro sino-americano. A Ásia Oriental, sob o impacto da ascensão da China, é um palco de disputa no cenário das relações entre os dois países no novo século. Atualmente, a China é vista como uma potência regional, tem exercido crescente influência no cenário internacional e tem sido alvo de especulações quanto aos possíveis intentos em tornar-se a grande potência mundial hegemônica, substituindo os Estados Unidos, fato este que a liderança chinesa refuta. Com o intuito de criar um clima estável para o seu projeto de desenvolvimento, a China lançou a estratégia de “Desenvolvimento Pacífico”. Em contrapartida, os Estados Unidos vem se reposicionando na ordem internacional priorizando a região de maior potencial de crescimento do globo, particularmente no contexto em que a China assume maior proeminência: a Ásia-Pacífico. Daí a divulgação da estratégia de “Pivô para a Ásia”, uma maneira de tentar estender sua posição hegemônica por meio da contenção da China. É o choque entre as duas estratégias o centro de nosso trabalho.

Palavras-chave: China. Estados Unidos. Hegemonia. “Pivô” para a Ásia. “Desenvolvimento Pacífico”. Ásia Oriental.

ABSTRACT

The Sino-US relations will be perhaps, the most important set of relationships in the near future. They tend to shape international relations in the coming decades and almost all other sets of relations can be considered from the perspective of Sino-American framework. The East Asia under the impact of China's rise, is a stage for disputes in relations between the two countries in the new century. Currently, China is seen as a regional power, it has exerted increasing influence in the international arena and it has been the subject of speculation about possible attempts to become the great hegemonic world power replacing the United States, a fact that the Chinese leadership refutes. In order to create a stable environment for your development project, China launched the strategy of "Peaceful Development". In contrast, the United States has repositioned itself in the international order prioritizing the region which has the greatest potential for growth in the world, particularly in the context in which China takes a greater prominence: the Asia-Pacific. Hence the disclosure of the "Pivot" to Asia strategy, a way to try to extend its hegemonic position through the containment of China. The clash between the two strategies is the center of our thesis.

Keywords: China. United States. Hegemony. "Pivot" to Asia. "Peaceful Development". East Asia.

LISTA DE SIGLAS

- ADB** – *Asian Development Bank* (Banco Asiático de Desenvolvimento)
- AEM 3** – *ASEAN+3 Economic Ministers*
- AIB** – *Asian Infrastructure Investment Bank* (Banco Asiático Investimento e Infraestrutura)
- A2/AD** – *anti-access/área-denial*
- APEC** – *Asia-Pacific Economic Cooperation* (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico)
- ASB** – *Air Sea Battle* (Batalha “Mar e Ar”)
- ASEAN** – *Association of Southeast Asian Nations* (Associação das Nações do Sudeste Asiático)
- BRICS** – *Brazil, Russia, India, China, South Africa*
- CELAC** – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
- CEPEA** – *Comprehensive Economic Partnership for East Asia* (Parceria Econômica Abrangente para a Ásia Oriental)
- CIA** – *Central Intelligence Agency* (Agência Central de Inteligência)
- CPA** – Corte Permanente de Arbitragem
- CSA** – Ciclos Sistêmicos de Acumulação
- DoD** – *Department of Defense* (Departamento de Defesa)
- DPI** – Direitos de Propriedade Intelectual
- EFTA** – *East Asia Free Trade Area* (Área de Livre Comércio da Ásia Oriental)
- EAS** – *East Asia Summit* (Cúpula do Leste Asiático)
- ECS ADIZ** – *East China Sea Air Defense Identification Zone* (Zona de Identificação de Defesa Aérea do Mar da China Oriental)
- ELP** – Exército de Libertação Popular
- FAWC** – *Foreign Affairs Work Conference* (Conferência de Trabalho sobre Relações Exteriores)
- FMF** – *Foreign Military Financing* (Financiamento Militar Externo)
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FTAAP** – *Free Trade Area of the Asia Pacific* (Área de livre-comércio da Ásia Pacífico)
- JOAC** – *Joint Operational Access Concept* (Conceito Conjunto de Acesso Operacional)
- MLE** – *The Southeast Asia Maritime Security Law Enforcement Initiative* (Iniciativa de Aplicação da Lei de Segurança Marítima do Sudeste Asiático)
- MSI** – *Southeast Asia Maritime Security Initiative* (Iniciativa de Segurança Marítima no Sudeste Asiático)

NMMPR – *New Model of Major Power Relationships* (Novo Modelo de Relacionamento entre Grandes Potências)

NSA – *National Security Agency* (Agência de Segurança Nacional)

NSS – *National Security Strategy* (Estratégia de Segurança Nacional)

OBOR – *One Belt, One Road*

OCS – Organização de Cooperação de Shanghai

OIC – Organização Internacional do Comércio

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCCh – Partido Comunista Chinês

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PNAC – *Project for the New American Century* (Projeto para o Novo Século Norte-Americano)

RPC – República Popular da China

SCO – *Shanghai Cooperation Organisation* (Organização da Cooperação de Shanghai)

TPP – *Trans-Pacific Partnership* (Parceria Transpacífica)

TTIP – *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento)

UNCLOS – *United Nations Convention on the Law of the Sea* (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar)

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – *US Agency for International Development* (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)

WASP – *White Anglo-saxon Protestant* (Branco, Anglo-saxão, Protestante)

ZEE – Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Referencial teórico	22
1.1.1	Fernand Braudel e a análise estrutural sob a perspectiva da longa duração	24
1.1.2	A expansão da economia capitalista e o “Sistema Mundo”	28
1.1.3	Giovanni Arrighi e os “Ciclos Sistêmicos de Acumulação”	30
1.1.4	Antonio Gramsci e o conceito de hegemonia	33
1.1.5	Robert Cox: hegemonia e relações internacionais	36
2	A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA NA ORDEM MUNDIAL HEGEMÔNICA: DO “DESTINO MANIFESTO” ÀS POLÍTICAS DE CONTENÇÃO DA CHINA	40
2.1	O sentido “excepcional” dos Estados Unidos	41
2.2	Estratégias dos Estados Unidos para a manutenção da sua hegemonia mundial	50
2.2.1	Uma hegemonia aparentemente incontestada	51
2.3	A evolução das relações sino-americanas no contexto histórico	62
2.3.1	A estratégia norte-americana de reequilíbrio (<i>rebalance</i>) ou “pivô para a Ásia”	74
2.3.1.1	<i>Tratados de livre-comércio na Ásia-Pacífico e as características da Parceria Transpacífica (TPP)</i>	78
2.4	Considerações parciais	81
3	DA CHINA DE “TUDO SOB O CÉU” À ESTRATÉGIA DO “DESENVOLVIMENTO PACÍFICO”	83
3.1	Aspectos estruturais da “excepcionalidade” chinesa	83
3.1.1	Desenvolvimento Pacífico <i>versus</i> Hegemonia	91
3.2	A política externa chinesa voltada aos Estados Unidos	100
3.2.1	Elementos da diplomacia chinesa contemporânea	103
3.2.1.1	<i>Adequando a diplomacia aos desafios do século XXI</i>	107
3.3.	A Ásia Oriental como palco da disputa hegemônica entre a China e os Estados Unidos	110

3.3.1 O conflito potencial frente às disputas territoriais no Mar do Sul da China	114
3.4 Considerações parciais	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	128

1 INTRODUÇÃO

*Fôssemos infinitos
Tudo mudaria
Como somos finitos
Muito permanece.*
(Bertolt Brecht – *Poemas 1913-1956*).

O contorno da ordem internacional do século XXI tende a se moldar no entorno do posicionamento de duas grandes potências: os Estados Unidos e China. Estimativas indicam que até 2025 a economia chinesa irá suplantar a economia dos Estados Unidos, tanto em paridade de poder de compra, como em dólares correntes. Frente à ascensão do gigante asiático e à aparente decadência dos Estados Unidos, é lícito projetar que ambos os países possam iniciar uma disputa hegemônica, primeiro no contexto asiático e, posteriormente, em escala mundial. Historicamente, quando ocorre este cruzamento de curvas, a ascendente (da China) e a descendente (dos EUA), verifica-se a ocorrência de conflitos que somente terminam com a supremacia de um dos contendores, mas isso não é inevitável, pois o relacionamento de grandes potências também pode ser permeado por arranjos políticos que tentam evitar a eclosão de conflitos. A História nos mostra que podem ser estabelecidas relações baseadas em um “equilíbrio de poder”, quando se firmam pactos formais e informais que garantem a estabilidade do sistema, ou um padrão de “guerra fria”, quando duas superpotências militares evitam o conflito direto sem deixar de desenvolver capacidades agressivas e defensivas e também de envolver terceiros países no embate hegemônico.

Observando o atual estado da relação entre Estados Unidos e China, nota-se a intenção chinesa de evitar tanto o “equilíbrio de poder”, característico da maior parte do século XIX europeu, como a “guerra fria”, que caracterizou grande parte da segunda metade do século XX. Ao buscar o seu “desenvolvimento pacífico” o governo chinês criou um novo paradigma: o de um “novo tipo de relacionamento entre grandes potências”, que busca evitar a confrontação e abrir caminhos para um relacionamento cooperativo.

Enquanto intenção, o discurso chinês está calcado em seu interesse de não desviar recursos de seu projeto de desenvolvimento, mas nada garante que a liderança dos Estados Unidos adira a este princípio e nivele seu *status* ao tamanho de um competidor em potencial,

pois tal como assinalou Henry Kissinger, apesar de reconhecer as limitações no exercício de poder por parte dos Estados Unidos, é muito difícil supor que o país aceite qualquer arranjo que não seja a hegemonia:

[...] Os Estados Unidos confrontam-se agora com o desafio de alcançarem os seus objetivos por etapas, sendo cada uma delas uma amálgama de valores americanos e de necessidades geopolíticas. Uma das novas necessidades é a de que um mundo com vários estados de força comparável tem de basear a sua ordem num determinado conceito de equilíbrio – uma ideia como a qual os Estados Unidos nunca se sentiram à vontade. (KISSINGER, 1994, p. 13).

Ademais, desde a sua formação, a nação norte-americana é imbuída de um sentimento de excepcionalidade que condiciona suas ações, acreditando que seus valores e suas políticas advêm de um suposto estatuto divino que lhe confere a legitimidade para pregar as suas convicções como se fossem valores universais e/ou naturais. Nesse sentido, qualquer formação política que não esteja baseada nos princípios da democracia representativa, do direito de propriedade e nos chamados “direitos do homem” não possui legitimidade e, portanto, deve ser forçado/estimulado a se reformar, tal qual argumenta Ashok Nath: “Não existe outro caminho a seguir além de uma genérica ordem mundial em que cada país é forçado a ter a mesma interpretação de democracia que os EUA?” (NATH, 1999, apud JOHNSON, 2007, p. 308).

De forma similar, é interessante notar que os chineses, por vias distintas, também ressaltam a sua excepcionalidade. Por mais de dois mil anos os dirigentes chineses julgavam que seu sistema político e moral eram superiores aos dos demais países do planeta, acreditando que seu imperador era mandatário do Céu, o que implica supor que tudo que se encontra debaixo do céu era considerado objeto de seu domínio. Alain Peyrrefitte (1997) em seu “Império Imóvel” descreve com maestria a perspectiva da corte chinesa frente à visita de seus supostos súditos do extremo ocidente, no caso, a Embaixada de George Macartney em nome do Rei Jorge III, em 1792.

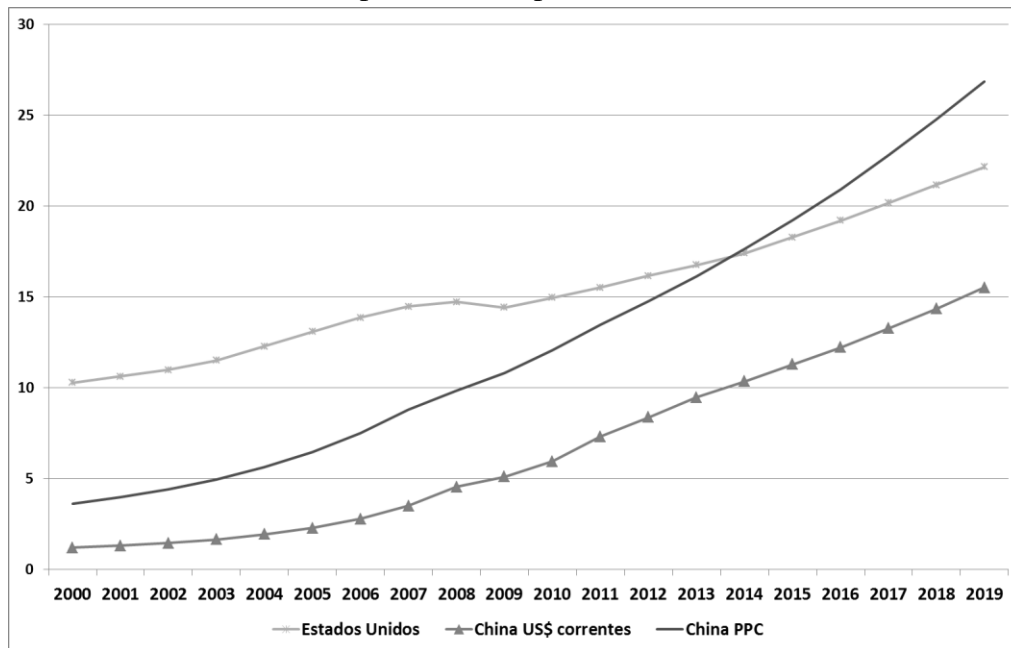
É importante assinalar que uma disputa hegemônica já no início do século XXI possui contornos muito distintos de outras épocas em que a confrontação militar se mostrou o argumento de “última instância”. Por mais que os Estados Unidos sejam a maior potência militar da história, cujo orçamento é mais que quatro vezes maior do que o do segundo colocado, no caso, a China, entre os anos 2014 – 2015 (TAYLOR, 2015; RAJENDRAN, 2016; LENG, 2016) a existência de arsenais nucleares tende a refrear o recurso a uma guerra total. A experiência da Guerra Fria já demonstrou, para ambos os lados daquele conflito, que

apesar do peso estratégico de milhares de ogivas nucleares ou de um grande arsenal de mísseis e submarinos nucleares, isso nunca se mostrou como opção para viabilizar a vitória sobre o oponente. Uma guerra nuclear significaria a extinção da espécie humana. Ademais, outra lição desse período foi aprendida pela extinta União Soviética: empreender uma corrida armamentista com uma economia muito mais forte acabou por exaurir a capacidade econômica do país mais fraco. Por fim, mas não menos importante nessa questão, é o fato de que a Guerra Fria se deu num contexto em que havia uma confrontação entre modelos econômicos antagônicos ligados por um tênue fluxo comercial, diferentemente de uma economia globalizada na qual os Estados Unidos e a China são os seus principais motores. Um conflito desse nível poderia arruinar a economia mundial como um todo. Logo, esta equação é de difícil solução.

Os termos dessa possível disputa hegemônica são determinados pela forte expansão das capacidades materiais da China. Isto porque, quando observamos a evolução da ordem mundial deste o começo do século XXI, o evento de maior destaque e de maior potencial disruptivo é a ascensão política e econômica da nação asiática. No intervalo de aproximadamente 35 anos, entre 1980 e 2015, a China expandiu sua economia num ritmo que não tem paralelo na História da economia mundial. Nesse intervalo de tempo, o país cresceu em média 9% ao ano. Mesmo enfrentando os efeitos recessivos da crise financeira mundial de 2007-2009, o país continuou apresentando robustas taxas de crescimento econômico. Depois de 2009, com a forte redução do comércio internacional, o motor da economia chinesa foi o investimento em infraestrutura. Em 2013, diante a criação de grande capacidade ociosa, o governo chinês passou a incentivar a expansão do mercado doméstico, o que implicou numa queda considerável do ritmo de crescimento, cuja taxa passou a se situar em torno de 7%, naquilo que os chineses denominam de novo normal (HU, 2015).

O resultado de décadas de crescimento econômico ininterrupto fez com que a China rapidamente superasse os seus concorrentes em diversos aspectos, rivalizando rapidamente com os Estados Unidos ao superar este país em produção física, medida em termos de paridade de poder de compra, e apontando para a superação de seu PIB em dólares correntes (Gráfico 1).

Gráfico 1. Evolução do PIB de Estados Unidos e China em dólares correntes e paridade de poder de compra – 2000-2019.



Fonte: International Monetary Fund.(World Economic Outlook Database, October 2014).

Destaca-se que 2014 foi o ano em que a produção chinesa superou a dos EUA. Não há consenso entre os analistas econômicos em definir quando será o momento em que a China superará os Estados Unidos em termos nominais. Para a revista *The Economist* (2014) se prevê que a superação ocorrerá no ano de 2021. Já a revista *Forbes*, por meio do analista Patton (2016), indica que o ano da virada será 2018.

De qualquer forma, a China já é a número 1 do mundo em diversos aspectos, tal como demonstra o professor Graham Allison que, em depoimento à Comissão do Senado sobre Forças Armadas dos Estados Unidos, apresentou uma lista acerca dos quesitos econômicos e sociais nos quais a China havia se tornado a principal potência mundial, superando os Estados Unidos (Quadro 1).

Quadro 1. Quesitos em que a China superou os Estados Unidos. Entre parênteses, o ano em que o fato ocorreu.

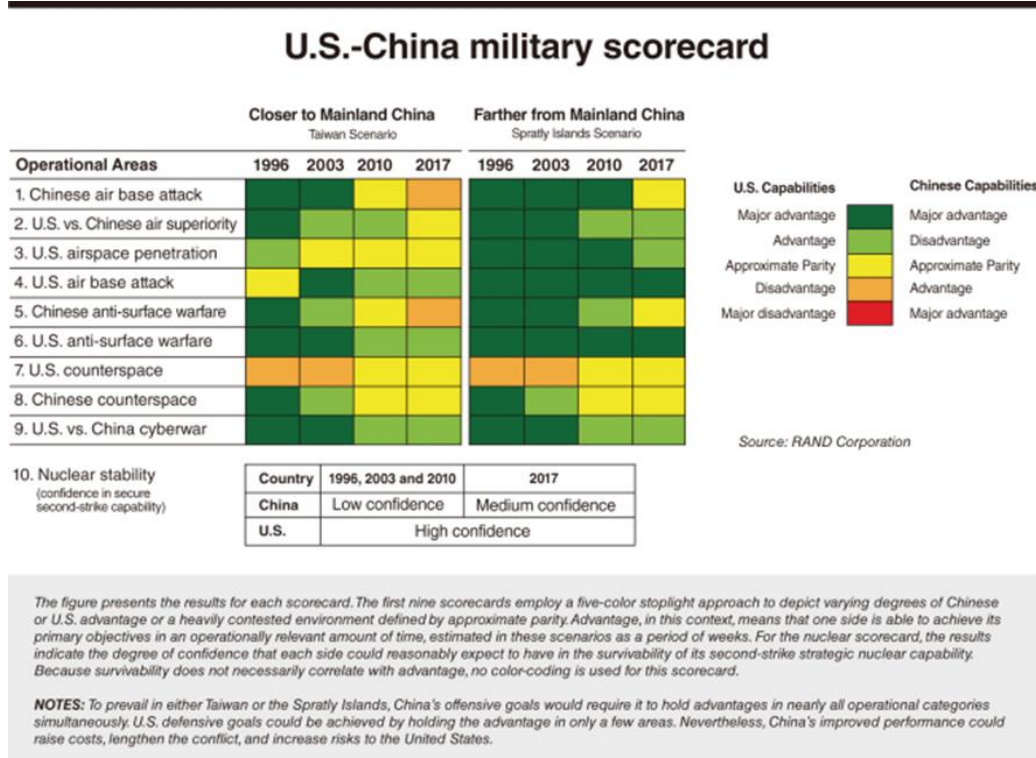
Maior produtor industrial: (2011)	Mercado de Smartphones: (2012)
Exportador: (2009)	Mercado de E-commerce: (2013)
Nação comercial: (2012)	Mercado de bens de luxo: (2013)
Principal motor do crescimento da economia global: (2010)	Usuários da Internet: (2008)
Detentor de títulos da dívida dos EUA: (2008)	Supercomputador mais rápido: (2010)
Destino de IDE: (2014)	Detentor de reservas em moeda estrangeira: (2006)
Consumidor de energia: (2010)	Número de IPOs: (2007)
	Rankings de educação (Shanghai): (2009)

Importador de óleo: (2012) Emissor de carbono: (2006) Mercado de automóveis: (2009) Produtor de aço: (2010) Produtor de algodão: (2008)	Maior rede ferroviária de alta velocidade: (2014) Maior mercado de energia solar: (2013) Pedidos de patentes (# arquivados no país): (2011) Primeiro satélite para telecomunicação quântica (2016) *
---	---

Fonte: ALLISON (2015).
 * Adicionado pela autora.

O aumento da capacidade produtiva, tecnológica e financeira da China tem servido para aprimorar sua capacidade de defesa frente aos concorrentes asiáticos, como o Japão, mas também frente aos Estados Unidos. Conforme a informação extraída de um relatório prospectivo do importante *think tank* norte-americano, a “*Rand Corporation*”, as vantagens militares dos Estados Unidos frente à China mostram-se declinantes não apenas na hipótese de uma guerra próxima ao continente, como seria um eventual conflito envolvendo Taiwan, mas também com relação a uma guerra no Mar do Sul da China em um possível cenário de conflito nas Ilhas Spratly (Figura 1).

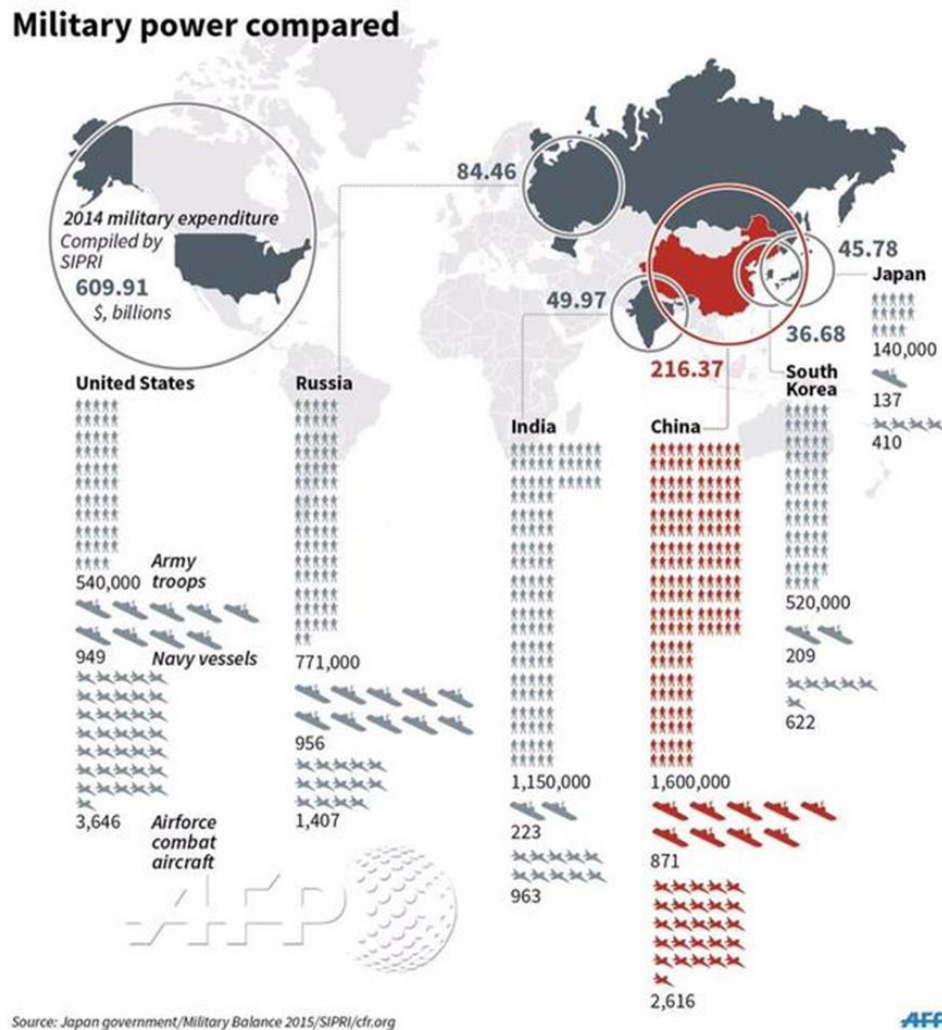
Figura 1. Quadro comparativo e prospectivo das Capacidades Militares de China e Estados Unidos frente a um eventual conflito na Ásia.



Fonte: Rand Corporation (2015).

A expressiva capacidade militar da China também pode ser visualizada quando se trata de comparar seus recursos bélicos com o de outras nações que possuem interesse na região da Ásia-Pacífico, como Estados Unidos, Rússia, Índia, Japão e Coreia do Sul (Figura 2).

Figura 2. Quadro comparativo das forças armadas de China, Estados Unidos, Rússia, Índia, Japão e Coreia do Sul. (2014)



Fonte: SIPRI, 2014, apud AFP, 2015.

Nota-se que a preponderância militar dos Estados Unidos é notadamente indiscutível com relação ao nível de tecnologia e à quantidade de equipamentos disponíveis. Na guerra moderna, mais do que tropas, são necessários recursos materiais de ponta. Para 2015 o orçamento militar dos EUA excedia em 40% a soma dos recursos de China, Rússia, Índia, Japão e Coreia do Sul. Entretanto, tal como assinalamos anteriormente, o rápido desenvolvimento da China, tanto econômico como tecnológico, tem viabilizado os meios com os quais o país busca estreitar a lacuna militar com os Estados Unidos.

É importante destacar que a liderança chinesa diz não se colocar como um competidor em escala mundial frente aos Estados Unidos, mas como uma potência global responsável com grande força de atuação em seu entorno geográfico, a Ásia Oriental. Entretanto, conforme discutiremos mais adiante, apesar do incremento de suas capacidades, o governo chinês insistentemente refuta qualquer intenção hegemônica nesta parte do mundo. No entanto, seus vizinhos observam com desconfiança a sua ascensão.

Tal como mencionamos anteriormente, tendo em vista a criação de um ambiente estável para o seu projeto de desenvolvimento, a China lançou a estratégia de “Desenvolvimento Pacífico”. Em contrapartida, os Estados Unidos vem se reposicionando na ordem internacional priorizando a região de maior potencial de crescimento do globo, particularmente no contexto em que a China assume maior proeminência: a Ásia-Pacífico.

Consideradas por alguns estudiosos como G2 (BUSH, 2011; GARRET, 2010; BRZEZINSKI, 2012), as relações sino-americanas podem ser caracterizadas como relações altamente complexas, visto que envolve potências nucleares, membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU que possuem forte presença na economia internacional e alto nível de interações políticas e econômicas, mas que também possuem divergências acentuadas em importantes temas que afetam a ordem internacional. Tal relação pode se encerrar no binômio contenção-engajamento (PECEQUILO, 2012), por ser “complementar e competitiva a um só tempo e, simultaneamente, ela é econômica e militar” (FIORI, 2007, p. 150), por isso o alto grau de contradição e complexidade. De acordo com Chalmers Johnson:

Desde os anos a partir do fim de Guerra Fria e até o presente, tem havido claramente desentendimento, e até mesmo um amargo rancor, dentro dos escalões mais altos do governo americano – da Casa Branca ao Congresso e ao Pentágono – em relação à política para a China. Em grande parte a questão tem sido, como disse o presidente Clinton, sustentar uma política de **‘engajamento’** com a República Popular – ou seja, enfatizar o comércio como um instrumento para trazer o país para um sistema regional ainda dominado pelos Estados Unidos – ou, como disse o congressista americano Christopher Cox, sustentar uma política de **‘contenção’** – ou seja, tornar a China o inimigo em torno do qual o sistema regional americano deve se organizar – ou mesmo uma inconcebível combinação das duas coisas. (JOHNSON, 2007, p. 204, grifo nosso).

Com as expectativas de um reordenamento mundial baseado em um sistema multipolar e anti-hegemônico, a liderança norte-americana tem se preocupado principalmente por conta de um maior protagonismo chinês nas relações internacionais. Vale lembrar que a atuação da China no Grupo dos BRICS e na Organização de Cooperação de Shangai (OCS) tem buscado

a criação de uma ordem internacional democrática e multipolar, o que indiretamente questiona a ordem internacional hegemônica pelos EUA¹.

Para o ex-secretário de defesa dos Estados Unidos, Leon Panetta (2013), a mudança de postura estratégica focada na Ásia-Pacífico justifica-se pela garantia da prosperidade e seguridade futuras do país frente ao rápido crescimento econômico naquela região, além de, concomitantemente, para defender que a seguridade naquela região seja mais completa para reequilibrar os interesses estratégicos dos Estados Unidos. Para isso, além do fortalecimento de alianças e associações, Panetta menciona a intensificação de exercícios militares bilaterais e multilaterais liderados pela ASEAN², não destinando o estabelecimento de novas bases permanentes, mas sim, o fortalecimento de seus sócios e aliados, encerrando uma maior presença rotativa nos oceanos Pacífico e Índico.

Ainda segundo Panetta (2013), para complementar a busca norte-americana de “reequilíbrio”, uma estratégia de longo prazo será a de projeção de forças norte-americanas na região do Pacífico com o aumento da sua frota naval em 60% até o ano de 2020, visando lograr desta forma, a existência de uma região pacífica e próspera no século XXI. Cabe ainda salientar que ele defende uma relação saudável com China, baseada no diálogo “sustentado e substancial” para que se evite qualquer “erro de cálculo” (PANETTA, 2013, n.p.).

É importante observar que tanto a China quanto os Estados Unidos possuem claros objetivos e interesses na região aqui considerada, tal como iremos tratar no desenvolvimento de nossa pesquisa. No mesmo momento em que se verifica a movimentação dos EUA em se reposicionar na região da Ásia-Pacífico para conter a China, o país asiático tem se preocupado com seu entorno regional ao buscar, desde os anos 1990, estreitar laços com seus vizinhos a fim de promover cooperação e desenvolvimento para a região e também expandir seus mercados. Recentemente, o empreendimento de “One Belt, One Road³” e a criação do Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura (AIIB) são exemplos dessa investida.

A crescente competição entre China e EUA teve, a partir da crise econômica que se delineava desde 2007, um elemento adicional relacionado às dificuldades políticas e econômicas enfrentadas pelos EUA. A esse respeito, Giovanni Arrighi (2008, p. 175) faz a seguinte observação:

¹ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização - Declaração de e-Thekwini. V *Cúpula do BRICS*. Durban, 27 mar. 2013.

² A *Association of Southeast Asian Nations* (1967) é composta pelos seguintes países membros: Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Brunei, Myanmar, Camboja, Laos, e Vietnã.

³ Trata-se a iniciativa de se criar infraestruturas que viabilizem a integração na Ásia Central e no Oceano Índico que se relacionam às antigas “rotas da seda”, a partir das quais a economia chinesa se integrava com regiões distantes de seu território, como a Índia, a Península Arábica, a costa Oriental da África, o Oriente Próximo, e a Europa.

A resistência norte-americana ao ajuste e à acomodação concretizou-se, de forma mais extremada do que todos esperavam, no Projeto para o Novo Século Norte-Americano⁴, cuja primeira experiência desastrosa no Iraque precipitou a crise terminal da hegemonia dos Estados Unidos e consolidou ainda mais a transmissão do poder econômico global para a Ásia oriental. (ARRIGHI, 2008, p. 175).

Assim, tem-se um pano de fundo complexo e envolto por interesses econômicos, políticos, estratégicos e de segurança que não envolve apenas os interesses entre China e Estados Unidos, mas também os interesses dos demais países situados na região e o próprio equilíbrio das relações internacionais.

A ascensão política e econômica da China e as estratégias de manutenção da proeminência norte-americana no cenário internacional suscitam um debate acadêmico de grande dimensão e complexidade que permeia as Ciências Políticas, qual seja, os impactos sobre a ordem internacional das possíveis disputas hegemônicas entre a potência em ascensão e a potência em decadência.

Nesse sentido, a hipótese inicial defendida nesta pesquisa é a de que, no contexto de uma disputa hegemônica entre Estados Unidos e China na região da Ásia Pacífico, considerando os riscos decorrentes das grandes capacidades econômicas e militares da China, além dos efeitos catastróficos decorrente de uma guerra termonuclear, os Estados Unidos não tomariam nenhuma medida política, econômica ou militar direta contra a China, revivendo o período mais tenso da Guerra Fria, mas buscaria conter o “Desenvolvimento Pacífico” da China ao acirrar rivalidades entre a China e outros países da região, não apenas por conta de disputas territoriais, mas também por rivalidades históricas, como as existentes com relação ao Japão ou ainda com relação a Taiwan. Daí a estratégia dos EUA poder ser caracterizada como um *tertius gaudens* (o “terceiro que se beneficia”, em português), que alcançaria seus objetivos por meio da ação direta de outras nações.

O objetivo da presente dissertação é o de analisar os vetores de uma possível disputa hegemônica entre os Estados Unidos e a China, já que se parte do pressuposto de que a ascensão da China tende a provocar transformações na ordem internacional, impactando diretamente os interesses dos Estados Unidos na região da Ásia-Pacífico. Em suma, trata-se de confrontar a estratégia chinesa de “Desenvolvimento Pacífico” com a estratégia norte-americana de “Pivô” para Ásia, que envolve iniciativas políticas, econômicas e militares.

Com vistas a compreender o avanço da presente questão nas relações internacionais, não basta conhecer a estratégia chinesa, mas de conceber como esta se confronta com o

⁴ Objetivando a reconstrução da hegemonia norte-americana na Ásia, sob o governo George W. Bush, a política do PNAC foi sua fonte orientadora.

reposicionamento norte-americano em priorizar a região da Ásia-Pacífico para sua estratégia de manutenção da proeminência mundial.

Por conta disso, delineamos os seguintes objetivos específicos de nossa pesquisa, que se concentra no período correspondente entre os anos 2000 – 2015:

1. Descrever a evolução do relacionamento bilateral de China e Estados Unidos, na qual podem ser encontrados elementos de cooperação, concorrência, e de conflitos;
2. Compreender a lógica por detrás da estratégia diplomática chinesa de “desenvolvimento pacífico”;
3. Compreender o sentido das ações dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico e seus impactos na estratégia chinesa;
4. Identificar se efetivamente estamos diante de uma disputa hegemônica na região da Ásia-Pacífico e, se positivo, como ela tende influenciar a ordem mundial.

Para levar adiante nossa investigação, considerando as características de nosso objeto, esta pesquisa se baseou em técnicas qualitativas (básica e exploratória), uma vez que se trata de um processo ainda em curso, cujas variáveis principais (estratégias políticas, econômicas e militares, alianças, pressões de grupos sociais internos, pressões externas de terceiros Estados, etc.) não podem ser conformadas em um único esquema quantitativo, visto que o estabelecimento de correlações acabaria gerando uma quantidade infinita de resultados que teriam pouco potencial explicativo. Nesse sentido, as informações e os dados foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental, recorrendo-se a fontes primárias e secundárias, correntes e históricas, que possibilitaram a construção de um cenário abrangente sobre o tema. Dentre as fontes com as quais trabalhamos encontram-se livros, documentos públicos e de autoridades governamentais, relatórios produzidos por *think tanks* de ambos os países, periódicos, e artigos científicos e jornalísticos que contribuem à temática. Assim, nosso trabalho se concentrou fundamentalmente no estudo crítico da produção bibliográfica produzida acerca desta temática dentro da perspectiva de certas contribuições teóricas que serão tratadas mais adiante.

Do ponto de vista teórico, incorporamos elementos que tratam de compreender a evolução da economia e da sociedade nos últimos quinhentos anos como um fenômeno de caráter mundial, em que o capital se movimenta e junto a ele a estrutura política que o sustenta. Nesse sentido, julgamos necessário nos valer de abordagens que privilegiam o longo prazo e o busquem compreender o sentido das transformações que ocorrem na

economia mundial. Por isso se justifica a utilização de conceitos da Economia Política Internacional para pensarmos as relações sino-americanas. Por outro, utilizamos as contribuições da Ciência Política que tratam dos conceitos de hegemonia e de sucessão de hegemonias, bem como aquelas relacionadas aos conflitos decorrentes dessas disputas hegemônicas. Apesar de considerarmos nesta discussão a perspectiva de autores de diversas correntes teóricas, consideramos essencial a contribuição de Antonio Gramsci no sentido de estender a reflexão sobre a hegemonia, em princípio, exercida dentro de um Estado Nacional por uma classe dirigente, posteriormente estendida para a disputa entre Estados, sem desconsiderar as forças internas que direcionam a sua atuação internacional.

Prosseguindo, trataremos de detalhar nossos pressupostos teóricos nos parágrafos seguintes.

1.1 Referencial teórico

Uma disputa hegemônica ou uma sucessão de hegemonias não é um fenômeno fortuito. Assim como outros processos históricos, por mais que haja um gatilho para desencadear os eventos disruptivos, é preciso um longo período de maturação das forças emergentes e de decadência das forças do *status quo*. Historicamente falando, o assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando foi o evento que desencadeou a I Guerra Mundial, mas as principais potências europeias já estavam se preparando há anos para os eventos que sucederam julho de 1914. Ao refletirmos acerca dos movimentos de transição entre uma e outra hegemonia no sistema mundial, consideramos importante a seguinte observação de José Luís Fiori:

[...] toda situação hegemônica é transitória e, mais do que isso, é autodestrutiva, porque o próprio *hegemon* acaba se desfazendo das regras e instituições que ajudou a criar para poder seguir se expandindo e acumulando mais poder do que seus 'liderados'. [...] o que estabiliza – sempre de forma transitória – a ordem hierárquica do sistema mundial não é a existência de um líder ou *hegemon*, é a existência de um conflito central e latente e de uma guerra potencial entre as grandes potências. Basta ler a história do 'sistema mundial moderno' para ver-se que sempre existiu um conflito central, uma guerra em potencial, que atuou como eixo ordenador de todo sistema. (FIORI, 2007, p. 31).

Logo, não se pode pensar um relacionamento tão complexo quanto aquele verificado entre Estados Unidos e China sem antes situar tal relação dentro de um escopo maior, qual seja, a própria evolução da economia mundial e as suas repercussões na distribuição de poder. Tradicionalmente, muitos dos conflitos ocorridos entre uma potência estabelecida e uma

potência emergente decorrem do reequilíbrio de capacidade econômica, militar, e ainda da capacidade de influência sobre outras nações.

Por conta desses movimentos estruturais, que muitas vezes ocorrem longe da percepção do cidadão comum, consideramos importante incorporar a análise de longa duração e suas repercussões, da qual a escola iniciada por Fernand Braudel traz importantes reflexões. Com seu entendimento de que os fenômenos históricos são constituídos em diferentes temporalidades, a partir do conceito de *longue durée* (longa duração), deriva a noção do espaço onde é travada a disputa entre EUA e China, mesmo porque não se trata de uma relação apenas bilateral, mas que envolve o próprio desenvolvimento da economia e da sociedade mundiais em um nível sistêmico, no caso o “sistema-mundo”, tal como este conceito é trabalhado por Immanuel Wallerstein. O “sistema mundo” é uma estrutura que se movimenta. Daí faz-se necessário compreender quais as características desse movimento e, nesse sentido, o conceito de “ciclo sistêmico de acumulação”, formulado por Giovanni Arrighi, é bastante útil para a compreensão do comportamento dos agentes, em nível econômico e político, que se reflete na sucessão de hegemonias verificadas historicamente desde as origens do modo de produção capitalista até a contemporaneidade.

No aspecto essencialmente político dessas disputas será importante discutir o conceito de “hegemonia”, formulado por Antonio Gramsci e que, ao nível das Relações Internacionais, foi incorporado por autores vinculados à teoria crítica, como o caso de Robert Cox. Ao se opor às “teorias de solução de problemas”, Cox propõe uma metodologia dialética pela qual as contradições do sistema possam ser apuradas com vistas a identificar como certos consensos foram construídos. Dessa forma, as forças sociais também encontram o seu lócus de ação na transformação de ordem social e política vigente a partir do momento em que as especificidades da construção de uma determinada estrutura histórica são reveladas, contestando a relevância que é atribuída ao papel do Estado e sua classe dirigente, como pode ser verificado nas teorias que visam a conformação do sistema e que beneficiam a ordem hegemônica liderada pelos Estados Unidos.

Desta forma, tal como iremos aprofundar posteriormente, a contribuição desses autores será essencial na construção das bases teóricas que irão nortear nosso estudo, tanto pela ampla contribuição ao debate nas Relações Internacionais, como também pela maneira de abordar o cerne de relações interestatais desiguais. Assim, tais contribuições ajudam a selecionar os elementos que explicam a formação de uma ordem mundial hegemônica, onde um Estado mantém uma liderança mundial duradoura e que sempre se vê ameaçado por uma nação em ascensão.

1.1.1 Fernand Braudel e a análise estrutural sob a perspectiva da longa duração.

A metodologia braudeliana, inserida num contexto mais abrangente da historiografia francesa da “Escola dos Annales⁵”, se mostrou inovadora em relação aos métodos até então vigentes de compreensão e construção da História, pois esses eram considerados “engessados” pelo modelo positivista de se fazer ciência. Por conta disso, Braudel exerceu grande influência no debate historiográfico ao situar o fato histórico dentro de um contexto mais abrangente, que superava a visão predominante sobre o papel dos indivíduos e dos agentes estatais, buscando chamar atenção para a “totalidade” do fato histórico e dos aspectos que delimitavam o campo de ação humana, muitas vezes independentemente de sua própria vontade.

Desde então, mesmo os eventos de menor repercussão podem ser compreendidos dentro de um esquema teórico que valoriza simultaneamente a conjuntura e a estrutura (ou as permanências), dentro do movimento de longa duração na História. Sua contribuição ultrapassou o limite da historiografia e foi incorporada em outros campos das Ciências Sociais, como a sociologia e a economia, pois como ele justamente afirmou em sua obra “Escritos sobre a História”:

Se a história está destinada, por natureza, a dedicar uma atenção privilegiada à duração, a todos os movimentos em que ela pode decompor-se, a **longa duração** nos parece, nesse leque, a linha mais útil para uma observação e uma reflexão comuns às ciências sociais. (Braudel, 1969, p. 75, grifo nosso).

Quando pensamos numa disputa entre Estados Unidos e China é importante assinalar que Fernand Braudel, como crítico do modelo eurocêntrico de medir e padronizar o tempo, observou que os fenômenos históricos estão constituídos de diferentes temporalidades devido às várias criações humanas de quantificação do tempo, sob as mais variadas perspectivas existentes em sociedades distintas. A sociedade chinesa, por exemplo, até o final do período Imperial, se concebia como perfeita e acabada, sendo o Imperador e o seu “Mandato Celestial” a incorporação de princípios e valores elevados que deveriam nortear toda a humanidade civilizada, logo, esta ordem deveria ser mantida e perpetuada, não concebendo o conceito de progresso da forma que se enraizou nas sociedades ocidentais.

⁵ A Escola dos Annales se constituiu em 1929 em torno da Revista “Annales d'histoire économique et sociale”, que apresentava uma proposta historiográfica nova, incorporando a crítica ao método positivista e que busca uma análise interdisciplinar.

A partir da proposta formulada pelos historiadores da Escola dos Annales, na qual inclui Braudel, partimos da premissa de que quando falamos da duração dos fenômenos históricos, assumimos que aqueles de curta duração dizem respeito aos “fatos”, os de média duração (equivalente à quantificação do tempo em décadas) seriam denominados de “conjunturais”, e longa duração (secular) são nomeados de fenômenos “estruturais”. Portanto, resumidamente, apreendemos a essência que carrega a compreensão dos processos históricos em seus múltiplos tempos:

Há as temporalidades de longa e muito longa duração, as conjunturas lentas e menos lentas, os desvios rápidos, alguns instantâneos, sendo os mais curtos muitas vezes os mais fáceis de detectar. [...] E podemos distinguir um tempo vivido nas dimensões do mundo, o *tempo do mundo*, que, no entanto, não é, não deve ser, a totalidade da história dos homens. Esse tempo excepcional rege, conforme os lugares e as épocas, certos espaços e certas realidades. Mas outras realidades, outros espaços lhe escapam e lhe são estranhos (BRAUDEL, 1996, p. 8).

Sob essa perspectiva de Tempo e da História (que converge e dialoga com outras disciplinas), Braudel destaca o papel da Economia, que “não somente dá o ritmo do tempo material do mundo: [pois] todas as outras realidades sociais, cúmplices ou hostis, intervêm incessantemente no seu funcionamento” (BRAUDEL, 1996, p. 12). É importante ressaltar que a História mundial, desde o século XV, é uma construção marcada essencialmente pela expansão da economia capitalista sobre o planeta. Como veremos mais adiante, a sucessão de hegemonias verificadas desde então se dá pela construção de capacidades materiais que são vinculadas à estrutura econômica de cada nação com o intuito de conquistar o mercado mundial.

Neste sentido, se torna importante refletir sobre a construção da economia mundial de forma mais abrangente e da construção da economia-mundo capitalista, centralizada nos países capitalistas ocidentais. Vejamos:

[...] Devemos esclarecer as duas expressões que se prestam a confusão: *economia mundial* e *economia mundo*. A economia mundial entende-se à terra inteira: representa, como dizia Sismondi, ‘o mercado de todo o universo’, ‘o gênero humano ou toda aquela parte do gênero humano que faz comércio e hoje constitui, de certo modo, um único mercado’. A economia-mundo [...], envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica (BRAUDEL, 1996, p. 12)

Em relação ao conceito de economia-mundo, Braudel explica que há regras tendenciais pertinentes à comparação entre uma economia-mundo com outras já existentes. Evidencia-se

que “a zona que ela engloba apresenta-se como condição primeira de sua existência” (BRAUDEL, 1996, p. 16) e, por isso, há três realidades importantes que dizem respeito ao seu espaço geográfico: (1) Este é limitado e passível às rupturas dentro de um espaço longo de tempo (evidenciado pelo método comparativo de Braudel); (2) há uma centralidade econômica que se torna um polo facilitador de acumulação de capital em grande escala e que é representado por uma capital econômica (não necessariamente a capital de um país, tido como o principal polo acumulador); e (3) a repartição dessa economia-mundo é feita em “zonas sucessivas” e hierárquicas, ou seja:

[...] o núcleo e a região que se estende em torno do centro [e] as zonas intermediárias, em torno desse núcleo central. [...] Finalmente, muito amplas, as margens que, na divisão do trabalho caracteriza a economia-mundo, são mais subordinadas e dependentes do que participantes, [...] e a razão suficiente disso, é realmente, a sua situação geográfica. (BRAUDEL, 1987, p. 25).

É importante que observemos que Braudel pressupõe, em suas análises, três níveis intrínsecos à economia moderna. A primeira seria a *civilização material* cuja economia é de subsistência; a *economia de mercado*, caracterizada por atividades econômicas cujas taxas de lucro são contingenciais, e o *capitalismo*. Este último inicia-se com a acumulação em larga escala produzindo exatamente a “hierarquização do sistema” de que Braudel fala, devido ao seu caráter desigual e exploratório na busca por novos territórios (recursos energéticos, matérias-primas, alimentos e força de trabalho) para a expansão contínua do capital. Esta última diferenciação é importante pelo fato de demonstrar que o processo endógeno de acumulação de capital necessita do papel do Estado na formação da economia nacional e que se torna extremamente relevante ao processo de expansão do sistema mundial já no início do século XVI. A relativa força de um Estado nacional frente aos demais Estados do globo é possível pela simbiose do capital e poder, permitindo a constituição de um sistema mundial hegemônico cujas problemáticas são base da presente dissertação.

Um dado importante a ser considerado diz respeito à própria diferenciação entre uma “economia de mercado” e uma “economia capitalista”. O poder político da burguesia é um caráter distintivo do capitalismo, como ressalta Braudel:

Privilégio da minoria, o capitalismo é impensável sem a cumplicidade ativa da sociedade. É forçosamente uma realidade da ordem social, até mesmo uma realidade da ordem política; uma realidade da civilização. Pois é necessário que, de uma certa maneira, a sociedade inteira aceite mais ou menos conscientemente os valores daquele. [...] Toda a sociedade densa se decompõe em vários ‘conjuntos’: o econômico, o político, o cultural, o social hierárquico. [...] Assim, o Estado

moderno, que não fez o capitalismo mas o herdou, ora o favorece, ora o desfavorece; ora o deixa estender-se, ora lhe quebra as molas. O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado. (BRAUDEL, 1987, p. 13).

Refletindo sobre as postulações de Braudel com relação à conformação do sistema mundial, antes de tudo, é preciso constatar que a ordem mundial está constituída a partir da centralidade que polariza os poderes político, econômicos e militares do mundo, no caso os Estados Unidos da América. É a expansão do sistema centrado nos EUA que explica a reinserção da economia chinesa na economia mundial e o seu ingresso em cadeias de valor lideradas por empresas norte-americanas. É interessante verificar que esta inserção econômica ocorre em um país cujo arcabouço político e institucional é moldado pelos princípios marxista-leninistas, sob o controle do Partido Comunista da China (PCCh). Por mais que o país avance na economia capitalista mundial, a China se define como uma economia de mercado socialista. Lá, a burguesia do país não fez a sua “revolução burguesa” e o aparato burocrático do Partido Comunista possui o controle das principais variáveis econômicas e políticas. Mesmo em empresas sob controle privado, os quadros do Partido procuram implementar as linhas políticas definidas pelo Comitê Central. Numa sociedade capitalista, o controle sobre o dinheiro e sobre os meios de produção são os pressupostos para a garantia do poder político. Na China, o Partido Comunista exerce o poder político e comanda os rumos da sociedade. Vale lembrar que o PCCh possui aproximadamente 80 milhões de membros.

Mesmo se considerando um país socialista, a atuação da China na economia capitalista mundial é expressiva e crescente, não apenas por se tornar a “fábrica do mundo”, mas também pelo importante papel que exerce cada vez mais assertivamente nas finanças mundiais, tendo sua moeda recentemente admitida na cesta de moedas dos Direitos Especiais de Saque do Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesse sentido, a experiência chinesa ora contrasta significativamente com a caracterização de Fernand Braudel, ora se conforma como um novo polo de expansão da sociedade capitalista mundial.

Braudel sinaliza que a diversidade de questões internas aos Estados precisa ser considerada numa análise mais aprofundada acerca das disputas entre os agentes estatais na ordem internacional, porque as classes sociais podem ter interesses que suplantam aos de seu próprio Estado. Nisso suas ideias se chocam com as correntes realistas das Relações Internacionais, uma vez que estas focam principalmente na necessidade de acumulação de poder por parte de um Estado para garantir sua sobrevivência nas relações interestatais, dentro de um cenário internacional substancialmente anárquico, e cujos constrangimentos externos aos Estados catalisam essa busca pelo poder.

A obra de Braudel por si só proporciona importantes instrumentos para a reflexão no campo das Ciências Sociais, criando uma corrente de pensamento que busca aprofundá-la ou levantar novas abordagens e novos conceitos. Nessa linha, situamos Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. O primeiro busca analisar os deslocamentos hegemônicos dentro do sistema mundial moderno sob a ótica da análise do sistema capitalista como um todo. A partir deste ponto, Giovanni Arrighi buscará compreender o mecanismo destes deslocamentos pela construção do conceito de “ciclo sistêmico de acumulação”. Nas próximas duas subseções, analisaremos a contribuição destes autores.

1.1.2 A expansão da economia capitalista e o “Sistema Mundo”

Ao aprofundar as reflexões feitas por Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein buscou a explicação para as causas das desigualdades existentes no sistema internacional, onde se articulam um centro de poder e uma periferia a ser explorada. Essa articulação é derivada, como vimos, do conceito braudeliano de Economia Mundo capitalista (um mundo que se organizou em busca da alta lucratividade e onde a economia se organiza em “redes” mundiais, buscando novos terrenos de exploração) e que se expande para o conceito de “Sistema Mundo”, um arranjo sistêmico que integra a economia mundial ao sistema capitalista mundial. Conforme Wallerstein:

Este conceito adaptou o uso de Braudel em seu livro sobre o Mediterrâneo, e o combinou com a análise do centro-periferia da CEPAL. Argumentou-se que a economia-mundo moderna era uma economia-mundo capitalista. Não a primeira economia-mundo, mas sim a primeira economia-mundo a sobreviver e florescer durante tanto tempo, e logrou isto a converter-se, precisamente, em completamente capitalista (WALLERSTEIN, 2006, p. 17).

O conceito de “Sistema-Mundo” de Wallerstein (2001) pressupõe que, no espaço geográfico mundial, a divisão do trabalho e fluxos de força de trabalho e de capital é constante, e que não há uma homogeneidade em termos políticos ou culturais. A economia-mundo “não está limitada por uma estrutura política unitária. Pelo contrário, há muitas unidades políticas dentro de uma economia-mundo, tenuamente vinculadas entre si em nosso sistema-mundo moderno dentro de um sistema interestatal” (WALLERSTEIN, 2006, p. 21). Vale observar que para o autor, as regras que regem este sistema interestatal são impostas pelo Estado que garantiu um grande acúmulo de capital dentro de suas fronteiras quando comparado às capacidades dessa acumulação por outros Estados, o que resulta no processo de

hierarquização, no qual o Estado portador de maior poder não é aquele que prescinde de maior poder militar ou até mesmo, da eficiente dimensão retórica, e sim, pela capacidade de maximizar seus resultados econômicos pela efetiva força de seu aparato estatal, potencializando a acumulação de capital (WALLERSTEIN, 2001). Quando consideramos as disputas hegemônicas na História, o autor aponta que os Estados que lograram períodos de dominação ou hegemonia, antes destas se consolidarem através de guerras, portavam uma forte e organizada base econômica. Temos então que, internamente à competição interestatal por maior acumulação de capital, o Estado que alcançou a vantagem competitiva e que se sobressaiu aos demais, precisou necessariamente garantir a supremacia econômica no tripé: agroindústria, comércio e finanças (WALLERSTEIN, 2001).

A lógica do sistema capitalista, de acordo com Wallerstein, reforçou mecanismos de concorrência que limitou a capacidade de uma hegemonia ampliar seu período de domínio mundial por muito tempo, se considerado o período longo, pois os meios que garantiram o “sucesso” da prosperidade econômica de um determinado país podem ser replicados por outras economias. Nesse aspecto, a globalização econômica que garantiu a expansão da hegemonia dos Estados Unidos é a mesma que está viabilizando a estratégia de desenvolvimento da China, uma vez que esta tem trilhado o caminho do aprendizado tecnológico e subindo rapidamente nas cadeias de agregação de valor. As empresas chinesas encontram-se numa etapa de internacionalização que no médio e longo prazo podem ameaçar a preponderância de suas similares norte-americanas. Se lograr sucesso nessa estratégia, o país poderá se conformar no novo centro da economia-mundo.

Outro aspecto importante considerado pelo autor, diz respeito ao fato de que a extensão do poderio militar e os gastos dele decorrentes também operam como constrangimentos à expansão ilimitada de determinada hegemonia. Nesse sentido, podemos considerar que Wallerstein se alinha à tese de Paul Kennedy (1989) sobre os constrangimentos que levam à queda das grandes potências, o chamado *imperial overstretch*.

Dentro dessa discussão, é importante salientar que a lógica do capitalismo como um sistema histórico⁶, é definida pelo fato de que a acumulação de capital é estruturada de forma central e o monopólio torna-se a principal forma de organização do mercado. Como todo sistema histórico, Wallerstein adverte que assim como houve o período de sua gênese (Europa no século XV), haverá também o período de sua derrocada:

⁶ É importante acrescentar que o conceito de “capitalismo histórico” de Wallerstein é definido como “o *locus* concreto, integrado e delimitado no tempo e no espaço, onde se dá o processo de produção e reprodução do capital” (WALLERSTEIN, 2004, p. 233).

O que me parece metodologicamente essencial na análise de qualquer sistema social histórico (e a economia-mundo capitalista é um sistema social histórico) é distinguir cuidadosamente entre, por um lado, os ritmos cíclicos que definem o seu caráter *sistêmico* e que lhes permitem manter um certo equilíbrio, pelo menos ao longo da duração do sistema, e, por outro lado, as tendências seculares que crescem a partir desses ritmos cíclicos, definindo o seu caráter *histórico*, e que significam que, mais cedo ou mais tarde, um dado sistema já não conseguirá conter suas contradições internas; portanto, este sistema entrará em uma crise sistêmica (WALLERSTEIN, 2004, p. 232).

A conclusão de Wallerstein é baseada nessa lógica, uma vez que os sistemas organizados tendem à autodestruição pelas contradições que vão se acumulando durante sua existência. A grande questão que se coloca é saber se uma suposta crise do sistema-mundo liderado pelos Estados Unidos será capaz de gerar um novo sistema internacional, não capitalista, ou se a expansão da “economia-mundo” rumo à China seria um rejuvenescimento do modelo atual sob a liderança de outro centro de poder. Nesse caso, caberia a reflexão sobre como a China se converteria neste novo centro, sendo um Estado que, tal como discutimos, não se organiza a partir das prioridades de sua burguesia, mas na necessidade de fortalecimento de um poder nacional que tem como eixo o PCCh.

Apesar de estar suscetível às críticas de outras correntes teóricas baseadas na sua perspectiva de que o capitalismo estaria com os dias contados, Wallerstein abriu caminhos para uma análise que contemple a estrutura e a História de determinado sistema, abordando seus aspectos temporais e cíclicos com momentos de crises e expansão, tal como Braudel havia introduzido em suas abordagens, influenciando também Giovanni Arrighi, que utiliza os conceitos de ambos em sua tentativa de compreender a História do sistema capitalista para juntar elementos que lhe permitam analisar as contradições da hegemonia norte-americana.

1.1.3 Giovanni Arrighi e os “Ciclos Sistêmicos de Acumulação”.

A contribuição de Giovanni Arrighi se torna relevante para nossa pesquisa na medida em que ela oferece um “padrão” histórico da evolução da economia-mundo capitalista desde o século XIII, que nos induz a fazer um raciocínio teórico sobre os elementos estruturais que podem indicar a exaustão do ciclo de uma potência hegemônica e também as características que indicam os elementos da ascensão de uma potência concorrente, tal como plantea o problema que colocamos sobre possíveis disputas hegemônicas entre Estados Unidos e China. Dessa forma, o autor estabelece parte desses padrões que constituem o capitalismo histórico

como sistema mundial e os relacionam às fases de expansão da produção material e de expansão financeira que completam um Ciclo Sistêmico de Acumulação (CSA).

Os períodos de expansão material correspondem ao “capital monetário [que] ‘coloca em movimento’ uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadorias)”. Já o período da expansão financeira, “uma massa crescente de capital monetário ‘liberta-se’ de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros” (ARRIGHI, 1996, p. 6). Neste último período, a inovação de produtos deixa de ser altamente rentável e os capitalistas chegam à conclusão de que emprestar dinheiro se torna mais lucrativo do que aplicar seus capitais na produção. Na fase material, o dinheiro para se valorizar se transforma em mercadoria e ressurgue valorizado depois do processo de troca (D-M-D’), tal como ensina Karl Marx. Já na fase financeira, o “dinheiro é produzido a partir do dinheiro” (D - D’) e será aplicado posteriormente em algum outro setor (ou até mesmo em uma nova posição geográfica) potencialmente mais lucrativo. Assim como Braudel, Arrighi (1996, p. 6) demonstra que “todas as grandes expansões comerciais da economia capitalista mundial anunciaram sua ‘maturidade’ ao chegarem ao estágio de expansão financeira”.

Estes são os períodos que poderemos nomear como de *ascensão* e *derrocada* num determinado ciclo sistêmico de acumulação. Os períodos de expansão financeira em exclusivo incluem “longos períodos de transformação fundamental do agente e da estrutura dos processos de acumulação de capital em escala mundial” (ARRIGHI, 1996, p. 88).

Os resultados dessas transferências de investimentos são permanentes “reestruturações geográficas” do sistema-mundo capitalista. Isto também é ressaltado por Wallerstein, que chama atenção para esse processo:

Processos produtivos têm decaído na escala hierárquica à medida que processos novos são inseridos no topo da hierarquia. Áreas geográficas específicas têm acolhido processos cujos níveis hierárquicos estão em constante alteração. Determinados bens experimentaram seus “ciclos de produção”, começando como centrais e acabando como periféricos. Além disso, certos *loci* tiveram seus *status* modificados para cima e para baixo, em termos do bem-estar relativo dos seus habitantes. [...] a polarização tem aumentado ao longo da história. Pode-se dizer, por isso, que as transferências geográficas e de produtos têm sido cíclicas. (WALLERSTEIN, 2001, p. 34).

Logo, esses rearranjos têm demonstrado importantes consequências que envolvem a economia-mundo – como a reestruturação geográfica que acabamos de citar – e que trazem à tona importantes debates em nível conjuntural e estrutural, sob a perspectiva do capitalismo histórico.

Assim, nota-se que o capitalismo não é estanque e nem estático. Para além do papel do processo de destruição criadora, tratado por Schumpeter (1961), que se relaciona com modificações qualitativas do processo de desenvolvimento econômico, faz-se importante destacar a mobilidade espacial do capital em busca de maior rentabilidade e de melhores condições para sua reprodução.

Num primeiro momento, o capitalismo teve por base o Mar Mediterrâneo. Posteriormente, depois das Grandes Navegações, deslocou o seu *locus* para o Oceano Atlântico, ao integrar a Europa, a América, a África e de lá, a Ásia. Sob a hegemonia dos Estados Unidos, apesar de não se abandonar o eixo Atlântico, teve início a criação de um eixo Pacífico, cuja hegemonia foi garantida pela vitória sobre os Japoneses na II Guerra Mundial. Do ponto de vista da produção e dos fluxos comerciais e financeiros, a partir da década de 1980, o eixo do Pacífico vem adquirindo maior dinamismo por conta da ascensão da China e de outros países da região. É esta lógica da movimentação espacial do capitalismo que impulsionou Giovanni Arrighi a construir o conceito de CSA. Para tanto, nesse processo de consolidação e desintegração de regimes, torna-se importante refletir acerca de quais são as características dos períodos de ascensão, maturidade, e derrocada de um sistema. Ao comparar os sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação, o autor afirma que:

Uma fase de expansão material seguida por uma fase de expansão financeira constitui o que nós chamamos de *século longo* ou ciclo sistêmico de acumulação (CSA). Podemos identificar quatro séculos longos ou CSAs parcialmente superpostos: (1) um ciclo genovês-ibérico, que vai desde o século quinze até o início do século dezessete; (2) um ciclo holandês, que se estende desde finais do século dezesseis até finais do século dezoito; (3) um ciclo britânico, que vai desde a metade do século dezoito até o início do século vinte; e (4) um ciclo norte-americano, que vai desde finais do século dezenove até o presente. Cada ciclo é denominado de acordo com o (e definido pelo) complexo particular de agentes econômicos e governamentais que conduziram o sistema capitalista mundial na direção de expansões materiais e financeiras que juntas constituem o século longo. (SILVER; ARRIGHI, 2012, p. 79).

Nesse sentido, cabe refletir sobre os elementos que podem indicar a saturação da hegemonia dos Estados Unidos e a criação de um novo centro sistêmico no entorno da China, como uma consequência aparentemente lógica desse movimento estrutural. Em tese, a ação da burguesia norte-americana de abandonar a produção (por meio de terceirizações ou deslocamentos produtivas) e focar seus interesses no mercado acionário ou no mercado de dívidas, tal como se desenha a globalização econômica iniciada na década de 1980, poderia significar o ponto de virada de seu ciclo hegemônico, ou seja, quando se abandona a fase produtiva e se ingressa na fase financeira. Em contraponto, o ingresso da China na economia

mundial, a estruturação de um grande parque produtivo e o crescente processo de agregação de valor por parte de suas empresas seria o indicativo de uma fase de ascensão material e produtiva que poderia levá-la a disputar a hegemonia com os Estados Unidos.

É importante ressaltar que não se pode fazer uma leitura sobre o futuro e vaticinar que a decadência dos Estados Unidos na ordem internacional será acompanhada pela assunção da China ao posto de centro sistêmico do capitalismo do século XXI. A História ensina que nada no campo das relações sociais é inexorável. Dentro de uma lógica econômica e por conta de nível de inter-relação entre os principais Estados europeus em 1914, a Primeira Guerra Mundial jamais teria eclodido, tal como demonstrou Keynes (2002) em “As consequências econômicas da Paz”. Nesse sentido, é importante para uma análise da dinâmica interna de uma disputa hegemônica entre grandes potências, trazermos ao debate aspectos dos conflitos e das “contradições do sistema mais do que suas relações funcionais”. (FIORI, 2014, p. 115). Ao fazermos a crítica das projeções futuras de Wallerstein e Arrighi, apesar de considerarmos as contribuições destes autores fundamentais para uma análise conjuntural e estrutural, é novamente importante para as discussões que norteiam a presente dissertação, a abordagem da teoria do Poder Global de Fiori, que faz uma contraposição às teorias sistêmicas com a seguinte observação:

[...] Dentro dessa teoria das sucessões hegemônicas, o líder ou *hegemon* aparece na história como uma espécie de resposta funcional ao problema da ingovernabilidade de um sistema que é anárquico, porque formado por Estados nacionais soberanos. [...] essa teoria funcional e evolucionista da hegemonia não consegue dar conta do movimento contínuo de competição, luta e expansão dos Estados e economias nacionais que já conquistaram a condição de grandes potências e fazem parte do núcleo central de todo o sistema, mas seguem competindo entre si, mesmo nos períodos que aparentam alta tranquilidade hegemônica. [...] essas crises e guerras [fazem] parte do processo de reprodução e expansão do poder e da riqueza do próprio *hegemon*, que não foi eleito para ser representante, nem para cuidar dos interesses gerais da humanidade. (FIORI, 2014, p. 114).

Assim, a contribuição desses autores é muito mais útil como um modelo teórico que permite a reflexão sobre nosso objeto de pesquisa, do que como um vaticínio acerca de onde ocorrerá o próximo CSA, ou ainda o futuro da relação sino-americana.

1.1.4. Antonio Gramsci e o conceito de hegemonia

O tema das disputas hegemônicas⁷ é bastante analisado no campo da Ciência Política e das Relações Internacionais. Isso decorre do fato de que dentro do processo econômico e político, as nações se encontram em um processo de competição por poder e supremacia. Podemos remontar à Antiguidade Clássica, no momento onde as cidades-estado de Atenas e Esparta disputavam a hegemonia no mundo grego, tal como relatou o historiador Tucídides⁸.

O conceito de hegemonia⁹ de Antonio Gramsci foi difundido após a Segunda Guerra Mundial dentro dos debates da Ciência Política, e depois ganhou mais abrangência com a sua incorporação pelas disciplinas econômicas e internacionalistas. Gramsci era marxista, dirigente do Partido Comunista Italiano, e Redator-Chefe do jornal do Partido L'Unitá. Além de Marx e Lenin, é interessante notar a influência de “mestres renascentistas” como “Francesco Gucciardini¹⁰ e Nicoló Machiavelli” (FARIA, 2013, p. 209) sobre o pensamento do teórico marxista italiano, que incorporou a Ciência Política Clássica aos aportes do materialismo dialético, até então bastante influenciado pela economia e pela simplificação mecanicista do conceito de “luta de classes”.

O conceito de hegemonia passou amplamente utilizado, mesmo por correntes políticas avessas ao marxismo nos estudos das relações internacionais contemporâneas. Ao desenvolver este conceito, Gramsci buscava compreender as formas de dominação existentes numa sociedade de classes que iam muito além da coerção pura e simples. Por isso, Gramsci incorpora a crítica de Karl Marx ao papel da ideologia burguesa e como ela se transforma num dos principais sustentáculos do poder da classe capitalista.

É de Gramsci que deriva os conceitos de “sociedade estatal” e “sociedade civil” como as duas estruturas que se relacionam dialeticamente numa sociedade complexa como a burguesa. A sociedade civil, como um polo de poder, se manifesta por meio da cultura, da imprensa, da religião e por organizações de classe. O controle do Estado nesse tipo de sociedade não garante necessariamente a dominação, conforme aponta Faria:

⁷ No contexto de possível substituição do agente hegemônico, Raymond Williams chama atenção ao fato de que, “exceto nas versões extremas de determinismo econômico, nas quais um sistema ou uma estrutura econômica nasce e cai por suas próprias leis, a luta por hegemonia é vista como um fator necessário ou decisivo em qualquer tipo de mudança radical [...]”. (WILLIAMS, R., 2003, p. 160, tradução nossa).

⁸ Vale destacar que o historiador grego dá nome ao conceito chamado de “Armadilha de Tucídides”, trabalhado por Graham Allison (2015), que procura analisar a inevitabilidade de conflitos militares decorrentes do choque entre a potência estabelecida e a potência emergente.

⁹ É importante observar que a palavra “hegemonia” derivou-se da palavra grega “eghemonia”. De acordo com Luciano Gruppi (1978, p. 1) “o antigo grego [a] entendia [como] a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército. Na época das guerras do Peloponeso, falou-se de cidade hegemônica para indicar a cidade que dirigia a aliança das cidades gregas em luta entre si”. Dessa forma, Antonio Gramsci “usa esse termo não só no sentido tradicional que salienta principalmente a dominação, mas no sentido originário da etimologia grega (‘direção’, ‘guia’)” (GRUPPI, 1996, p. 78).

¹⁰ Destaca-se que Francesco Gucciardini foi entusiasta das ideias do historiador grego Tucídides.

A norma fundadora das sociedades organizadas em Estado foi a regulação do acesso e uso do meio de produção fundamental, a terra, pois, em seu período originário, tratavam-se de sociedades agrícolas. Se essa foi imposta inicialmente pela força, na forma de uma norma coercitiva, logo vieram se combinar com mecanismos de produção de consenso de cunho religioso, como é afirmado na citação de Guicciardini referida por Gramsci, e que complementaram seu caráter hegemônico com a investidura da religião na função de primeiro aparelho ideológico do Estado. (FARIA, 2013, p. 211).

Refletindo sobre a complexidade das relações internacionais, na qual não basta o poder coercitivo para garantir a dominação de uma nação sobre outra, é importante compreender quais os outros mecanismos não coercitivos que explicam esta situação. Daí a utilização do conceito gramsciano de hegemonia para analisar as relações internacionais, que não apenas reflete a dominação de uma classe social por outra, mas também entre nações hegemônicas e nações subalternas.

Para Gramsci, o conceito de hegemonia abrange não somente a uma posição política dominante, mas também, remete ao contexto que instituiu uma visão de mundo onde há divisões entre política e economia, entre público e privado, por exemplo, o qual é constituinte de uma ideologia hegemônica burguesa:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2000, p. 48).

Perry Anderson atenta para o fato de que Gramsci estendeu sua noção de hegemonia “desde sua aplicação original das perspectivas da classe operária em uma revolução burguesa contra uma ordem feudal, aos mecanismos da dominação burguesa sobre a classe operária em uma sociedade capitalista estabilizada” (ANDERSON, 1981, p. 19). Ao analisar a evolução do conceito em Gramsci, Anderson ainda observa que: “O Estado é o lugar da dominação armada ou coerção da burguesia sobre as classes exploradas [...] a oposição entre força e consenso, coerção e persuasão, Estado e Igreja, sociedade política e sociedade civil”. (ANDERSON, 1981, p. 17).

Dessa forma, Gramsci utiliza-se do conceito de hegemonia ao referir-se à subordinação ideológica das classes subalternas pela burguesia, a qual domina mediante sua capacitação para o consenso. No entanto, a riqueza da abordagem gramsciana nos permite extrapolar os conceitos de um determinado tipo de sociedade nacional para as relações internacionais, visto

que o processo de dominação abrange a difusão de valores ideológicos, políticos, e culturais que visam a justificar o papel predominante de uns e subordinado de outros. Uma observação que enriquece a presente reflexão nos diz que:

[...] Gramsci usou um conceito mais amplo, **supremacia**, para definir a posição da classe dominante dentro do bloco histórico. Gramsci argumentou que a supremacia poderia ser assegurada primeiramente por hegemonia (incluindo um tipo de hegemonia ‘aética’ baseada na fraude), mas também poderia ser assegurada primeiramente por meio da força, pela dominação do grupo dominante sobre todos os demais. [...] De qualquer forma, em toda ordem social real, tanto hegemonia quanto dominação aparecem. A tarefa política do grupo que busca a supremacia é assegurar a hegemonia sobre forças sociais aliadas e dominação sobre adversários. (MURPHY, 2014, p. 53, grifo nosso).

Dessa forma, o conceito de hegemonia, tal qual entendemos, nos permite analisar o papel hegemônico de uma potência mundial não apenas em termos militares, econômicos, financeiros, e políticos, mas também, por sua capacidade de exercer influência por meio de suas ideias, instituições¹¹, e de sua cultura. É importante observar que o governo norte-americano, principalmente a partir dos anos 1940, valeu-se de organizações culturais de “fachada”, criadas pela *Central Intelligence Agency* (CIA), com o intuito de disseminar sua ideologia dentro e fora de seus limites territoriais (WILFORD, 2008).

Dentro dessa perspectiva, não se pode negligenciar, contudo, o papel da mídia internacional em construir a visão de mundo que garante o lugar privilegiado dos Estados Unidos, não apenas transmitindo a sua visão dos fatos, mas também construindo um consenso acerca de valores que, muitas vezes, eles próprios não aplicam.

1.1.5. Robert Cox: hegemonia e relações internacionais

Ao colocarmos essa questão sob o ângulo da teoria crítica nas Relações Internacionais, Robert Cox (1993) explica que a palavra “hegemonia”, muitas vezes, é utilizada erroneamente nos estudos das relações entre estados em nível mundial. Ele observa que um Estado hegemônico, historicamente, manifesta a hegemonia nacional de uma classe dominante já existente, devido a um processo que revolucionou profundamente suas bases sociais e econômicas. A hegemonia de uma nação torna-se mundial quando ultrapassa suas fronteiras

¹¹ A análise de Gramsci também nos permite entender de forma abrangente as instituições compreendidas em sua análise da sociedade civil – tanto as coercitivas quanto as consensuais – por meio da mirada “além dos papéis regulatórios desempenhados pelas instituições públicas juridicamente constituídas, para descobrir os papéis desempenhados por instituições domésticas, internacionais e transnacionais menos formais [com o intuito de] descobrir ‘que governo mundial tivemos’ fora das instituições internacionais criadas por Estados soberanos”. (MURPHY, 2014, p. 19).

territoriais, penetrando fortemente nos demais Estados, “sugerindo” um padrão correspondente às suas instituições econômicas, políticas, e sociais.

Com a aplicação da teoria crítica ao estudo das Relações Internacionais é possível compreender como as ações de cada agente se articulam em três “esferas de atividade”, ou seja, entre Estados, forças sociais, e ordens mundiais, e ainda, como esses três níveis se inter-relacionam entre si, moldando-se ou causando transformações estruturais. Por meio do método das estruturas históricas essas esferas de atividades revelam que as “mudanças na organização da produção geram novas forças sociais as quais, por sua vez, trazem mudanças na estrutura de Estados; e a generalização de mudanças na estrutura de Estados altera a problemática da ordem mundial”. (COX, 1996, p. 100). Este método de compreensão é claramente derivado do pensamento de Gramsci que evidencia os períodos de crises orgânicas como aqueles capazes de dismantelar um bloco histórico. Essas crises se dariam “a partir de incongruências desenvolvidas dentro da chamada superestrutura, tanto quanto de contradições que houvessem crescido entre a superestrutura e a infraestrutura” (MURPHY, 2014, p. 37). A infraestrutura dentro dessa lógica aparece como o modo de produção em Gramsci.

Nesse sentido, é importante lembrar que, de acordo com o método das “totalidades limitadas” de Cox, as estruturas não podem ser pensadas como determinantes nas ações humanas, e sim, como parte de um contexto em que as “categorias de forças” são partes constituintes e que devem ser analisadas, pois de acordo com o autor, “a estrutura histórica não representa o mundo inteiro, mas sim uma esfera particular da atividade humana em sua totalidade historicamente situada” (COX, 1996, p. 100). As categorias de força que compreendem esse complexo de relações sociais, observadas por Cox, interagem numa determinada estrutura histórica e são compostas por bases materiais, ideias, e instituições¹²:

Esta estrutura tem a forma de uma estrutura histórica, uma combinação específica de padrões de pensamento, condições materiais, e as instituições humanas que têm uma certa coerência entre seus elementos. Estas estruturas não determinam a ação dos povos, em qualquer sentido mecânico, mas constituem o contexto de hábitos, pressões, expectativas e limites dentro dos quais a ação tem lugar. (COX, 1996, p. 97, tradução nossa).

¹²Uma observação atenta acerca das instituições internacionais que Cox sustenta é a de que, “embora a configuração estável das agências ONU tenha ajudado a cristalizar a supremacia das visões de mundo e forças sociais (e por necessidade), as agências globais também forneceram um espaço político no qual forças sociais opositoras pudessem articular suas próprias visões de mundo e desenvolver alianças contra-hegemônicas, o espaço político no qual muitas das políticas internacionais que desafiavam a Ordem do Mundo Livre estavam sendo conduzidas” (COX, 1980^a apud MURPHY, 2014, p. 40).

É importante assinalar que, apesar de se poder pensar a realidade social em termos estruturais, tal como defende Braudel e seus simpatizantes, isso não pode excluir a ação consciente dos agentes sociais, que nesse emaranhado de inter-relações continuam possuindo capacidade política de agir em defesa de seus interesses, obtendo ou não sucesso. Por isso atentamos para importância das instituições internacionais, as quais têm o papel fundamental de preservar e perpetuar (não como forma de reprodução mecânica, mas sim, passível de conflitos endógenos causadores de mudanças) uma determinada ordem, garantindo a hegemonia mundial no plano consensual no sentido de Gramsci, porém, não restrita a elas (COX, 1996). Conquanto, Craig Murphy chama a atenção para o seguinte axioma:

Apesar de as organizações internacionais terem agido como parte da ‘superestrutura’ da economia global capitalista, não foram simplesmente instituições ‘funcionais’ para o capitalismo que, de alguma maneira, seriam resultados ‘inevitáveis’ do próprio capitalismo. Sua história é parte dialética entre o capitalismo e maneiras alternativas de se organizar a vida econômica e política. [...] Ao buscar a legitimidade necessária para levar a cabo suas demais atividades, as agências globais fortaleceram movimentos sociais que esperam substituir os governos nacionais de hoje com instituições universais garantidoras dos direitos humanos, atendendo às necessidades humanas básicas e preservando o meio ambiente global. No entanto, ainda que organizações internacionais possam por vezes contribuir para forças que ameaçam o capitalismo industrial, um argumento óbvio é o de que elas teriam se tornado necessárias para o sucesso deste. (MURPHY, 2014, p. 12).

Nesse sentido, compreendemos que, de acordo com o autor citado – que assim como Cox, planteia seus estudos a partir de conceitos gramscianos – há uma relação dialética de forças sociais que ultrapassam as fronteiras dos Estados e a sociedade civil e, nessa lógica, não se separa do Estado, pois pode ser um elemento que não apenas se conforma a uma determinada ordem, mas que pode atuar de forma importante na sua transformação. Portanto, vale a pena citar o exemplo de como a atuação da sociedade civil norte-americana influenciou o governo para o desfecho da Guerra do Vietnã. Aquela guerra foi perdida internamente, já que em termos militares o poderio dos EUA era significativamente maior que o dos vietnamitas. Se fossem utilizados sem restrições, acabaria por liquidar a resistência destes.

Quando uma nova ordem hegemônica se estabelece, tal como a fundada pelos Estados Unidos no período que se inicia com o fim da Segunda Guerra Mundial e permanece até os dias atuais, verificamos que, seguindo o raciocínio de Cox, e de acordo com Faria, há:

[...] um dado arranjo ou conjunção coerente entre uma certa configuração do poder material (uma hierarquia econômica e militar), a imagem coletiva prevalecente da ordem mundial (um certo padrão a ser preservado e mantido, inclusive com suas normas) e o conjunto de instituições que administra essa ordem com ares de

universalidade no sentido de não parecer um mero instrumento de dominação do Estado líder. (FARIA, 2013, p. 220).

Contrariando outras correntes de pensamento, como as liberais ou institucionalistas, que creditam às instituições a capacidade de constranger o poder de atuação de um Estado hegemônico, Cox procura provar exatamente o contrário, pois, como vimos, as instituições se valem de artifícios poderosos de expansão e manutenção de regras e normas que atendem especificamente aos interesses mais intrínsecos ao *hegemon*.

É importante frisar que a escolha dessa perspectiva teórica é aquela que mais atende ao nosso objeto de pesquisa. Não se trata apenas de uma disputa entre Estados pela hegemonia na ordem internacional. Torna-se necessário analisar a relação considerando os seus aspectos dialéticos, pois no mesmo momento em que há tentativas evidentes por parte de setores dos Estados Unidos em conter a China, há dentro da classe dirigente norte-americana interesses econômicos fortíssimos que encontram na China um parceiro econômico importante, além de ser um espaço privilegiado para a expansão de suas estratégias industriais/empresariais. Conforme ressaltamos, isso contrasta fortemente com o que ocorreu na Guerra Fria, pois o sistema econômico soviético não possuía maiores ligações com a estrutura do que aqui denominamos de Economia-Mundo capitalista. Assim, a mencionada estratégia de “contenção e engajamento” ou, – no interessante termo cunhado por Aaron Friedberg (2012, p. 88) – “*congagement*” (junção das duas palavras, em inglês), não deixa de refletir o próprio equilíbrio de forças da sociedade norte-americana. Já do lado chinês, apesar da aparente coerência nas estratégias desenvolvidas pelo governo chinês, existem também as diferentes concepções políticas que se abrigam sob o PCCh, desde aquelas que preconizam um maior nível de liberalização econômica, até outras que enfatizam o nacionalismo e a completa superação dos efeitos do “Século de Humilhações” entre 1840 e 1949.

Tal como discutiremos adiante, é preciso refletir se a crescente influência da China pode ser vista como uma tentativa de alterar as regras e instituições do sistema internacional, o que ameaçaria a supremacia mundial dos Estados Unidos e que resultaria no aumento de tensões e desconfianças, ou, por outro lado, se será possível o estabelecimento de um novo tipo de relacionamento entre grandes potências, em que diante da impossibilidade de uma vitória total em quaisquer campos de batalha, poderia se chegar a uma situação de equilíbrio. Daí surge uma questão central que é saber se os Estados Unidos estão dispostos a se adaptarem a um novo ambiente internacional ou se buscarão manter sua hegemonia a qualquer custo.

2 A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA NA ORDEM MUNDIAL HEGEMÔNICA: DO “DESTINO MANIFESTO” ÀS POLÍTICAS DE CONTENÇÃO DA CHINA

Em 1945, enquanto este dia nascia [6 de agosto], Hiroshima morria. Na estreia mundial da bomba atômica, a cidade e sua gente viraram carvão num instante.

Os poucos sobreviventes perambulavam, mutilados, sonâmbulos, no meio das ruínas fumegantes. Andavam nus, e em seus corpos as queimaduras haviam estampado as roupas que usavam quando houve a explosão. [...]

Três dias depois, o presidente Harry Truman falou pelo rádio.

Disse:

–Agradecemos a Deus por ter posto a bomba em nossas mãos e não nas mãos dos nossos inimigos; e rogamos a Deus que nos guie em seu uso, de acordo com seus caminhos e seus propósitos.

(Eduardo Galeano – Os Filhos dos Dias)

Constarão neste e no próximo capítulo breves reflexões sobre os princípios norteadores da inserção externa de Estados Unidos e China, além da tentativa de problematizar quais as características históricas desses princípios solidificaram a base ideológica que explica a concepção de hegemonia de cada país. De fato, podemos identificar que na constituição da consciência social de ambos os países há uma noção de excepcionalidade acerca de sua história e de sua formação. Na perspectiva dos Estados Unidos, prevalece a noção de um “Destino Manifesto” – *Manifest Destiny*, uma visão missionária de cunho religioso de seu papel na interação mundial. Já no horizonte chinês pairam como perspectivas as experiências dinásticas da China Imperial conhecida como “Tudo sob o Céu” – *Tiānxià* 天下, em que cabia ao imperador chinês exercer o seu mandato celestial por meio da virtude. Nesse sentido, não cabia à China reproduzir o modo de vida de outros povos e, tampouco, fazer proselitismo de sua cosmovisão.

Como discutimos na introdução, o consenso doméstico, que complementa de forma importante o caráter hegemônico de um Estado, tende a expressar aspectos culturais

historicamente construídos em seu interior. Também é importante observar, como veremos adiante, que as políticas externas dos países em questão denunciam essas crenças e valores por meio de seus líderes, nas dimensões prática e retórica. Não pretendemos, no entanto, esgotar todas essas características, e sim, delinear de forma concisa o perfil de atuação cada Estado com vistas à constituição de mais uma ferramenta de análise para compreender como a ascensão econômica, política e militar da China tende a influenciar as ações do governo dos Estados Unidos no sentido de buscar estender a sua hegemonia nos assuntos globais.

2.1 O sentido “excepcional” dos Estados Unidos

A partir da autopercepção americana de seu caráter excepcional com base no seu “Destino Manifesto”, buscamos inferir características importantes do comportamento internacional do Estado a partir do seu campo doméstico, o que nos dará subsídios para análise de política externa ao estilo imperial.

Antes de se configurar como uma doutrina estratégica, esse sentimento de excepcionalidade contribuiu de forma significativa na constituição do país como um *hegemon*, pois além de ser “incorporado institucionalmente”, também funcionou como um “conceito de antecipação e movimento” (STEPHANSON, 1995, p. xiv, tradução nossa). Conforme assinalou Thomas McCormick (1995, p. 7, tradução nossa), a “hegemonia não acontece simplesmente, indivíduos e grupos de pessoas a fazem acontecer”. Com isso em mente, devemos observar que a supremacia econômica, como “base indispensável da hegemonia para todas as outras formas de poder” que a engloba, garante sua permanência temporal maior se considerarmos que toda hegemonia mundial será um dia eclipsada (MCCORMICK, 1995, p. 5). Historicamente analisando, a supremacia econômica alcançada pelos Estados Unidos é herdeira do projeto de expansão, como observaremos, dentro e fora de seus limites continentais, e o propósito divino do Destino Manifesto confirmou-se como uma ideologia conducente neste processo.

Em outros períodos históricos, é importante notar, diferentes estados-nações ou impérios também invocavam para si um caráter superior ou universal, utilizando-se no geral, de uma fonte religiosa que o confirmasse. De acordo com Eric Hobsbawm (2011, p. 346), “durante grande parte da História e na maior parte do mundo (sendo a China talvez a principal exceção), os termos em que todos os homens, exceto um punhado de pessoas emancipadas e instruídas, pensavam o mundo eram os termos da religião tradicional”.

No caso dos Estados Unidos, esse sentimento tem sua fonte na Inglaterra onde se constituiu uma crença religiosa excepcional pelo grupo dos separatistas que iniciaram a migração para a “Nova Inglaterra”, num período de “forte providencialismo” – entre 1620 e 1660 – que os diferenciava das “formas satânicas do papismo” que, em sua concepção, ainda impregnadas a religião oficial daquele país (STEPHANSON, 1995, p. 4, tradução nossa). No entendimento de Cristina Pecequilo:

[...] A fim de consolidar este modo de vida, os Estados Unidos ocupam um lugar especial no mundo, ao qual se atrela uma tarefa: a promoção deste exemplo inicialmente por meios retóricos e depois práticos. Os meios retóricos referem-se à premissa do ‘ensinar pelo exemplo’ (*teach by example*) e à imagem do ‘farol da humanidade’ (*beacon of mankind*) e da ‘cidade na colina’ (*city upon the Hill*), ao lado da expressão alianças não permanentes (*non-entangling alliances*). Para estas visões, a perspectiva é de que a expansão da democracia internacionalmente encontra-se associada à consolidação da nação. No século XVIII, essa avaliação respondia a uma realidade concreta de fragilidade de um país recém-independente que precisa se fortalecer e se preservar de ameaças. (PECEQUILO, 2012, p. 3).

A concepção de uma doutrina do “Destino Manifesto” foi criada por John O’Sullivan em 1845, no momento em que o país incorporava o território do Texas à União. No entanto, já antes deste período, os colonos da Nova Inglaterra, estes em grande parte de origem puritana que se enxergavam como os verdadeiros cristãos¹³, já se viam como o novo “povo eleito” de Deus, imbuídos de uma missão de expandir para as novas terras a sua população e as suas convicções religiosas. A criação dos Estados Unidos, em 1776, impulsionou este movimento, levando as Treze antigas Colônias a ocuparem toda a extensão de terra entre os Montes Apalaches e o Oceano Pacífico, incorporando nesta conquista as terras da Espanha, da França e, principalmente, do México (WILLIAMS, 2007). O movimento do “Grande Despertar” (1730)¹⁴ – *Great Awakening* – confirmou o esforço em unir o sagrado ao secular com vistas à construção de uma nação rumo ao progresso ordenado. Após a Revolução, essa discursiva secular já se moldava ao embasamento religioso do propósito divino conferindo um sentido à

¹³ Em sua análise acerca da ideologia religiosa e a crescente secularização dos movimentos de massa no final da década de 1780, Hobsbawm (2011, p. 360) complementa nossa reflexão com a seguinte observação: “Os seguidores de seitas politicamente ativas e radicais no período das revoluções francesa e americana pertenciam antes às mais antigas, rígidas e tranquilas comunidades puritanas que tinham sobrevivido desde o século XVII, estagnadas ou, até mesmo, evoluindo em direção a um deísmo intelectualista sob a influência do racionalismo do século XVIII: os presbiterianos, os congregacionistas, os unitaristas e os *quakers*”.

¹⁴ [...] “Jonathan Edwards, líder pregador e teólogo do Grande Despertar, foi central nesta reconceitualização do sagrado-secular na forma de tempo progressivo. Estendendo a ideia de missão para todo o conjunto colonial anglófono ‘América’, Edwards transformou-o em um lugar de abundância e de cumprimento crescente da promessa milenar. O céu e a terra se tornariam um, mas ao longo do tempo, um ‘período de perfeita paz’ que se seguiria na América e, eventualmente, no mundo como um todo. [...] Edwards [foi] o mais importante no nosso contexto por ter ampliado o quadro bíblico para incluir os avanços da atividade secular, e por ter ampliado a genealogia Puritana para incluir todos os americanos brancos em uma história protonacional, pronta para a sua apropriação pelo país vindouro”. (STEPHANSON, 1995, p. 12-13, tradução nossa).

ideia de “América”. De forma gradual, na medida em que o país se expandia para fora do continente americano, o conceito de Destino Manifesto foi ganhando traços seculares que resgatava o sentido de liberdade anglo-saxã (STEPHANSON, 1995, p. xii).

O selo nacional (*Great Seal*) é a própria representação dessa dicotomia, cujas inscrições assim a revelam: *Annuit coeptis* (“Ele aprova nossos empreendimentos”) e *Novus ordo seclorum* (“Nova Ordem dos Séculos”) (STEPHANSON, 1995, p. 5-6). Nessa nova síntese, o ‘Americanismo’¹⁵ como um modo de vida, tanto de católicos quanto de protestantes, conflui para o projeto de expansão territorial sob a bandeira da liberdade e democracia universais, notadamente condizente com o período tendencioso de “enfática secularização” (1789-1848) de que fala Hobsbawm (2011, p. 352).

Não obstante, há posicionamentos que evidenciam o caráter mítico da democracia norte-americana já nesse período, marcado por constantes influências seculares, pois é evidente, para alguns estudiosos (SPYKMAN, 2008; HOBSBAWM, 2011; ANDERSON, 2015), de que apesar dos traços religiosos, a ideologia americana estava imbuída de interesses de uma classe média liberal:

Não há dúvida de que a grande massa de cidadãos dos novos Estados Unidos acreditava em alguma forma de religião (principalmente na protestante), mas a Constituição da República foi e continuou sendo agnóstica, apesar de todos os esforços para mudá-la. [...] Ao mesmo tempo este secularismo da revolução demonstra a impressionante hegemonia política da classe média liberal, que impunha suas formas ideológicas particulares a um movimento de massas bem vasto. (HOBSBAWM, 2011, p. 349-350).

De fato, a responsabilidade da Revelação pelo Destino Manifesto sofreu constantes mutações e influências de interesses dessa classe média preocupada em justificar seus intentos nitidamente comerciais. A articulação do sagrado e secular forjou importante arquitetura na construção da nação hegemônica tal qual conhecemos hoje. Somados a isso, a teoria da “tese da fronteira” – *frontier thesis*, de Frederick Jackson Turner, formulada na década de 1880, acabou por se constituir no paradigma de ação estadunidense a partir da expansão ao Oeste, ou seja, do romper das fronteiras que instituiu, de acordo com a teoria, o desbravamento de

¹⁵ O “Americanismo” como uma visão de mundo abriu caminho para novos intentos como as incursões americanas para além de seu domínio continental. Impregnado no ideário comum, contribuiu para legitimar a saída da nação de seu isolacionismo naquele período. Como exemplo desse ideário, citamos o discurso em 1898 do arcebispo católico e entusiasta da “americanização” do catolicismo John Ireland: “Hoje nós proclamamos uma nova ordem das coisas. A América é grande demais para ser isolada do mundo ao seu redor e para além dela. Ela é uma potência mundial a quem nenhum interesse mundial é estranho, cuja voz alcança longe, cujo espírito viaja através dos mares e montanhas para a maioria dos continentes distintos e ilhas. [...] Este é o americanismo, mais que território americano, ou navios americanos, ou soldados americanos. Onde esse ideal maior de vida americano não é realizado de forma suprema, a América não chegou; onde este ideal é supremo, a América reina” (STEPHANSON, 1995, p. 93).

espaços “selvagens” e a valorização do pioneiro, caracterizado como o exemplo do indivíduo empreendedor e democrata:

O pioneiro, seja em sua versão primitiva como caçador de peles, seja como o cowboy do século XIX, era um modelo tipicamente americano, gerado pelas condições do país e a ela adaptado. As terras livres seriam uma espécie de ‘válvula de escape’ para as tensões sociais do Leste. Sempre que o ambiente social das grandes cidades do Leste estivesse perto de uma convulsão, os descontentes poderiam migrar para o Oeste. Nessa perspectiva, as terras livres eram fundamentais para a existência das instituições democráticas norte-americanas. (AVILA, 2005, p. 154).

A tese em questão teve uma importância considerável na constituição dos Estados Unidos como um império expansionista, não apenas dentro de seu território, antes apenas delimitado pelas 13 colônias situadas na Costa Leste, mas também legitimando sua dominação e influência em nível mundial. Avila (2005) observa que a tese de Turner, foi amplamente divulgada e endossada por Woodrow Wilson (que se autodeclarou como “tuneriano”), desde os tempos em que era seu colega de universidade, até no momento de sua administração (1912-1920), quando a tese pode ser observada na forma concreta por meio das intervenções externas do país sob seu comando, “buscando novas fronteiras econômicas”, manifestando também “seu interesse em espalhar os valores democráticos dos Estados Unidos às nações menos favorecidas e liderá-las no mundo moderno” (AVILA, 2005, p. 159). As intervenções Wilsonianas no Haiti (1915), São Domingos (1916), e Cuba (1917), são importantes exemplos das “missões” norte-americanas. (AVILA, 2005, p. 159).

Ainda de acordo com Avila (2005, p. 158-159), não somente na administração de Wilson a tese de Turner obteve seu respaldo. Antes, já nas administrações de William McKinley (1897-1901) e de Theodore Roosevelt (1901-1909), a tese da fronteira, por meio de seus governos, baseou a atuação do país em política externa que ganhava “contornos nitidamente imperialistas, com uma série de intervenções na América Latina e com a formulação da ‘Doutrina das Portas Abertas’, que buscava assegurar os preciosos mercados do Oriente às indústrias estadunidenses”. No momento em que o país consumava o controle do território “costa a costa”, teve início a sua projeção sobre o Pacífico, tomando da Espanha as Filipinas e Guam, e incorporando o arquipélago do Hawaii para seus domínios. Na frente Atlântico-Caribenha, além de incorporar o território de Porto Rico, afixa a Ilha de Cuba sob seu protetorado. A partir daí, principalmente sob o governo de Theodore Roosevelt, teve início com a diplomacia da “cenoura e do porrete” – *carrot and stick*, que se abateu sobre os demais países da América Latina.

Entrementes, apesar de ser contestada como um princípio científico, a *frontier thesis* criou raízes profundas na sociedade norte-americana, servindo como respaldo ideológico para a construção dos valores norte-americanos, como a defesa do sistema capitalista, o liberalismo econômico, o sentido missionário democrático da nação, além de reforçar uma inerente capacidade de liderança e de conquistas (de caráter individualista e “natural”) do povo americano.

É importante notar que o “excepcionalismo” do modelo americano foi forjado desde a formulação da Constituição de 1787, o que garantiu o experimento americano como uma República democrática que instituiu o país como modelo da melhor democracia do mundo, cujo futuro, de acordo com os Federalistas, dependia de seu sucesso. A Segunda Emenda da Constituição dos Estados Unidos (1791) estabeleceu textualmente que “uma milícia bem regulamentada, sendo necessária à segurança de um estado livre, o direito do povo de manter e portar armas não será transgredido” (UNITED STATES SENATE, 1994), o que reforçou o papel proativo do indivíduo na construção e na defesa dos ideários tidos como fundamentos da nação.

A consolidação dos Estados Unidos como potência econômica e militar fez com que este país desde cedo compreendesse o papel estratégico que a América Latina teria para seus próprios interesses vis-à-vis aos das potências europeias. Daí surge um conceito muito importante na concepção internacional do país relacionado à “contenção” de possíveis competidores. A política de contenção¹⁶ e seu *hard power* legitimaram a imposição dos interesses políticos e econômicos norte-americanos, garantindo seu espaço de influência nos mais diversos territórios, além de barrar os interesses de outras nações dentro de seu espaço estratégico de atuação ou da “zona vital” assim constituída. No início do século XIX, a zona de dominação exclusiva norte-americana estava restrita ao hemisfério ocidental, ou “Novo Mundo” com base nas diretrizes políticas da Doutrina Monroe de 1823 (PECEQUILO, 2012). Neste aspecto, conforme ressaltou Henry Kissinger, tais perspectivas se alinham mais à corrente política de Theodore Roosevelt, que colocava o interesse nacional norte-americano sobre quaisquer outros, inclusive a própria disseminação dos valores éticos e morais da nação americana (KISSINGER, 2007).

¹⁶ Grande promotor das políticas de contenção na Guerra Fria, George Kennan as concebeu sob a forma de ações concentradas em espaços geográficos específicos. Não obstante, como “Eufemismo burocrático, a ‘contenção’ era um termo árido demais para galvanizar a opinião pública para o lançamento da Guerra Fria. Mas poderia ser facilmente traduzido pelo que, doravante, seria a peça central da ideologia imperial norte-americana: segurança. Nos anos críticos de 1945-1947, essa palavra se tornou o slogan-chave que liga a atmosfera interna e as operações externas em uma única frente e garante a passagem do New Deal para a Doutrina Truman”. (ANDERSON, 2015, p. 39).

Outro elemento a ser incorporado com relação ao excepcionalismo norte-americano foi a lógica imperialista herdada da Inglaterra, que ganhou terreno na formação da ideologia do “Império como modo de vida” – *Empire as a way of life*, que foi traduzida no “sinônimo da realização de Sonhos”, extrapolando a lógica religiosa a níveis mais extremos e confluindo para a supressão de outras culturas e comunidades primitivas – em grande medida sob a influência da tese da fronteira, como observado – além do confisco de territórios no estrangeiro e a expansão de seu governo para todo o globo.

Nesse contexto, expressões como “estender o espaço de liberdade”, “integridade territorial e administrativa” e “salvando o mundo para democracia”, entre outros, respaldaram as “atitudes e práticas imperiais” em sucessivas gerações (WILLIAMS, 2007, p. 4). Ainda de acordo com Williams (2007, p. 5) “Esse processo de reificação – de transformar as realidades de expansão, conquista e intervenção em retórica piedosa sobre a virtude, riqueza e democracia – alcançou seu apogeu durante as décadas após a Segunda Guerra Mundial”. Os elementos constitutivos do repertório ideológico norte-americano e das condições materiais que moveram o país em direção ao *status* de nação hegemônica estão, em suma, concentrados nesta citação de Perry Anderson:

O Império dos EUA que passou a existir depois de 1945 teve uma longa pré-história. Na América do Norte, de forma singular, as coordenadas originárias do império foram coetâneas da nação. Elas se assentavam na combinação de uma economia de colonização livre de quaisquer resíduos ou impedimentos feudais do Velho Mundo e um território continental protegido por dois oceanos, produzindo a forma mais pura de capitalismo nascente, no maior Estado-nação de toda a Terra. [...] Aos privilégios objetivos de uma economia e geografia sem paralelos foram acrescentados dois potentes legado subjetivos, um de cultura, outro de política: a ideia (oriunda da colonização puritana inicial) de uma nação que gozava de privilégio divino, imbuída de uma vocação sagrada; e a crença (oriunda da Guerra da Independência) de que uma república dotada de uma constituição de liberdade eterna havia surgido no Novo Mundo. A partir desses quatro ingredientes se desenvolveu, muito cedo, o repertório ideológico de um nacionalismo norte-americano, caracterizado por uma *complexio oppositorum* [“união de opostos”] de excepcionalismo e universalismo. (ANDERSON, 2015, p. 13).

É importante observar que, apesar de sua força, a retórica excepcional não obteve uma homogeneidade consensual dentro do território dos Estados Unidos. Os argumentos cristãos de Theodore Roosevelt, no início do século XX, com a finalidade de expandir as “missões” comerciais, não obteve maior aceitação se comparado aos anos 1840, quando a retórica tinha maior poder de persuasão (STEPHANSON, 1995). Somente no final do século XIX podia-se observar o crescimento de causas anti-imperialistas e correntes de pensamento que faziam críticas ao Destino Manifesto dentro do país. O teor de algumas dessas críticas pode ser

exemplificado na intervenção do então Senador Pettigrew feita em 1898, reproduzida por Anders Stephanson (1995, p. 103-104, tradução nossa), em que compara o Destino Manifesto a um “assassino de homens” que forjou “o forte para roubar os fracos”, estes reduzidos à escravidão, e como importante ferramenta de “tributação” aos povos subjugados.

Uma discursiva retórica, cedo ou tarde, irá revelar-se em sua essência e desvelar a quem ou as quais grupos ela corresponde. Nesse sentido, é sempre importante ter em mente que “para ser eficaz, uma ideologia tem tanto de refletir como de distorcer, ou ocultar, a realidade” (ANDERSON, 2015, p. 43). Apesar da grande força ideológica forjada desde os primórdios da constituição da nação, as atividades intervencionistas dos Estados Unidos no exterior sempre provocaram divisões no público norte-americano, que divergiam entre as formas resultantes de nacionalismo: o intervencionista e o isolacionista. Mesmo sendo Woodrow Wilson um dos artífices da Liga das Nações, o Congresso dos Estados Unidos rejeitou o ingresso do país naquela organização. Mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, apesar de defender a criação de a Organização Internacional do Comércio (OIC) na Conferência de Bretton Woods, tiveram que recuar por conta do veto do Congresso em submeter a política comercial do país às decisões de organismos internacionais.

A crença nacional que se sustenta até hoje, tanto baseada no excepcionalismo quanto no universalismo de que fala Anderson (2015), definiu dois caminhos opostos na estratégia internacional dos Estados Unidos: de um lado, o afastamento do “mundo profano”, de outro, o cumprimento da missão pelo mundo afora em nome dos ideais democráticos ditos como universais. O “nacionalismo isolacionista, representado pelas pequenas empresas e na pequena população de agricultores no centro-oeste”, foi derrotado definitivamente no período após a II Guerra Mundial pelo “nacionalismo intervencionista” representado principalmente por Roosevelt e “pelas elites bancárias e corporativas da costa leste”. Logo, é importante ressaltar que “expansionismo incremental dos de baixo” não foi fator determinante do Imperialismo americano (ANDERSON, 2015, p. 29-30).

Com uma “tendência para o elitismo”, os cidadãos norte-americanos, ao longo do tempo, foram se afastando cada vez das decisões em questões políticas, econômicas ou sociais como resultado da centralização dessas decisões do poder executivo, abrindo espaços para a eclosão de forças poderosas de um Imperialismo sustentado por essa elitização dos processos decisórios, principalmente em política externa, configurando-se num “presidencialismo imperial” garantido pela “marginalização” pública, o que dificultou tendências contrárias (MCCORMICK, 1995, p. 8, tradução nossa). É claro que são variados os fatores que garantiram essa marginalização e que podem ser pontuados num conjunto de estudos

produzidos no campo da sociologia, economia e política. Não obstante, dentro da discussão que se pretendeu nesta seção, é importante lembrar que o consenso frente à hegemonia historicamente construída em solo doméstico também coincidiu com a ampliação das “benesses” materiais alcançadas pelos cidadãos americanos, em determinados momentos, como resultado das ações norte-americanas pelo globo, principalmente nos períodos subsequentes à crise de 1929. É notório que “enquanto os russos perderam 20 milhões de vidas, por exemplo, os Estados Unidos criaram 17 milhões de novos empregos livres de bombas ou balas”, e, de fato, “quando se está indo bem, Império como um modo de vida é um sucesso estrondoso” (WILLIAMS, 2007, p. 168, tradução nossa). Certamente, se a expansão no exterior significar um melhor padrão de vida interno, maior será o respaldo popular às políticas de cunho imperialistas.

Apesar do aumento do ceticismo quanto às ações imperiais norte-americanas durante a Guerra Fria – principalmente após a derrota no Vietnã, em 1975, o ideário missionário da atuação dos EUA no exterior foi reforçado, durante o governo Reagan, com a imagem de que a luta contra a União Soviética era a batalha do “bem” contra o “Império do Mal” (capitalismo *versus* comunismo), entre os valores da liberdade e os do “totalitarismo”, e entre a fé em Deus e o ateísmo. É evidente que os círculos de poder que formulam a estratégia internacional dos Estados Unidos necessitam do apoio doméstico que viabiliza o voto popular para seus intentos. A existência de uma consciência social forjada nos ideais do Destino Manifesto é uma base importante para forjar consensos internos que justifiquem as atividades do país no exterior e ainda mais a aceitação de que importantes recursos econômicos e humanos sejam despendidos na manutenção do *status* hegemônico do país.

Ao observarmos os discursos de seus líderes governamentais, desde sua constituição como nação até o presente momento, verificamos o apelo religioso e providencial ao público interno, cujas opiniões têm oscilado de forma contraditória entre a aquiescência e a crítica, somente quando se trata dos meios de como a hegemonia do país é exercida, e não acerca da sua continuidade. Quanto a isto, a opinião pública parece estar galvanizada. Todavia, o país tem enfrentando constantes desafios para responder de forma eficaz aos custos do intervencionismo americano pelo mundo. A fim de ilustrarmos melhor aquela situação contraditória da população norte-americana, é interessante citarmos novamente Williams:

[...] o custo do Império não está devidamente tabulado dentre mortos e mutilados ou dos recursos desperdiçados, mas sim, na perda de nossa vitalidade como cidadãos. Temos cada vez mais deixado de participar no processo de autogoverno. Nós nos tornamos cada vez mais frustrados e fatalistas, e, portanto, preocupados com a gratificação individual. Finalmente, nós negamos qualquer responsabilidade; e,

como parte dessa abdicação final de nosso direito de nascença, indignadamente negamos que os Estados Unidos é ou que nunca foi um Império. Mas isso é negar a nossa própria história. Nós transformamos o nosso caminho imperial de vida a partir de uma cultura construída e beneficiada, a partir de uma Lei da Natureza evidentemente abstrata por si mesma, da qual agora temos de reexaminar a luz de seus custos e consequências. (WILLIAMS, 2007, p. 20, tradução nossa).

Atualmente, os Estados Unidos têm vivenciado novos desafios à manutenção de sua hegemonia, principalmente no campo doméstico, em que o bem-estar de grande parte da população está se deteriorando. Além de enfrentar problemas estruturais, como os déficits federais consecutivos, a elite política dos EUA se depara com o surgimento de novas ameaças, como o terrorismo em solo doméstico, o saldo negativo de guerras do Iraque e do Afeganistão, os fundamentalismos raciais, políticos e religiosos com a emergência de novos grupos étnicos que tendem a ameaçar a hegemonia WASP – *White Anglo-Saxon Protestant* (branco, anglo-saxão e protestante), dentre outras adversidades. Nesse sentido, Chalmers Johnson adverte:

[...] Os inocentes do século XXI vão colher inesperados desastres de *blowback*¹⁷ nas escapadas imperialistas das últimas décadas. Embora a maioria dos americanos possa ignorar amplamente o que foi, e ainda é, feito em seu nome, todos deverão pagar um preço alto – individual e coletivamente – pelos contínuos esforços de sua nação para dominar o cenário global. Antes de os danos de atos triunfalistas insensatos e da **retórica e propaganda triunfalistas** que os acompanham se tornarem irreversíveis, é importante abrir uma nova discussão sobre nosso papel global durante e depois da Guerra Fria. (JOHNSON, 2007, p. 74-75, grifo nosso).

De fato, o papel hegemônico dos Estados Unidos já não se encontra em uma situação confortável como ocorreu durante a década de 1990. Para além de desafios internos, relacionados com a sua coesão social, pela debilidade de seu sistema financeiro ou ainda pela perda de dinamismo em diversos setores industriais, os Estados Unidos estão sendo desafiados pela ascensão de um importante competidor na Ásia: a China. Antes de discutirmos a evolução das relações sino-americanas, é importante refletirmos sobre as atuais estratégias de manutenção de sua hegemonia mundial.

¹⁷ Um importante termo para estudiosos da política externa norte-americana que foi elaborado pela CIA. [...] “em sua definição mais rigorosa, *blowback* não significa meras reações a acontecimentos históricos, mas a operações clandestinas realizadas pelo governo dos EUA com o objetivo de derrubar regimes estrangeiros, ou de obter a execução de pessoas que os Estados Unidos querem ver eliminadas por exércitos estrangeiros ‘amigos’, ou de ajudar a lançar operações de terrorismo de Estados contra populações além-mar” (JOHNSON, 2007, p. 9). Ainda de acordo com Johnson (2007), o principal efeito *blowback* ou “efeito bumerangue” sofrido pelos EUA, se deu em solo doméstico com o ataque terrorista em 11 de setembro de 2001, fruto das intervenções do país feitas em território afegão, a partir dos anos 1980, como estratégia de guerra frente à União Soviética.

2.2 Estratégias dos Estados Unidos para a manutenção da sua hegemonia mundial

Quando pensamos as possíveis disputas hegemônicas entre os EUA e a China, é importante retomar a trajetória da política externa norte-americana desde a última década do século XX, quando o país saiu vitorioso da Guerra Fria, até o lançamento da política de reequilíbrio asiático, quando direciona suas ações na contenção da China.

Vimos que os Estados Unidos sob o governo do presidente William “Bill” Clinton (1993-2001) priorizou a liderança internacional como forma de promover a resolução de conflitos e a abertura de mercados estrangeiros, impedir agressões externas, fortalecer a democracia e resolver os problemas globais. De acordo com o documento *The National Security Strategy for a New Century*, de maio de 1997, a estratégia de “engajamento” é central para “reforçar e adaptar as relações de segurança com as nações-chave ao redor do mundo e criar novas estruturas quando necessário” (FAS, 1997, n.p.). De acordo com o documento, o governo norte-americano deveria ser capaz de moldar o ambiente internacional por intermédio principalmente da diplomacia, propondo medidas e ajustes no ambiente internacional para alcançar um cenário mundial favorável. No entanto, provou-se que no governo Clinton houve muito mais intervenções militares do que em todo o período da Guerra Fria (FIORI, 2007). Dessa forma, a política externa se caracterizou pela forte intervenção unilateral e, nesse sentido, “uma nova arma havia sido adicionada ao arsenal imperial: guerra convencional não declarada” (ANDERSON, 2015, p. 110).

No início do século XXI, na administração Bush, a política externa privilegiava a transformação do sistema internacional centrada no poder militar devido às “ameaças externas”. A “Doutrina Bush” estava embasada nas críticas dos republicanos (principalmente os da ala neoconservadora) ao governo Clinton e ganhou novo fôlego com os atentados de 11 de Setembro de 2001. Com a ênfase na segurança e no engajamento militar, a “guerra ao terror” passou a ser defendida sob o argumento do direito unilateral dos Estados Unidos de intervir em qualquer lugar do mundo. É cada vez mais explícito que “após a Guerra Fria, constituiu-se um grande consenso [interno] em torno da estratégia de longo prazo dos Estados Unidos” (FIORI, 2007, p. 137).

Nas campanhas de 2007 e 2008, Barack Obama aparece como o candidato que se opõe à Guerra do Iraque iniciada por Bush e traz novamente em seus discursos, a necessidade da diplomacia na política externa dos Estados Unidos. Também nessa conjuntura emerge a definição de uma nova postura estratégica na política norte-americana com a NSS-2010, lançada em maio de 2010, pelo então presidente Barack Obama, que substituiu a Doutrina

Bush de 2002 (THE WHITE HOUSE, 2010). O documento aborda questões que, em linhas gerais, contemplam o “multilateralismo, o multipolarismo e a cooperação, abrindo espaço para temas sociais, ambientais, direitos humanos, ciência e tecnologia, e o bem estar da sociedade norte-americana em um contexto de globalização” (PECEQUILO, 2010, n.p.). Apesar do discurso contido no documento encontrar inconsistências com as práticas internacionais do país, verifica-se a estratégia norte-americana de concentrar seus esforços não mais no Oriente Médio, e sim no fortalecimento da posição militar dos Estados Unidos e das alianças estratégicas na região da Ásia- Pacífico, como forma de reestabelecer e manter sua posição hegemônica naquela região.

É importante levarmos em consideração que, conforme já observamos antes, “os Estados Unidos em todas as suas ações procuram manter, preservar ou estabelecer sua hegemonia, direito que parecem considerar semelhante ao que Jeová concedeu ao povo judeu” (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 20). Nesse conjunto de ações, temos que, ainda de acordo com Moniz Bandeira, as estratégias norte-americanas estão voltadas para os seguintes objetivos: (1) “[...] manter sua hegemonia militar em todas as regiões do globo”; (2) “manter sua hegemonia sobre os sistemas de comunicação e informação”; (3) “manter sua hegemonia nos organismos econômicos internacionais”; (4) “manter sua hegemonia sobre o acesso a recursos naturais no território de terceiros países, em especial ex-colônias”; (5) “manter sua hegemonia política através do controle, tanto quanto possível, do Conselho de Segurança das Nações Unidas”; (6) “manter a vanguarda americana no desenvolvimento científico e tecnológico em termo de aplicações civis e militares”; e (7) “manter abertos os mercados de todos os países para seus capitais e para suas exportações de bens e serviços [...]” (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 20-22).

No entanto, cabe esclarecer que a pequena discussão feita no presente capítulo tem um caráter introdutório. Não pretendemos esgotar cada aspecto das estratégias norte-americanas dentro da temática aqui apresentada. Antes, buscaremos apresentar de forma geral, alguns delineamentos da política externa dos Estados Unidos que julgamos importantes na confrontação posterior da política externa chinesa frente ao reposicionamento norte-americano na Ásia.

2.2.1. Uma hegemonia aparentemente incontestada

No período que concerne ao fim da Guerra Fria, os Estados Unidos surgem como potência militar, econômica, tecnológica e cultural, não podendo ser comparados nestes termos a nenhum outro país do globo. Também nesse período, há uma forte expansão no processo de globalização do capital¹⁸ em que o país expande seu “território econômico supranacional” para “regiões que até então estavam excluídas do processo de liberalização financeira, de integração produtiva e de abertura comercial, notadamente o Leste Europeu e a América Latina” (PINTO, 2011, p. 31). Como a única superpotência global, os Estados Unidos se empenham em difundir pelo mundo seu projeto imperial¹⁹. Pode-se dizer que no âmbito da cooperação internacional, o país se concentrou em fortalecer a sua visão de democracia sob os arranjos de cooperação multilateral e na expansão do capitalismo com a abertura de novas economias. Quanto aos interesses econômicos, Andrew Hurrell acredita que:

Ao contrário do envolvimento britânico no comércio e no investimento de portfólio, a expansão dos interesses econômicos norte-americanos durante o século XX, envolveu investimentos na produção e exploração de matérias primas, comumente à sombra de barreiras tarifárias de bem-sucedidos arranjos de substituição de importação que dominaram o crescimento econômico de boa parte do mundo durante grande parte do século. Manter-se nesse âmbito significava, inevitavelmente, que os Estados Unidos estariam envolvidos na política doméstica de diversos países ao redor do planeta com mais intensidade que a Grã Bretanha. Além disso, o caráter mutável da regulação econômica global, relacionado, de um modo ou de outro, aos interesses dos Estados Unidos, tem, cada vez mais, envolvido regras amplamente intrusivas, cujo valor depende de sua internalização e implementação nessas sociedades. (HURRELL, 2005, p. 11).

Dessa forma, muitos países começaram a sentir o “desconforto” de viver em um mundo unipolar. A multipolaridade, então desejada por outras nações, passou a ser vista como algo muito improvável frente à nova realidade. As ações no sentido de propagação dos discursos ideológicos sob a bandeira da democracia e direitos humanos, a interferência em questões

¹⁸ Nestes termos, observa-se que durante a II Guerra Mundial, “sobretudo após a conferência de Teerã, de novembro de 1943, enquanto as negociações relativas ao reordenamento político e estratégico do sistema internacional tinham como base as relações entre os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a União Soviética, a que incorporaram-se lentamente outros países, as discussões sobre o reordenamento econômico centraram-se sobretudo nos Estados Unidos. [...] Alguns anos mais tarde, ganhou relevância também a relação do país com o Japão. O Plano Marshall, formulado de junho a setembro de 1947, comprovou o papel atribuído pelos Estados Unidos à Europa capitalista” (VIGEVANI; OLIVEIRA; MARIANO, 2003, p. 46).

¹⁹ Andrew Hurrell aponta para o fato de que a palavra “império” passou a ser muito utilizada para denominar a grande extensão do poder americano no mundo unipolar. Para ele, porém, a utilidade analítica da palavra *hegemon* é maior, pois implica pontos cruciais como “negociação, legitimidade e a necessidade do *hegemon* conseguir adeptos e seguidores” (HURRELL, 2005, p. 1).

internas de outros países, a criação de normas internacionais, e o constante uso da força manifestavam um comportamento hegemônico dos Estados Unidos (FOOT, 2009).

A tradição liberal internacional característica do governo Bill Clinton foi criticada pelos setores conservadores do governo por possivelmente dificultar as políticas implementadas no pós-Guerra Fria. O avanço mundial do poderio americano na esfera econômica e política, o chamado “internacional liberalismo”, foi sistematizado no Consenso de Washington em 1989. Basicamente os pontos principais se concentraram: a) na abertura da economia (comercial e financeira); b) na política do Estado mínimo, ou seja, de manter sob o controle do Estado somente as funções e garantias fundamentais; c) na reestruturação do sistema de previdência; d) em processos de privatizações e desregulamentações; e) na política de câmbio flexível; f) nos investimentos em infraestrutura básica e em políticas sociais focalizadas; além de g) fiscalizar os gastos públicos (PINTO, 2011).

Além de promoverem a bandeira do liberalismo pelo mundo, (muitas vezes impondo suas práticas e leis às outras nações), os Estados Unidos se empenharam em criar artifícios de cooperação entre os países capitalistas centrais com o fortalecimento das instituições “multilaterais”, como o FMI, Banco Mundial e OMC, além de um sistema de alianças nos oceanos Atlântico e Pacífico. Na América Latina, principalmente na Argentina e no Chile, grande parte das políticas do Consenso de Washington foi seguida, o que redundou, por exemplo, em desemprego e crise social devido à promoção da abertura do mercado às importações em detrimento das exportações, diferentemente dos “países mais bem sucedidos do Leste Asiático”²⁰ [que] não seguiram essa estratégia; o governo desempenhou um papel ativo não só na promoção da educação, da poupança e da distribuição de renda, mas também no avanço tecnológico” (STIGLITZ, 2003, p. 245).

Enquanto o governo dos Estados Unidos estimulava a implementação das políticas do Consenso de Washington no mundo em desenvolvimento econômico, internamente colhia frutos de uma economia revigorada pela crescente financeirização e, também, pela revolução produtiva impulsionada pelo advento de novas tecnologias de informação e comunicação, entre as quais a Internet é o exemplo mais bem acabado. Nesse sentido, Arrighi observa que:

A derrocada do bloco soviético, as “vitórias” espetaculares na primeira Guerra do Golfo e na Guerra da Iugoslávia e o surgimento da bolha na nova economia deram

²⁰ É importante aqui uma observação que tendemos a concordar. De acordo com José Luís Fiori (2007, p. 88), os asiáticos não são desenvolvimentistas no sentido do ‘desenvolvimentismo latino-americano’. Sua política industrial, comercial e macroeconômica sempre esteve a serviço de sua grande estratégia social e nacional, e da sua luta pela conquista ou reconquista de uma posição internacional autônoma e preeminente.

impulso tremendo à sinergia entre a riqueza e o poder norte-americano, de um lado, e o fluxo de capital estrangeiro, de outro. Mas se qualquer uma dessas condições mudasse, a sinergia poderia se inverter e transformar o círculo virtuoso em vicioso (ARRIGHI, 2008, p. 204).

De fato, com a derrocada política e econômica dos estados socialistas abriu-se terreno para “a implantação da economia de mercado e a exploração das imensas reservas²¹ de gás e petróleo e a construção de dutos na região do Cáucaso” pelos Estados Unidos (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 53). No mesmo sentido, o país também se aproveitou o vácuo de poder regional na Ásia-Pacífico deixado pelo Japão, após a Segunda Guerra Mundial, dominando militarmente a região e “encarregando-se de recolocar o Japão na condição de sócio menor das grandes potências capitalistas, mas despojado de todo poder militar” (FIORI, 2007, p. 180).

Neste adendo, é importante observar que na região asiática, amparados principalmente pela retórica anticomunista, os Estados Unidos se empenharam em construir os “regimes satélites” – que incluíam “ao mesmo tempo os regimes de Japão, Coreia do Sul, Vietnã do Sul, Laos, Camboja, Filipinas e Taiwan” – com o intuito de garantir sua hegemonia no pacífico sul, já que não havia naquele momento qualquer país que pudesse contrariar seus intentos (JOHNSON, 2007, p. 59). No contexto da Guerra Fria, de acordo com Chalmers Johnson:

[...] com o desenvolvimento de uma corrida de armas nucleares entre Estados Unidos e a URSS, os dois impérios baseados em regimes satélites criados depois da Segunda Guerra Mundial se expandiram para alinhamentos mais abrangentes baseados em ideologia, interações econômicas, transferência de tecnologia, benefícios mútuos e cooperação militar. [...] Aos Estados Unidos coube a maior parte do resto do mundo – lugares onde os Estados Unidos assumiram responsabilidade de manter um ambiente militar mal definido como “favorável” [...] e onde insistimos em ter livre acesso para nossas corporações e financeiras multinacionais (o que nossos economistas agora chamam de ‘globalização’). (JOHNSON, 2007, p. 59).

Esse ambiente “favorável” de que fala Johnson permitiu que o país ampliasse gradualmente sua estrutura política e militar nos mais diversos territórios do mundo. Como podemos identificar (Figura 3), a ampliação geográfica do poderio americano é notável e corresponde ao “projeto nacional e internacional declarado e explicitamente hegemônico, hoje sintetizado na frase *full spectrum dominance* (dominação de espectro total)” (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 20), que revela a prática de essência imperial e que poderá contribuir

²¹Quanto à questão energética, é importante notar que nos anos 1990, os Estados Unidos já se preocupavam não só em conter a influência chinesa, mas também a da Rússia e do Irã, em pontos “geoestratégicos” (ricos em gás natural e petróleo) na região da Ásia Central e no sul do Cáucaso. Naquele contexto, a estratégia americana “*Silk Road Strategy* (SRS)” confirma essa intenção (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 68).

para um possível cenário de *imperial overstretch* (KENNEDY, 1989).

Figura 3. Bases de comandos militares norte-americanas²².



Fonte: Site do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (www.defense.gov)

Essa projeção de poder, por meio de sua orientação para guerra, como uma posição não abandonada desde o início dos anos 1990 – como as guerras do Iraque (1991); Somália (1992); Operação na antiga Iugoslávia – Força Deliberada (1995); Kosovo (1999); Guerra global contra o terror (2001); Afeganistão (2001); Iraque (2003); Líbia (2011), entre outras intervenções – busca dar vazão ao jogo de poder interno muito característico no país e que conflui de forma significativa na atuação da política externa norte-americana. Como contrapartida ao grande financiamento da indústria militar, seu aparato bélico deve ser

²² Comandos militares gerenciados pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos: United States Africa Command (USAFRICOM) abrange as nações africanas e a área “central” do globo; United States Central Command (USCENTCOM) assiste à Europa, partes do Oriente médio e a Eurásia; United States European Command (USEUCOM) que tem parceria com a NATO; United States Northern Command (USNORTHCOM) abrange toda a América do norte, incluído o Alaska, o México, Canadá e as ilhas caribenhas; United States Pacific Command (USPACOM) abrange a costa oeste dos EUA, incluindo a fronteira ocidental da Índia, além da Atártica e Polo Norte; United States Southern Command (USSOUTHCOM) cobre a região da América Latina, inclusive o sul do México, a América Central e América do Sul, além do Mar do Caribe; United States Special Operations Command (USSOCOM) diz respeito às “operações especiais”; United States Strategic Command (USSTRATCOM) a base no Nebraska; e United States Transportation Command (USTRANSCOM) que mantém um agregado de transportes e bens militares.

constantemente utilizado nas “guerras periféricas” de que fala Immanuel Todd (2002, p. 129), ou seja, “não enfrentando o forte” e “atacando o fraco”.

É nesse sentido que Chalmers Johnson (2007, p. 72) sinaliza para um *imperial overstretch* de características diferentes de impérios mundiais do passado, sendo o norte-americano mais conectado a um modelo de guerra fria que culminou com a derrocada soviética.

A ação imperial é recente: não resulta de uma vontade forte; antes pelo contrário, apresentou-se aos dirigentes americanos como solução de facilidade. É um produto das circunstâncias: dando momentaneamente a ilusão de onipotência, a queda do sistema soviético levou em duas etapas ao sonho de uma hegemonia global estável. (TODD, 2002, p. 131).

Essas informações são importantes para que possamos compreender o conjunto de circunstâncias que configuravam no cenário norte-americano no momento da vitória dos “falcões” no ano de 2000, com a eleição de George W. Bush. Sua administração foi caracterizada por empregar na política externa o tema das “ações preventivas”, o que torna a “estratégia de guerra preventiva” responsável pelas intervenções feitas e que resultaram nas duas guerras: a do Afeganistão²³ e Iraque. Essa estratégia pressupõe um planejamento de ação anterior aos possíveis atos hostis de adversários ou uma forma de defesa antecipada, baseada em suspeitas. Dessa forma, “tal lógica de antecipação constituiria a prescrição para um estado permanente de exceção e de guerra, uma vez que [...] a simples existência das condições de possibilidade de uma ameaça já daria razões para a ação” (RESENDE, 2012, p. 16).

Nesse contexto, o discurso dos neoconservadores ligados ao Departamento de Defesa, apoiados tanto por Republicanos quanto Democratas, defendia a estratégia da primazia²⁴, pois ao derrotarem a União Soviética tinham direito ao espólio da guerra (RESENDE, 2012). Entrementes, a estratégia de “Guerra ao Terror”²⁵ foi aprovada no Congresso sob a proposta NSS-2002 (*New Strategic Security, 2002*), também conhecida por Doutrina Bush, e esta

²³ A principal razão da guerra no território afegão, conforme apontou Eduardo Galeano, foi revelada pelo Pentágono em 2010: a existência de “jazidas de ouro, cobalto, cobre, ferro e sobretudo lítio, imprescindível nos telefones celulares e nos computadores portáteis”. O valor estimado destas jazidas somava mais que US\$ 1 trilhão. (GALEANO, 2014, p. 192).

²⁴ A estratégia da primazia foi formulada nos anos 1990 e foi reapresentada no ano de 2002 com o *status* de “Doutrina de Estado”. Estrategicamente, no governo W. Bush, seus ideólogos estavam concentrados em “posições centrais na Administração” (RESENDE, 2012, p. 13).

²⁵ A “Guerra ao Terror” após o 11 de setembro materializou-se como forma de responder aos anseios privados de certos grupos de interesses nos Estados Unidos: “o complexo militar e as forças armadas profissionais; aliados próximos dos americanos e assessores do Partido Likud, em Israel; e neoconservadores” [...] estes concentrados “nas fundações e nos *think thanks*, os centros de pensamento de direita em Washington, [que] é composto pelos ‘falcões medrosos’ amantes da guerra (isto é, os estrategistas militares sem qualquer experiência em forças armadas ou guerras)” (JOHNSON, 2007, p. 16-17).

passou a ser a grande estratégia desde o fim da Guerra Fria. Conquanto, se tratou de “um projeto que objetivava a reafirmação hegemônica dos Estados Unidos e a afirmação da estratégia da primazia e [...] quaisquer aspirações hegemônicas, de potências regionais ou globais, deveriam ser rechaçadas devido à ameaça à própria ordem mundial” (RESENDE, 2012, p. 12). Apesar de a proposta NSS-2002 ter sua origem nos anos 1990 sob o governo Clinton, somente no cenário pós-11 de Setembro que a estratégia conseguiu grande legitimação. O valor moral atrelado ao discurso patriótico, somados a consternação geral, em muito contribuiu para essa legitimação.

O “programa imperial”, citado por Arrighi, nos remete à clara emergência norte-americana como “núcleo de um mundo unipolar” e às possibilidades que se abriram aos Estados Unidos de “gerar ordem mediante hierarquia, hegemonia e até mesmo império” (HURRELL, 2005, p. 6). Uma maior contribuição nesse sentido vem novamente das reflexões de Hurrell:

Ambos, império e hegemonia, requerem poder, propósito e apoio político de terceiros. Como os muitos catalogadores e contadores de recursos objetivos de poder notaram, os recursos dos Estados Unidos não têm rival: a verba militar dos Estados Unidos é maior do que as próximas três combinadas. Mas foram, é claro, os eventos que se seguiram ao 11 de Setembro que pareceram oferecer aos Estados Unidos um propósito muito mais claro (e talvez um projeto), assim, como níveis muito maiores de apoio político doméstico, a uma política externa ativa e engajada. A emergência de uma política externa mais unilateral e nacionalista por parte dos Estados Unidos reforçou ainda mais o retorno à linguagem de império. Como resultado, um número cada vez maior de comentaristas passou a falar do papel dos Estados Unidos no mundo em termos imperialistas. (HURRELL, 2005, p. 6).

Hurrell (2005, p. 6) ainda acrescenta que muitos analistas passaram a defender as “virtudes do Império Americano” no sentido de garantir a segurança global, a salvaguarda dos interesses nacionais norte-americanos, assim como proporcionar a “expansão do liberalismo global”. A fim de exemplificarmos essa afirmação, citamos Thomas Barnett:

A América precisa se perguntar: é mais importante tornar a globalização verdadeiramente global, mantendo a paz da grande potência e derrotando quaisquer insurgências antiglobalização que possam aparecer nas próximas décadas? Ou restringimos nosso apoio ao avanço da globalização à demanda inicial de que o mundo primeiro se assemelhe a nós politicamente? (BARNETT, 2009, apud ANDERSON, 2015, p. 188).

Neste caso, se analisarmos a visão de alguns estudiosos chineses, de acordo com Foot (2009), veremos que há uma corrente de pensamento que entende o processo de globalização liderada pelos Estados Unidos como benéfico em alguns aspectos, aos próprios norte-

americanos, pois contribui para ganhar vantagens mundiais em termos tecnológicos, culturais e militares. Contudo, outra vertente aposta que a globalização pode limitar o poderio americano com a constatação de que “a globalização poderia mudar noções americanas de interesse nacional, reforçando a cooperação internacional” (FOOT, 2009, p. 132-133). Dessa forma, ao pensar a globalização como complementar à multipolaridade, Rosemary Foot acrescenta que:

Ajustando a maneira de descrever a multipolaridade, representantes oficiais e alguns acadêmicos passaram a tratá-la como um ideal de democratização da política mundial. Eles também sugeriram que a multipolaridade não devia ser pensada como instrumento para contrarrestar o *hegemon* americano diretamente, mas, ao contrário, como um fenômeno ligado à interdependência econômica, ao multilateralismo e à segurança cooperativa. (FOOT, 2009, p. 133).

O tema da globalização, no entanto, foi encarado como uma retórica falseada por diversos analistas, pois a partir dos anos 1990, “o sistema mundial retornou à sua velha ‘geopolítica das nações’, com o fortalecimento das fronteiras nacionais e competição econômica mercantilista [e] da luta pelas hegemonias regionais” (FIORI, 2007, p. 183). Além disso, esse tema tratou de servir como sustentação das políticas norte-americanas no governo Bill Clinton, “no sentido de sobrepular o conceito de soberania nacional pelo ‘*world government*’, i.e., a governança global, sob a hegemonia dos Estados Unidos”. (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 53). Por fim, conforme assinalou Johnson (2007, p. 206), não importa o termo utilizado, pois ‘globalização’, ‘Consenso de Washington’, ‘poder brando’ ou ‘nação indispensável’, buscam apenas mascarar os seguintes intuitos: “a manutenção de uma ordem mundial inspirada, financiada e guiada pelos americanos”.

Após o término da Guerra Fria, os Estados Unidos não possuíam uma nova grande estratégia e, mesmo assim, no topo de suas prioridades, aparecia a manutenção da hegemonia conquistada na Eurásia (MONIZ BANDEIRA, 2014). As preocupações centradas em Washington eram de estabelecer as prioridades estratégicas globais e, como já observamos, estas foram formuladas com os atentados terroristas de 11 de Setembro. Neste momento, a ilusão de que os Estados Unidos poderiam desenhar o mundo de acordo com seus interesses ainda estava em pauta.

Os reveses que os Estados Unidos tiveram ao longo da década de 2000 levaram a liderança do país a repensar suas estratégias globais. A prioridade que se dava ao Oriente Médio por conta da garantia de suprimento de petróleo foi perdendo importância diante do dinamismo econômico e dos desafios políticos que surgiam na região da Ásia-Pacífico.

A ascensão da Ásia-Pacífico vem indicando a possibilidade de superação de séculos de supremacia da região do Atlântico Norte. Fatores econômicos e o rápido crescimento da China vêm fazendo com que esta região passe a ter uma importância crescente na ordem internacional. Até então, esta região possuía pouca proeminência, já que se tratava de área de influência dos Estados Unidos. Os impactos da crise financeira asiática de 1997 constituíram-se em fator decisivo para a busca de uma maior cooperação regional, de maior autonomia e de novas formas de cooperação. Nesse sentido, merece destaque a atuação dos dez países da ASEAN mais a China, Japão e Coreia, que criaram um mecanismo de articulação, a ASEAN +3, visando concretizar uma integração na Ásia e também maior autonomia frente a organismos multilaterais controlados pelas potências ocidentais.

Ademais, com o crescimento do mercado interno chinês, verifica-se o aumento do interesse de corporações ocidentais na região, não apenas para atuar com bens acabados dentro da China, mas também para abastecer o país com uma grande gama de insumos e matérias-primas. Devido ao tamanho de sua população e sua localização estratégica, o Sudeste Asiático se destaca pela ligação dos oceanos Índico e Pacífico através da rota leste-oeste, assim como a rota norte-sul que liga a Austrália e Nova Zelândia ao nordeste da Ásia. Vale ressaltar que por estas rotas a China, o Japão e a Coreia importam recursos naturais, em especial petróleo, e exportam para o mundo uma grande quantidade de produtos acabados (HUNG; LIU, 2011).

Apesar da fundação da ASEAN ser datada em 1967 com um forte apoio dos Estados Unidos, a partir dos anos 1990, a China intensificou sua relação com o bloco, o que resultou na superação do comércio Estados Unidos-ASEAN em 2007, quando a China se tornou o maior sócio comercial da organização. Este fato criou preocupação nos círculos de Washington levando o governo Obama a reafirmar a influência dos Estados Unidos na região da Ásia- Pacífico, como forma de participar mais ativamente nos assuntos regionais.

Neste contexto de embate por hegemonia naquela região, elaborar novas estratégias com o fim de se obter ferramentas eficazes para contenção do avanço chinês em áreas antes dominadas pelos Estados Unidos, se tornou importante. Concordamos com Fiori quando ele observa que:

[...] Como não é possível a existência de uma verdadeira potência política sem poder econômico, a competição econômica se transforma em uma prolongação da guerra e vice-versa. Nesse sentido, o primeiro ataque preventivo contra potências emergentes e bem-comportadas não deverá ser militar, será econômico, e consistirá na contenção ou bloqueio do seu desenvolvimento. (FIORI, 2007, p. 192).

Em suma, o reposicionamento global dos Estados Unidos, por conta dessa movimentação tectônica da economia mundial, se insere na estratégia do país de estender a duração de sua hegemonia, o que pode levar a um período de grande instabilidade na região da Ásia-Pacífico. De acordo com Kissinger, “sempre que as entidades que constituem o sistema internacional mudam o seu caráter, segue-se, inevitavelmente, um período de perturbação” (KISSINGER, 2007, p. 703). O pós Guerra Fria foi um desses momentos de perturbação e transição, em que se estabeleceram novas diretrizes políticas e econômicas para o sistema mundial. Viu-se o fim da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética e o consequente rearranjo do poder mundial em favor dos norte-americanos. Diante da dificuldade de se impor um mundo unipolar norte-americano após as guerras do Iraque e do Afeganistão, iniciou-se, então, o processo que tornaria o mundo mais multipolar, dando margem para a emergência de polos regionais de poder econômico e até mesmo político. Nesse sentido é que se observa o destaque na China como principal polo asiático, ganhando cada vez mais espaço no cenário internacional.

Com a China liderando o desenvolvimento da Ásia (e da economia-mundo), delineou-se “um modelo heterodoxo percebido como uma ‘ameaça’ ao Ocidente, que com ele se relaciona de forma conflitiva e, ao mesmo tempo, simbiótica” (VIZENTINI; WIESEBRON, 2006, p. 16). Assim, a ascensão chinesa não passaria despercebida ao governo norte-americano que, mesmo envolvido em diversas frentes de guerra, se esforçava para evitar o surgimento de um mundo multipolar, no qual sua posição seria mais modesta.

Kissinger (2007, p. 703) também advertia para o intento americano de evitar a multipolaridade ao dizer que “o fim da Guerra Fria originou uma tentação ainda maior de reformular o ambiente internacional à imagem da América”. O fato é que a constituição de um mundo multipolar hoje parece possível. A região da Ásia-Pacífico tornou-se estratégica pois se encontra na esfera de crescente influência da China e, ao mesmo tempo, constitui um emaranhado de conflitos territoriais entre os chineses e seus vizinhos, dentre outros fatores, devido aos recursos naturais disponíveis na região, como veremos no próximo capítulo. Além disso, há um interesse declarado do governo norte-americano em inserir-se com mais afinco nas questões que envolvem a região, pois também é uma forma de estar mais próximo das articulações chinesas no local e exercer influência sobre os países que ali se encontram.

Não é por acaso que logo após a sua reeleição, em 2012, Barack Obama tenha feito sua primeira viagem ao Sudeste Asiático. Com a crescente importância da China na Ásia Oriental, os Estados Unidos perderam espaço nessa região, enquanto a China ampliou sua influência econômica em todo o globo. Além disso, como veremos a seguir, os Estados Unidos têm

procurado estabelecer parcerias com mais outros países da região indo-pacífico como forma de preservar seus interesses e conter o avanço chinês²⁶.

No contexto das estratégias de manutenção da hegemonia global, principalmente aquelas adotadas após a II Guerra Mundial e, em especial, aquelas adotadas frente à região onde se concentra nosso estudo, é importante que tenhamos em mente o tamanho estimado do poderio militar disponível ao governo Barack Obama, em números:

[...] as presidências dos Estados Unidos acumulou regularmente um poder do qual não são exigidas justificativas ou responsabilidades. Entre o tempo de Truman e o de Reagan, o número de funcionários da Casa Branca cresceu dez vezes. O Conselho de Segurança Nacional hoje – com mais de duzentos integrantes – é quase quatro vezes maior do que era sob Nixon, Carter ou até mesmo Bush pai. A CIA, cujo tamanho permanece um segredo, embora tenha crescido exponencialmente desde que foi fundada, em 1949, e cujo orçamento aumentou mais de dez vezes desde os dias de Kennedy – 4 bilhões de dólares em 1963, 44 bilhões em 2005, em valores constantes –, é, na prática, um exército particular à disposição do presidente. (ANDERSON, 2015, p. 131).

No atual cenário, o secretário de Estado em exercício, John F. Kerry, reafirmou a estratégia da administração Obama para a Ásia, argumentando que, acerca das questões econômicas e de segurança, os países asiáticos poderiam crescer de forma mais eficaz do que nunca nas próximas décadas. Por isso, ele fala da importância da relação desses países com os Estados Unidos, de forma a delinear o que ele chamou de “*Pacific Dream*”. O termo surgiu enquanto discursava para os membros da Liga da Amizade Parlamentar Japão-Estados Unidos, em abril de 2013 em Tokyo, no Japão. Naquela ocasião, Kerry (2013) afirmou que:

Embora nossa jornada, às vezes, possa parecer ter um milhão de quilômetros de distância, meus amigos, é totalmente dentro do nosso poder de escolha em como vamos dar o nosso próximo passo. Nós somente podemos cumprir a promessa deste Sonho Pacífico, se optarmos por dar esse passo juntos, construindo uma parceria que cresce forte, justa e inteligente. E se conseguirmos isso juntos, vamos ter cumprido as nossas responsabilidades para as gerações futuras. (KERRY, 2013, tradução nossa).

Para preservar o *status quo* de grande potência hegemônica e procurar reverter a possível decadência do império, a estratégia de “Pivô para a Ásia” configura-se como um exemplo importante que poderá acarretar grandes consequências para a China e para o

²⁶ Vale assinalar que este movimento rumo à Ásia e à contenção da China vem ocorrendo desde o governo de G.W. Bush, que firmou um acordo de parceria nuclear com a Índia, em dezembro de 2006, a despeito deste país não ter firmado o tratado de não-proliferação de armas nucleares. Ver: BAKER, Peter. Bush Signs India Nuclear Law. *The Washington Post*. 2006. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/12/18/AR2006121800233.html>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

mundo.

2.3 A evolução das relações sino-americanas no contexto histórico.

Ao refletirmos sobre os dois principais agentes estatais de nosso objeto de estudo, observamos que desde a criação da República Popular da China 中华人民共和国 (RPC), em 1949, o país tem buscado reocupar o espaço perdido durante o período de cem anos, o qual os chineses chamam de “Grande Humilhação” 巨大耻辱, iniciado com a Primeira Guerra do Ópio, em 1840. O processo de competição que China e Estados Unidos travam no contexto asiático é um dos principais eventos das relações internacionais contemporâneas.

Apesar de notarmos que desde o início da década de 1970 – quando da retomada das relações diplomáticas entre os dois países – esta relação foi se mantendo por uma série de interações políticas e por forte dependência econômica mútua. Não obstante, quando confrontamos a trajetória declinante dos Estados Unidos, em termos estruturais, com a trajetória ascendente da China (liderando o Leste Asiático) sob o ponto de vista econômico, político e militar, verificamos que há elementos concretos que caracterizam essa relação como potencialmente conflituosa. Nesse sentido, para tais afirmações, é necessário retroagirmos no tempo para traçarmos alguns dos aspectos importantes da relação bilateral com o intuito de uma compreensão mais apurada do atual cenário de disputa hegemônica entre os dois países.

A China do século XVIII tinha sua economia de mercado parcialmente integrada ao comércio mundial por meio de um único porto aberto aos estrangeiros, em Cantão, no sul da China. A venda de sedas e porcelanas garantia um grande superávit ao país, sendo um grande receptor da prata americana que se concentrava na Europa. Em 1792, quando os ingleses tentaram negociar a abertura comercial com o Imperador Qiánlóng 乾隆, este refutou a oferta alegando que não havia nada que os ingleses oferecessem que os chineses não poderiam produzir melhor (PEYREFITE, 1997). Apesar do surgimento cada vez mais constante de críticas internas acerca dos principais problemas pelos quais o país vivenciava e, principalmente, aqueles resultantes de seu comércio externo (SPENCE, 1995), a China, da Dinastia Qing – Qīngcháo 清朝 (1644-1911), compreendia que este tipo de comércio era, na verdade, “um favor dado pelo Império Celestial aos bárbaros pobres” (SUZUKI et al, 2016). É importante notar que, até aquele momento, apesar de os chineses serem considerados por alguns estudiosos “o povo mais etnocêntrico no mundo” (COHEN, 1971, p. 2) – devido às suas convicções acerca da superioridade chinesa em comparação aos outros povos – suas percepções mais críticas foram ampliadas com base nas práticas diárias vivenciadas

principalmente nas zonas portuárias da China e, assim, “as complexidades políticas das relações com o Ocidente iam pouco a pouco ficando claras para os funcionários Qing” (SPENCE, 1995, p. 159). Entretanto, a situação do país começou a mudar drasticamente a partir dos anos 1820 devido ao saldo negativo de sua balança comercial e à conseqüente escassez de prata, causada principalmente pela importação do Ópio da Índia, atividade controlada pelos comerciantes ingleses que desembocou na Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), quando a marinha inglesa derrotou as forças do imperador Dàoguāng 道光, impondo tratados humilhantes à elite chinesa por meio do Tratado de Nánjīng²⁷ 京条约, que concedia aos ingleses a posse de Hong Kong, a abertura de outros portos comerciais, a redução de tarifas alfandegárias, e ainda o direito a extraterritorialidade aos cidadãos britânicos. Na sua esteira, inaugurou-se um novo período na história chinesa: o do Sistema de Tratados em detrimento do Sistema de Tributos, no qual a China se destacava como peça central no continente asiático. Cabe ressaltar que um fator importante para o maior envolvimento do Estado inglês nos assuntos asiáticos foi a elaboração da Política de Portas Abertas para a Ásia Oriental, em 1835, que pôs fim ao monopólio comercial da Companhia das Índias Orientais naquela região.

A primeira Guerra do Ópio abriu caminho para a influência de outras potências ocidentais sobre a China por meio de novos tratados lesivos ao seu interesse, levando o orgulhoso Império do Meio à condição similar de uma semicolônia. A partir de então, o país se viu em meio a guerras civis que dizimaram grande parte de sua população, além de retroceder a uma condição de país agrário (SUZUKI et al, 2016). No contexto da assinatura do Tratado de Nanjing, foi assinado o primeiro acordo entre China e Estados Unidos, em 3 de julho de 1844: o Tratado de Wàngxià 望厦条约, desvantajoso para o país asiático e que garantia aos cidadãos dos Estados Unidos concessões similares àquelas obtidas pelos ingleses. Naquele momento, nos primeiros cinquenta anos após a independência dos Estados Unidos, os interesses dos norte-americanos concentravam-se no comércio e nas campanhas missionárias realizados na China. Não era percebido quaisquer interferências do governo de ambos os países nos primeiros anos dessas atividades (COHEN, 1971).

A atuação de missionários e comerciantes na China foi afetada por dois eventos que foram abafados com a conjugação de esforços de tropas chinesas e ocidentais: a Rebelião Tàipíng 太平天国运动 (1851-1864) – de inspiração da religião protestante advinda de

²⁷ O Tratado de Nanjing assinado em Agosto de 1842 entre a Grã-Bretanha e o Império chinês, marcou o fim da primeira guerra do ópio (1839 –1842). Este esteve dentre uma série de tratados desiguais impostos à China imperial com o início do sistema de tratados.

missionários norte-americanos e liderada pelo chinês convertido Hong Xiuquan 洪秀全, e a Guerra dos boxers – Yihétuán 義和團運動 (1899-1900), que surgiu em uma sociedade secreta de chineses que enfrentavam, basicamente, a expansão da cultura ocidental e cristã no país. Nesse ínterim, importante episódio foi o início da migração chinesa para os Estados Unidos, viabilizada pelo Tratado de Burlingame²⁸ (*Burlingame-Seward Treaty*) de 1868, com vistas a satisfazer a necessidade de força de trabalho frente à corrida do Ouro na Califórnia. Não obstante, o Congresso dos Estados Unidos aprovou o Ato de Exclusão dos Chineses²⁹, em 1882, que se consistiu no primeiro veto à imigração por parte dos Estados Unidos.

O fim do governo imperial e a ascensão da república, em 1911, não alterou significativamente o modelo da relação sino-americano. A liderança norte-americana reconheceu o governo liderado pelo partido Guomintang 國民黨, apesar de a China se encontrar fragmentada sob o comando de diversos Senhores de Guerra. Os laços foram reforçados em 1928³⁰ quando o governo de Chiang Kai-Shek 蔣介石 conseguiu unificar o país, porém, dando início a uma nova guerra civil ao perseguir os membros do Partido Comunista.

A invasão em massa de tropas japonesas na China, em 1937, não recebeu a condenação dos Estados Unidos por conta da opção de neutralidade por parte do Congresso. Apenas após os ataques de Pearl Harbor, os Estados Unidos passaram a apoiar a resistência chinesa contra o Japão. Naquele momento, além de fornecer equipamentos militares, os Estados Unidos ajudaram na formação de quadros das forças armadas chinesas.

Após o fim do conflito, em que pese o interesse dos Estados Unidos em reconciliar as forças do Guomintang e do Partido Comunista – proposta levada adiante pelo General George Marshall – Chiang Kai-Shek tentou sem sucesso aniquilar as forças de Mao Zedong. Como resultado, teve que debandar a seu Estado-Maior para a Ilha de Taiwan, onde sustentou o governo da República da China, em contraposição ao governo comunista da República Popular da China, sediado em Beijing 北京 (Pequim).

²⁸ O Tratado de *Burlingame*, assinado em 1868 e ratificado em 1869, celebrou uma possível intenção do estabelecimento de relações amistosas entre os dois países. A China, neste contexto, recebeu o *status* de nação mais favorecida.

²⁹ Esse ato procurou vetar a entrada de chineses no país, atraídos pela febre do ouro na Califórnia e por empregos na construção de ferrovias, como forma de proteção a força de trabalho doméstica. Neste contexto, os chineses que viviam nos Estados Unidos enfrentaram grande xenofobia por mais de quarenta após a assinatura do ato em 1882. A situação começou a se reverter com a produção de obras literárias sobre a China, principalmente aquelas produzidas pela influente romancista Pearl Buck (SPENCE, 1995).

³⁰ É importante notar que os Estados Unidos vinham aumentando gradativamente os investimentos comerciais na China, principalmente após os anos 1920, quando as boas relações com Chiang Kai-Shek permitiram também um rápido crescimento não somente do número de escolas e universidades americanas em solo chinês, como de projetos assistenciais na área da saúde, a partir dos quais merecem destaque os “resultados importantes na pesquisa da varíola e do cólera, [...] e em remédios para o vício do ópio” (SPENCE, 1995, p. 372).

Vale lembrar que no contexto do pós-II Guerra Mundial os Estados Unidos tinham como preocupação central que o comunismo não dominasse as economias industrializadas na Europa e na Ásia, como Japão e Alemanha (ANDERSON, 2015). Neste momento ocorreram mudanças significativas na política externa dos Estados Unidos frente à China. Dentro deste período, principalmente entre os anos 1940 e 1945, a parceria estratégica entre Estados Unidos e China contra o Japão resultou na primeira aliança sino-americana na história das relações entre os dois países.

De acordo com Anderson,

O que seria necessário depois da guerra era uma generalização da Política de Portas Abertas que Washington havia instado seus rivais a seguir na corrida para tomar o controle dos mercados chineses: uma liberalização do comércio em todas as direções, mas de agora em diante – isto era crucial – firmemente inserida nas novas instituições internacionais. (ANDERSON, 2015, p. 25).

Em 1949, ano que marca a vitória das forças comunistas lideradas por Mao Zedong, a República Popular China possuía aproximadamente 20% da população mundial, mas representava menos de 5% do produto global. Os Estados Unidos não reconheceram o governo de Beijing, mantendo o governo de Taibei (Táiběi shì-台北市), em Taiwan, no Conselho de Segurança da recente criada Organização das Nações Unidas.

O maior apoio internacional obtido pelo novo regime veio da União Soviética. Entre 1950 e 1960 milhares de técnicos soviéticos contribuíram para a criação de infraestrutura econômica na China. Do ponto de vista dos Estados Unidos, a aproximação entre a URSS e a China era uma ameaça de grandes proporções, abrindo caminho para o que posteriormente se chamaria de “teoria do dominó”, formulada por John Foster Dulles, supondo que o avanço do comunismo seria iminente e que seria preciso combatê-lo em cada país, por mais insignificante que fosse, pois se temia a sua difusão em uma reação em cadeia. De fato, foi o que aconteceu. Imediatamente após a vitória dos comunistas chineses, os dirigentes comunistas da Coreia do Norte fizeram uma grande ofensiva rumo ao sul da Península, levando as tropas norte-americanas lá estacionadas a rechaçar a invasão. Antes da derrota das forças do norte, a União Soviética e a China intervieram em favor de seus aliados. Particularmente a China, que mal tinha acabado de sair de um grande conflito interno, arcou com o custo de enviar mais de um milhão de soldados para combater na frente coreana. As hostilidades foram suspensas em julho de 1953, quando a Península retornou aos *status* anterior à guerra (FAIRBANK; GOLDMAN, 2007). Nesse período,

[...] os acontecimentos da guerra foram utilizados para reforçar a percepção dos chineses dos males do imperialismo ocidental e, em particular, para isolar os Estados Unidos como inimigo principal da China. O envolvimento americano na Coreia era apontado como uma prova evidente das ambições dos EUA no Leste da Ásia e do ódio implacável dos Estados Unidos pela China e pelo povo chinês. [...] Nos Estados Unidos, tal como na China, os efeitos da guerra da Coreia foram sérios, distorcendo a percepção que um país tinha do outro. (SPENCE, 1995, p. 504-505).

Nesse mesmo contexto, os Estados Unidos se mobilizaram para impedir uma invasão maciça da China sobre o território de Taiwan. Forças navais americanas se estabeleceram no Estreito de Taiwan e desencorajaram as iniciativas de Beijing. Em 1954, o Congresso dos Estados Unidos aprovou o Tratado de Defesa Mútua (1955 –1979) entre Estados Unidos e Taiwan, garantindo o apoio norte-americano diante de qualquer ameaça militar contra a Ilha, no caso, contra as forças de Mao Zedong.

Ainda na década de 1950, as relações sino-americanas encontraram um novo ponto de tensão quando se intensificou a guerra civil no Vietnã. As forças do Vietnã do Norte, comunistas, obtiveram o apoio da URSS e da China em seu intento de reunificar o país. Em contrapartida, o governo dos Estados Unidos gradativamente aumentou seu envolvimento no conflito a tal ponto de entrar numa guerra direta na década seguinte. Diante da forte presença militar americana na região, Mao Zedong ironizou o imperialismo norte-americano ao cunhá-lo como “Tigre de Papel” (Zhǐlǎohǔ 紙老虎): aterrorizante em sua aparência, porém, sem a força que se supõe.

Do ponto de vista dos Estados Unidos, os crescentes atritos entre a China e a União Soviética viriam a ser um fato promissor, já que implicava a cisão da aliança entre seus principais inimigos. As diferenças entre os antigos aliados emergiram após a crítica ao período estalinista feita por Nikita Krushev durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956. Posteriormente evoluíram para as diferenças ideológicas sobre os modelos econômicos, notadamente após a China adotar a política do “Salto Adiante”, que questionava a necessidade de se avançar as forças produtivas (visão soviética) antes de avançar rumo ao comunismo. Mais adiante, as divergências envolveram a crítica chinesa aos princípios de “coexistência pacífica” entre a URSS e os Estados Unidos, que seria a aliança entre o “social imperialismo” soviético e o “imperialismo capitalista” norte-americano. Por fim, o conflito verbal incidiu na disputa territorial na fronteira comum de ambos os países, na atual província de Xīnjiāng 新疆. Entre março e setembro de 1969, ocorreu o conflito armado que mobilizou centenas de milhares de soldados em ambos os lados e deixou dezenas de mortos.

Frente a esta ameaça em sua vizinhança, a liderança do PCCh, temendo uma agressão em grande escala, buscou a aproximação norte-americana, já que a China necessitava de alguma proteção frente a uma suposta “guerra inevitável” com a URSS, principalmente no momento em que o fervor da Revolução Cultural se arrefecia. Tal como sugere Henry Kissinger, a liderança chinesa se inspirou em sua história e se reposicionou de forma similar ao período dos Reinos Combatentes, quando que se optou pela aliança com o inimigo distante para refrear a ameaça do inimigo fronteiriço (KISSINGER, 2011).

A aproximação entre China e Estados Unidos ocorreu de maneira secreta a partir de contatos diplomáticos na capital polonesa de Varsóvia. A parte visível da reaproximação foi a visita de uma equipe de tênis de mesa dos Estados Unidos à China, em 1971, a primeira visita de cidadãos norte-americanos ao país depois da instalação da República Popular. Longe dos olhos da opinião pública, o então Assessor Nacional de Segurança, Henry Kissinger, realizou duas visitas secretas à China, em 1971, onde foram pavimentadas as pontes que viabilizaram a visita do Presidente Richard Nixon ao país, e em fevereiro de 1972. Mais adiante, observa-se que:

A visita de Estado de Deng Xiaoping para os EUA entre os dias 29 de janeiro e 4 fevereiro de 1979, foi a primeira de um líder chinês de tamanha importância como forma de retribuir as visitas à China de 1972 e de 1975 pelos presidentes Nixon e Ford, respectivamente, e simbolizava a nova era das relações sino-americanas. A visita foi significativa em dois níveis: 1) o fortalecimento de uma parceria triangular estratégica RPC-EUA para combater o expansionismo soviético; e 2) a geração da boa vontade da população americana que sustentaria o apoio dos Estados Unidos à nova longa marcha da China rumo à modernização. (GARVER, 2016, p. 408, tradução nossa).

Em suma, resultou-se daí a segunda aliança entre China e Estados Unidos (assim como a primeira, não estabelecida formalmente), sendo que os últimos estabeleceram uma estratégia de *tertius gaudens*, pois “seu objetivo era aumentar sua influência junto a ambos [China e URSS] jogando um contra o outro para garantir uma solução que preservasse o estado sul-vietnamita e a credibilidade militar norte-americana no sudeste da Ásia” (ANDERSON, 2015, p. 87). Além disso, como assinalou John Garver (2016) anteriormente, os americanos passam a contar com a força militar chinesa para a contenção da URSS na Ásia, tal como também evidenciado nas intervenções militares chinesas no Camboja e posteriormente a rápida guerra realizada com o Vietnã em 1979³¹. Na opinião de Kissinger, a ação da China impediu a consolidação de uma união de repúblicas soviéticas no sudeste da Ásia (KISSINGER, 2011).

³¹ Com a Guerra do Vietnã travada em 1979, a China demonstrou grande capacidade de manejar seu poderio bélico quando na defesa de seus interesses mais fundamentais. De acordo com John Garver, “em 1979, o Vietnã

Aqui cabe um adendo: neste período, as relações diplomáticas entre os dois países só foram reatadas quando uma questão importante para a China foi tida como resolvida: o reconhecimento americano de que Taiwan é parte do território chinês³², com a política empregada por Jimmy Carter de “One-China” 一个中国政策 (Política de “Uma China”) em 1979, suspendendo em parte de suas relações com Taiwan. Pouco tempo depois, o congresso americano, com a aprovação do *Taiwan Relations Act* – que elencou os termos das relações diplomáticas com Taiwan – estabeleceu que não somente as relações culturais e comerciais com Taiwan deveriam prosseguir, como também o fornecimento de armas “defensivas” pelos norte-americanos “para manter a capacidade dos Estados Unidos em resistir a qualquer recurso à força ou outras formas de coerção que colocaria em perigo a segurança, o sistema social ou econômico das pessoas em Taiwan”, a despeito do não cancelamento daquela política (AIT, 1979, seção n. 2, n.p., tradução nossa).

Quanto aos passos dados em direção à modernização chinesa, com a volta de Dèng Xiǎopíng 邓小平 do seu ostracismo político em 1977, criou-se as condições para a criação do programa de “Reforma e Abertura” (Gǎigé kāifàng 改革开放) que, depois de 1978, passou a privilegiar a política das “Quatro modernizações” (Sì huà 四化) concebida por Zhōu ēnlái 周恩来. Em 1980, o empreendimento da política de portas abertas pelo governo levou à criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEE) no Sudeste do país, nas províncias de Guǎngdōng 广东 e Fújiàn 福建, próximas a Hong Kong 香港 e Táiwān 台湾, respectivamente. Estas duas regiões receberam investimentos em indústria intensiva em mão-de-obra e incentivos tributários para dinamizar o comércio exterior da China³³. Depois, em 1984, houve a abertura de mais quatorze cidades costeiras, incluindo Shànghǎi 上海. Colocava-se em pauta, nesse momento, a

entrou para a lista de vizinhos da China, a qual ensinou aquela lição: Estados Unidos; Coreia do Sul e do Norte; Índia; Taiwan; URSS. O poder da China é uma realidade que todos os seus vizinhos devem ter em conta”. (GARVER, 2016, p. 400, tradução nossa).

³² É importante notar que no ano de 1955, os Estados Unidos ameaçaram a China com um ataque nuclear – após a assinatura do Tratado de Defesa Mútua entre Chiang Kai-Shek e Dwight Eisenhower no ano anterior – frente às investidas militares chinesas que buscavam conter o envio de milhares de soldados taiwaneses às ilhas do estreito de Taiwan, a partir de 1954, forçando a país a negociar. Demais tensões entre os dois países ocorreram posteriormente quanto à questão de Taiwan – apesar do comunicado conjunto firmado em 1982 no qual consta o compromisso norte-americano em reduzir gradualmente o montante das vendas de armas a Taiwan – principalmente no ano de 1996, no momento da vitória do candidato pró-independência, Lee Teng-hui, nas primeiras eleições presidenciais livres de Taiwan. Não obstante, a questão de Taiwan, até o presente momento, implica em divergências de opiniões e tensões crescentes que comprometem em grande medida o futuro próximo das relações sino-americanas.

³³ Giovanni Arrighi explicita alguns pontos importantes que contribuíram à atração de capital estrangeiro para China nos anos 1980. Para além da vasta força de trabalho de baixo custo, havia “a elevada qualidade dessa reserva em termos de saúde, educação e capacidade de autogerenciamento, combinada à expansão rápida das condições de oferta e demanda para a mobilização produtiva dessa reserva”. Desta forma, não foi o capital estrangeiro que gerou essas condições na China, mas o “desenvolvimento baseado em tradições nativas – inclusive a tradição revolucionária que deu origem à RPC” (ARRIGHI, 2008, p. 2).

modernização produtiva e uma maior inserção do país na economia mundial, além da manutenção da aliança com os Estados Unidos, o que garantiria sua segurança frente a um possível conflito com a URSS³⁴. Ademais, tratava-se de desenvolver o país, pois a renda per capita era muito baixa, assim como o nível de produtividade geral da economia. Tal discussão permeava as instâncias de poder desde a década de 1960, mas com a troca de gerações, foi para o topo das prioridades em dezembro de 1978. Quanto aos Estados Unidos, na visão de Robert Sutter:

O interesse comercial norte-americano no mercado da China cresceu acentuadamente a partir de 1992 e foi creditado como um papel importante em convencer o governo de Bill Clinton, em 1994, em deixar de vincular o tratamento comercial dos EUA de nação mais favorecida às melhorias nas ainda péssimas condições dos direitos humanos na China. (SUTTER, 2016, p. 21, tradução nossa).

Sob a temática do desrespeito aos direitos humanos, por conta do desfecho do episódio da Praça da Paz Celestial – Tiān'ānmén 天安门, em junho de 1989, as relações entre China e Estados Unidos sofreram um forte abalo.

Em 1989, apesar dos avanços da reconstrução da sociedade chinesa por meio do desenvolvimento econômico liderado por Deng Xiaoping, emergiram tensões sociais resultantes das contradições vividas por sua população – como o aumento das disparidades de renda, a contradição entre cidade e campo, os subornos e corrupções crescentes entre gerentes de fábricas e funcionários do Partido, e ainda, o forte impacto ambiental decorrente do desenvolvimento acelerado – que já eram percebidas pelo aumento gradativo de protestos públicos já a partir de 1985 e que ganhavam ímpeto naquele ano, principalmente entre os jovens universitários chineses. Além disso, é importante ressaltar, que também havia uma forte resistência da linha marxista-leninista do PCCh às políticas adotadas por Deng no fim da década de 1980. Fatores como a inflação (em torno de 20%), corrupção no partido e no governo, descentralização das decisões econômicas, aumento de greves por reajustes salariais e a inspiração que vinha da URSS – quando Mikhail Gorbachev supostamente tentou reformar o sistema socialista por meio da *Glasnost* (abertura política) e *Perestroika* (reforma econômica) – foram os principais motivos para essa oposição (PINTO, 2011). Antes do abatimento de milhares de vidas pelas tropas do 27º Exército Chinês, no dia 4 de junho de 1989, mais de um milhão de pessoas, entre estudantes e simpatizantes, ocupavam a praça clamando por maior participação no governo (democracia) e ecoando críticas às várias

³⁴ Um visitante da China, em 1978, descreveu com detalhes a rede de abrigos nucleares da cidade de Beijing. A grande ameaça seria um ataque nuclear dos “revisonistas” soviéticos. Ver: HENFIL. *Henfil na China* (antes da Coca Cola). Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1980.

medidas econômicas e políticas em curso na China (SPENCE, 1995). Como resposta a esses acontecimentos, não somente o governo dos Estados Unidos decidiu impor um boicote à exportação de armas à China, como também suspendeu as relações comerciais entre os países, medidas acompanhadas pelos aliados da OTAN (*North Atlantic Treaty Organization*). Os norte-americanos também apoiaram a restrição de créditos pelo FMI ao governo chinês, liberados apenas em casos de necessidades humanas fundamentais.

Conquanto, superados os problemas políticos e econômicos decorrentes das manifestações populares da Praça de Paz Celestial, a economia voltou a crescer fortemente a partir da nova rodada de reformas (“o Grande Compromisso”³⁵) que ocorreu após a famosa viagem de Deng Xiaoping ao Sul da China em 1992, e da vitória da ala mais à direita do PCCh, com a aprovação de suas propostas apresentadas no XIV Congresso do Partido realizado no mesmo ano.

Após outros episódios que confluíram para um novo aumento de tensões entre Estados Unidos e China – como a instalação de porta-aviões pelos Estados Unidos no estreito de Taiwan em 1996; o bombardeio das forças da OTAN que atingiu a embaixada chinesa em Belgrado, em 1999, e a ampliação de acordos militares com o Japão firmados com os Estados Unidos durante a década de 1990 – as relações comerciais entre os dois países se normalizaram já no início do século XXI. Não obstante, a visão oficial chinesa acerca dos Estados Unidos era predominantemente negativa, pois apesar das declarações de Bill Clinton (1993-2001) de que não havia nenhum projeto norte-americano desfavorável à China (JOHNSON, 2007), para os chineses, sua retórica se diferenciava em muito de suas práticas. Os apontamentos dos chineses que evidenciavam suas suspeitas se concentravam nas seguintes questões:

No início do século XXI, a lista de acusações e queixas chinesas contra o hegemonismo dos EUA foi longa e envolveu muitas questões de interesse direto da China e nas proximidades da Ásia. Elas incluíram o grande e crescente orçamento de defesa dos Estados Unidos; uma forte tendência em recorrer a medidas coercivas na política externa dos EUA; supostamente o completo desrespeito das instituições e regras internacionais quando considerado inconveniente; uma agenda agressiva na promoção dos valores ocidentais; decisões unilaterais para construir defesas contra mísseis; esforços para restringir informações de alta tecnologia para a China e outros; violações arrogantes da soberania de outros países; expansão injustificada de alianças dos EUA na Europa e na Ásia; e determinação para conter poderes emergentes, notavelmente a China. (SUTTER, 2016, p. 49, tradução nossa).

³⁵ O *Grande Compromisso* se baseou na estratégia de abertura por meio da aceleração do processo de expansão das ZEEs, da descentralização do planejamento central, e de intenso processo de reformas nas empresas estatais. Essas medidas promoveram o aumento das exportações e do desenvolvimento interno, devido aos investimentos públicos em infraestrutura (PINTO, 2011).

A despeito dessas suposições e críticas, com a restauração da relação bilateral em andamento, nota-se o esforço do então líder chinês, Jiāng Zémín 泽民 (1989-2002), e de seu ministro da economia, Zhū Róngjī 朱镕基, na manutenção das iniciativas anteriores de Deng Xiaoping. Assim, decidiu-se buscar uma interação bilateral de alto nível com os Estados Unidos em questões importantes aos norte-americanos, a fim de se conseguir a integração do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), o que de fato aconteceu em 2001. Nesse sentido, a China procurou se adequar às exigências norte-americanas nos seguintes temas: direitos humanos; cooperação nuclear; maior abertura de seu mercado, dentre outras medidas econômicas; propriedade intelectual, e a participação chinesa nas organizações econômicas internacionais, como o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB, sigla em inglês), o Banco Mundial, e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês).

Como resultado dessas interações, em agosto de 2005, o vice-secretário de Estado, Robert Zoellick, e o vice-ministro de relações exteriores, Dài Bǐngguó 戴秉国, deram início ao primeiro diálogo estratégico entre China e Estados Unidos, cujos objetivos seriam, em suma: “impulsionar suas relações construtivas de cooperação, aumentando o diálogo; a construção de confiança mútua; a promoção da cooperação e do tratamento das diferenças de forma correta” (CHINA DAILY, 2005). Neste momento, a China é reconhecida como uma potência emergente e como *responsible stakeholder*, com o objetivo de inspirar mudanças políticas em países acusados de não aderência às normas internacionais – como Coreia do Norte e Irã – por meio de sua influência positiva.

Neste contexto das relações sino-americanas, George W. Bush (2001-2009) se empenhou em preservar as conquistas até então obtidas junto à China, priorizando a cooperação, apesar das duras críticas interna que sofreu diante do comércio deficitário com a China e do crescente desemprego industrial nos Estados Unidos, decorrente dos efeitos da globalização do capital, como o deslocamento de plantas industriais para a China (*offshoring*) e também da terceirização de diversas etapas produtivas (*outsourcing*).

Este deslocamento do capital produtivo, tanto para o exterior quanto para o setor financeiro, minou a capacidade do país em se manter praticamente autossuficiente, como vinha ocorrendo desde a Guerra do Pacífico, em 1898. As crises financeiras que se sucedem desde 1987 minaram a primazia de sua moeda, contribuíram para o aumento do estoque da dívida pública, elevou o déficit no balanço de pagamentos e criou a inusitada dependência de capitais estrangeiros para financiar o Estado e o consumo das famílias. Simultaneamente, os fracassos em reescrever a política dos países do Oriente Médio por meio de custosas guerras e

sem o respaldo das Nações Unidas (como foi o caso da invasão ao Iraque), deslegitimou a liderança moral de Bush junto aos seus próprios aliados.

A emergência da China como um rival de peso fez com que o país se reposicionasse internacionalmente por meio de uma estratégia para a Ásia e o Pacífico – assunto que veremos mais adiante – buscando conter sua influência na região. Com a explosão da bolha no mercado acionário, em 2000,³⁶ e o grande endividamento com outros países, a opinião interna naquele momento confluía para a necessidade do governo repensar a política da década de 1990.

Por conta do esforço fiscal para viabilizar a sua máquina de guerra, os Estados Unidos foram forçados a ampliar o endividamento por meio de empréstimos de governos estrangeiros, em especial, da região da Ásia oriental. Notadamente neste período, a China liderada por Hú Jǐntāo 胡锦涛 (2002-2012) contribuiu com U\$ 150 milhões ao governo Bush para viabilizar a reconstrução do Afeganistão depois da guerra com o Talibã. Apesar da expectativa inicial da vitória rápida e fácil, o contrário se mostrou com aumento do endividamento norte-americano, pois os custos da guerra eram crescentes e o petróleo iraquiano não conseguia cobri-los (ARRIGHI, 2008).

Durante a administração George W. Bush, a relação bilateral não sofreu maiores desgastes, a despeito de a China se tornar a maior credora dos Estados Unidos, em 2008, portando naquele momento algo em torno de U\$ 492 bilhões em títulos do Tesouro americano, ultrapassando o Japão, fato que se repetiria em 2010, quando a China ultrapassou novamente o Japão, mas como a segunda maior economia mundial³⁷.

Os maiores desafios, no entanto, que permeavam as preocupações de ambos os países, passavam pelo cenário mundial que sofria com a crise internacional iniciada em meados de 2007, a partir do mercado imobiliário americano no *Subprime* (hipotecas de alto risco) e com a consequente falência do grupo *Lehman Brothers* no ano seguinte. Esta se propagou rapidamente revelando o seu caráter sistêmico. Ademais, Bush sentia a pressão interna e externa no sentido de resolver os grandes dilemas concentrados no “Iraque; Afeganistão; Paquistão; Irã; [e] questões mais amplas do Oriente Médio; Coreia do Norte, [além de] outros problemas de política externa que vieram ao topo da importante transição de liderança em 2012” (SUTTER, 2016, p. 132, tradução nossa).

³⁶ Para um aprofundamento maior nessa temática, ver: BRENNER, R. *O Boom e a Bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

³⁷ Como informação complementar, nota-se que em 2015 o volume de reservas atingiu aproximadamente U\$ 3,5 trilhões. Nesse mesmo ano a moeda chinesa, o Yuan/Remimbi, passou a fazer parte da cesta de moedas que lastreia os Direitos Especiais de Saque do FMI, tornando-se uma moeda de reserva internacional ao lado do Dólar, do Euro, da Libra Esterlina e do Yen.

É nesse contexto de crise, nos Estados Unidos, quando a esperança em recuperar o prestígio norte-americano e a solução da crise foi depositada na eleição de Barack Obama, em 2008, que prometeu em campanha o término da guerra da América no Iraque. Em outubro de 2011, cumprindo aquela promessa, Obama retira de forma gradual suas tropas do Iraque e Afeganistão. Neste contexto, de acordo com Fiori:

[...] É possível identificar traços de derrota e de vitória norte-americana, mas talvez o mais importante sejam duas mudanças estratégicas de largo fôlego que estão sendo sinalizadas pela nova posição estado-unidenses: a primeira, na administração do poder global dos Estados Unidos, que passa a ser mais imperial e terceirizada; e, a segunda, nas suas prioridades, que passam a ser Ásia e a disputa pela hegemonia do Pacífico sul, numa tentativa de recuperar, em pleno voo, o tempo perdido pelos Estados Unidos durante a ‘guerra global ao terrorismo’ do presidente George Bush, em uma década em que a China se expandiu vertiginosamente e ocupou posições cada vez mais importantes dentro do tabuleiro econômico e geopolítico asiático, enquanto os Estados Unidos permaneciam atolados no seu Grande Oriente Médio. (FIORI, 2014, p. 182).

É importante notar que desde 2010, uma maior atuação dos Estados Unidos naquela região, conforme observou Fiori, ocorreu não apenas no sentido de aumentar sua presença militar, mas de reforçar os laços com aliados no Leste e no Sudeste da Ásia para refrear a ascensão chinesa. Diante desse impasse, a China buscou acalmar seus vizinhos por meio da estratégia de “Desenvolvimento Pacífico”, que será analisada no capítulo seguinte. Além disso, foram estabelecidas as duas grandes metas do “Sonho Chinês”³⁸, tal como definiu o presidente Xi Jinping 习近平 (2012 – em exercício): a construção de um país moderadamente próspero, em 2021, centenário da fundação do PCCh, e de um país desenvolvido, em 2049, centenário da criação da RPC.

Ressalta-se que, no âmbito econômico, a China se tornou uma das principais parceiras na região do Leste e Sudeste asiático, sendo inclusive o principal destino das exportações do Japão, Taiwan e Coreia do Sul, tradicionais aliados dos Estados Unidos na Ásia. Cientes do aumento da integração econômica da China com seus vizinhos, os Estados Unidos procuram se contrapor a essa crescente influência ao estimular as históricas rivalidades políticas entre a

³⁸ Em 29 de novembro de 2012, Xi Jinping proclamou o “Sonho Chinês”. Naquele momento, explicou que: “O Sonho Chinês para a grande renovação da nação chinesa visa alcançar a prosperidade nacional, o rejuvenescimento nacional e a felicidade de todas as pessoas. Agora, o povo chinês é mais confiante e capaz de realizar o grande rejuvenescimento da nação chinesa do que em qualquer outro ponto da história, e estão mais perto de realizar este objetivo do que em qualquer momento no tempo” (LI; MA, 2014, p. 1). Este tema ainda causa constantes questionamentos, principalmente quando parece fazer alguma analogia ao “Sonho Americano”, termo mundialmente conhecido. É possível apreender que o “Sonho Chinês” tem sua origem a partir dos intentos da China em estabelecer o diálogo entre iguais com os Estados Unidos, ou seja, já antes do atual líder chinês inaugurá-lo publicamente em 2012. Para este assunto, ver: WANG, H. H. *The Chinese Dream: The Rise of the World’s Largest Middle Class and What it Means to You*. Oakland: Berret-Koehler Publishers, 2010.

China e seus vizinhos, não apenas do Pacífico Ocidental, mas também no Oceano Índico. Daí a adoção de políticas de contenção da China como a do “pivô para a Ásia”.

2.3.1. A estratégia norte-americana de reequilíbrio (*rebalance*) ou “pivô para a Ásia”

A maior evidência, a partir de 2011, de que os Estados Unidos passariam a privilegiar a região da Ásia-Pacífico foi o discurso da então Secretária de Estado do presidente Barack Obama, Hillary Clinton, revelando o renovado interesse americano na região e confirmando aquela estratégia³⁹. No seu discurso, ela observou que é fundamental para os interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos que o país aproveitasse o crescimento e dinamismo da Ásia para abrir novas oportunidades de investimento, comércio, e acesso à tecnologia de ponta, sendo este um dos recursos principais para recuperar a economia doméstica. Acrescentou também que seria necessária a manutenção das relações com os principais países como o Japão e a Coreia do Sul, e agregar novos parceiros, como a Índia e Indonésia. Segundo ela, os Estados Unidos precisariam reequilibrar a sua estratégica direcionando-se totalmente para a Ásia, onde Washington investiu poucos recursos nos últimos anos por causa de sua preocupação com as duas guerras – do Afeganistão e Iraque. Para respaldar as futuras ações americanas na região, Hillary afirma na mesma declaração que:

A região está ansiosa por nossa liderança e nossos negócios – talvez mais do que em qualquer outro momento da história moderna. Nós somos a única potência com uma rede de alianças fortes na região, sem ambições territoriais e com longo histórico em fornecer subsídios para o bem comum. Juntamente com nossos aliados, nós temos subscrito a segurança regional por décadas – patrulhando o mar da Ásia e preservando a estabilidade – e isso, em retorno, tem ajudado a criar as condições para o crescimento. [...] Nós somos o maior parceiro de comércio e investimento da região, uma fonte de inovação que beneficia trabalhadores e empresários em ambos os lados do Pacífico, um hospedeiro de 350.000 estudantes asiáticos todo ano, um campeão de mercados abertos e um defensor dos direitos humanos universais. (CLINTON, 2011, n.p.).

Enquanto Hillary discursava na Universidade do Havaí, o governo dos Estados Unidos anunciava o deslocamento de soldados para a Base Naval de Darwin, na Austrália, que passaria a ser o principal ponto de apoio às atividades de defesa dos EUA na região.

³⁹ Acerca da estratégia norte-americana, cabe aqui uma observação de Anderson (2015, p. 145): “As economias das duas potências estão tão interligadas que qualquer declaração aberta de intenções seria uma quebra de protocolo, mas o propósito dessa movimentação é claro: cercar a República Popular da China com um colar de aliados e instalações militares dos EUA e, em particular, manter a predominância naval norte-americana em todo o Pacífico, até – e incluindo – o mar da China oriental”.

O discurso de Clinton não foi explícito, mas ao se reposicionar na Ásia o objetivo estratégico seria a contenção da China, pois “o governo Obama deixou claro que os Estados Unidos estavam preparados para empreender medidas militares necessárias para lidar com o acúmulo de forças chinesas visando os americanos e os interesses americanos na Ásia-Pacífico” (SUTTER, 2016, p. 133). Estas medidas se confirmam nas linhas da diretriz estratégica de seu governo, ou seja, do documento NSS-2015 (*National Security Strategy-2015*), lançado em fevereiro de 2015. Na seção que versa sobre a Ordem Internacional e no item “Avançar o nosso reequilíbrio para a Ásia e o Pacífico” (*Advance Our Rebalance to Asia and the Pacific*), em suma, determina que, na relação do país com a China:

[...] Buscamos a cooperação em desafios regionais e globais compartilhados, como as mudanças climáticas, a saúde pública, o crescimento econômico e a desnuclearização da Península Coreana. Embora haja concorrência, rejeitamos a inevitabilidade do confronto. Ao mesmo tempo, vamos gerir a concorrência de uma posição de força, insistindo para a China respeitar as regras internacionais e normas sobre questões que vão desde a segurança marítima ao comércio e direitos humanos. Vamos acompanhar de perto a modernização militar e a expansão da presença da China na Ásia, enquanto procuramos maneiras de reduzir o risco de mal-entendidos ou erros de cálculo. Sobre a segurança cibernética, tomaremos medidas para proteger nossos negócios e defender nossas redes contra o *cyber-furto* de segredos de mercado para fins comerciais, seja por atores privados ou por meio do governo chinês. (THE WHITE HOUSE, 2015, tradução nossa).

Com esse “acompanhamento” próximo do governo Obama de todas as atividades chinesas no Pacífico, notaremos adiante quais medidas estão sendo tomadas frente aos temas elencados no documento, principalmente aquelas de cunho militar.

É importante acrescentar que a segurança cibernética sinaliza ser um tema importante e de difícil resolução, e que permearão constantemente as relações sino-americanas. Recentemente, em maio de 2015, a China foi denunciada pelos Estados Unidos de se valer da espionagem com o intuito de garantir vantagens competitivas na área comercial e industrial. As acusações ganharam força quando o Departamento de Justiça dos Estados Unidos autuou formalmente cinco membros das Forças Armadas da China por possivelmente utilizarem-se das atividades de *hackers*, pertencentes a uma base militar chinesa em Shanghai, sob a acusação de furto de segredos comerciais nos setores energético (nuclear e solar) e metalúrgico.

Devido ao episódio, o governo chinês suspendeu o diálogo estratégico sobre segurança cibernética com os Estados Unidos e, após negar veementemente o crime que lhe fora imputado, a China, por intermédio do Ministério da Defesa, lembrou sua contraparte da polêmica que envolve a espionagem norte-americana como no caso *Wikileaks*, denunciado

por Julian Assange, e outro vazamento realizado por Edward Snowden, ex-técnico da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA, sigla em inglês). Somente após a visita de Estado de Xi Jinping à Casa Branca, em setembro de 2015, os presidentes chegaram a um acordo no qual os dois países se comprometeram em atuar contra a realização de roubos comerciais ou de propriedade intelectual por meio da ciberespionagem, o que inclui o estabelecimento de uma cooperação mais assertiva em ações de combate aos crimes cibernéticos.

Apesar deste tema não ser aprofundado na presente dissertação, este se torna importante como forma de sinalizar mais um aspecto do conjunto de outros impasses que contribui ao aumento das desconfianças entre os dois países.

Frente a reflexão aqui proposta, julgamos importante a seguinte observação de Chalmers Johnson:

As relações amigáveis que os Estados Unidos tiveram com a China durante os últimos 18 anos da era da Guerra Fria, depois do histórico realinhamento Nixon-Kissinger, eram baseadas numa oposição comum à URSS. O colapso da União Soviética, portanto, pôs fim à principal utilidade da China para os Estados Unidos como aliada, e ao mesmo tempo reforçou sua nova condição de possível rival a longo prazo da hegemonia americana. No rastro da Guerra Fria, com a intenção do Pentágono de manter níveis de gastos militares próximos aos da Guerra Fria, inimigos no horizonte global eram bastante necessários. [...] a ascensão econômica da China como grande potência no Pacífico ofereceu uma possibilidade de que ela se ajustasse à necessidade do Pentágono de ter um grande inimigo. Além do mais, as contínuas disputas da China com Taiwan, sua reivindicação de Ilhas no Mar do Sul da China, suas relações amigáveis com a Coreia do Norte, suas ocasionais disputas armadas com o Vietnã e suas modestas forças de mísseis com ogivas nucleares pareciam dar provas – pelo menos aos olhos dos EUA – de suas intenções agressivas; tudo parecia indicar que algum dia ela ameaçaria os interesses imperiais americanos na região. (JOHNSON, 2007, p. 204).

Neste contexto de supostas ameaças, Amaury Oliveira (2013) já atentava os para fatos concretos que denunciavam um constante aumento das tensões entre os dois países no contexto das disputas hegemônicas. Assim, ele pontuou algumas das ações do país na região do Pacífico, como o anúncio de modernas belonaves, ou navios de guerra, ancorados no porto de Singapura, e a assinatura de acordos de reafirmação de laços com Filipinas, Tailândia e Austrália (OLIVEIRA, 2013). Também foi negociado o estacionamento rotativo em bases australianas com até 2.500 fuzileiros navais americanos. Outro ponto importante citado por Oliveira (2013) é o empenho dos Estados Unidos em retomar bases navais antes utilizadas na Guerra Fria, como a Baía de Subic (Filipinas) e Baía Cam Ranh (Vietnã).

Este reposicionamento indica que os EUA passam a compreender o desafio chinês em termos diferentes da estratégia de “contenção e engajamento”. De um lado, alguns estudiosos,

como Robert D. Kaplan (2010) e Dambisa Moyo (2013), acreditam que a concorrência internacional por recursos estratégicos será severa, aumentando o potencial de atritos entre China e Estados Unidos. Outros argumentos tendem a explicar que na atual situação mundial, a reafirmação do compromisso com o “desenvolvimento pacífico” decorre de um receio chinês de que o país norte-americano concentre-se em frear a contínua ascensão chinesa. Há aqueles que são ainda mais céticos quanto a uma possível “parceria estratégica China-EUA”, ressaltando o “desafio estratégico” representado pela China, ameaçando a hegemonia dos Estados Unidos na região (DE CASTRO, 2011, n.p.).

Veremos no capítulo seguinte que tensões entre China, Estados Unidos, e países vizinhos no Pacífico, têm sido exacerbadas devido às disputas pela soberania de Ilhas que se encontram no Mar da China Meridional. As alianças estratégicas firmadas em torno desses temas têm sido importantes no desenvolvimento dos conflitos naquela região.

Nesse contexto de conflitos latentes, alguns estudiosos defendem que a “liderança dos Estados Unidos e sua presença na segurança da Ásia têm que continuar para apoiar e sustentar essa visão de ordem regional, que é compartilhada amplamente em toda a região Ásia-Pacífico” (MANNING; PRZYSTUP, 2013, n.p.). A prova dessa presença benéfica seria o fato de o Leste Asiático ter prosperado a uma extensão sem precedentes ao longo das últimas quatro décadas, como resultado do compromisso dos Estados Unidos com a região. Estes mesmo analistas defendem que, após a crise financeira global de 2008, a China considerou que os Estados Unidos estavam em declínio terminal e, por isso, pensou aquele ser o momento de para uma reemergência.

Ademais, outras correntes de pensamento sustentam que a China “não irá se contentar com nada menos do que uma posição de igualdade com os Estados Unidos na ordem asiática”. Ou seja, “*pares* (paridade) sem o *primus* (primazia)” (WHITE, 2013, n.p.). Além disso, afirmam que o objetivo da política dos Estados Unidos é usar todos os elementos do poder americano para preservar a velha ordem com base na primazia, “mesmo que isso leve à crescente rivalidade estratégica com a China, que compromete a paz e a estabilidade regional”. Nesse entendimento, a política contemporânea dos EUA pode claramente ser caracterizada como de “contenção” (WHITE, 2013, n.p.).

Para além da dimensão geopolítica e militar, a estratégia de contenção da China subtendida no “pivô para a Ásia”, também pressupõe ações de cunho econômico, como acordos de livre comércio, como a Parceria Transpacífica (TPP), dentre outras. Isto será discutido na seção seguinte.

2.3.1.1 *Tratados de livre-comércio da Ásia-Pacífico e as características da Parceria Transpacífica (TPP)*

A região da Ásia é caracterizada por “várias arquiteturas regionais sobrepostas” competindo potencialmente nos aspectos tanto econômicos quanto estratégicos. Estas podem ser reunidas em dois grupos: (a) da região da Ásia-central, na qual os Estados Unidos busca uma maior participação para seu envolvimento regional; e (b) da região da bacia do Pacífico, que inclui nações de ambos os lados do Oceano (FERGUSSON; VAUGHN, 2011, n.p.).

Na região do Sudeste e do Oriente da Ásia central concentra-se a ASEAN+ 3 (no qual estão incluídos os países membros da ASEAN mais China, Japão e Coreia do Sul) e a ASEAN+ 6 (além dos membros ASEAN, China, Japão e Coreia do Sul, acrescenta-se Índia, Austrália e Nova Zelândia) que também é conhecida como Cúpula do Leste Asiático (*East Asia Summit - EAS*). Já o grupo comercial mais abrangente da Ásia-Pacífico, a APEC – com seus vinte e um membros, incluindo os Estados Unidos – propôs, em 2006, na reunião APEC em Hanoi, uma região de livre-comércio da Ásia Pacífico (*Free Trade Area of the Asia Pacific - FTAAP*) (FERGUSSON; VAUGHN, 2011). As negociações se tornaram difíceis devido à paralisação das negociações comerciais da Rodada de Doha e ao declínio do comércio mundial em decorrência da crise financeira de 2008/2009. Posteriormente a isso, houve uma proliferação de acordos bilaterais e multilaterais de livre comércio em todo o mundo, também na região da Ásia Pacífico e, em especial, na Ásia Oriental, onde há um rápido crescimento do comércio a partir do conceito de regionalismo aberto⁴⁰.

É importante observar que após a crise asiática de 1998/1999, as primeiras discussões de acordos referentes a uma zona de livre comércio na Ásia Oriental ocorreram no ano de 2001, como a *ASEAN+3 Economic Ministers (AEM 3)* – em uma reunião realizada na Indonésia – que resultou na proposta conjunta da China e Japão de estabelecer uma zona de livre comércio no leste da Ásia, o *East Asia Free Trade Area (EAFTA)*, o qual cobriria bens, serviços e investimentos (AUSTRALIAN GOVERNMENT, 2012). Em 2006, houve uma proposta do governo japonês de se estabelecer uma parceria econômica abrangente para o leste da Ásia (*Comprehensive Economic Partnership for East Asia - CEPEA*) para a cooperação comercial entre os países da ASEAN+ 6. Adicionalmente, a TPP apareceu como uma das soluções para promover avanços onde a FTAAP não conseguira até então.

⁴⁰ Conforme ressaltamos, a estratégia dos Estados Unidos abrange os dois lados do Pacífico. Na América Latina, está sendo estimulada a “*Alianza del Pacífico*”, que congrega México, Chile, Peru e Colômbia, uma alternativa liberal às outras ações de integração do continente, como o UNASUL, MERCOSUL e a ALBA.

É possível constatar que dessa miríade de acordos a questão do comércio vem em primeiro lugar, superando eventuais divergências políticas e ideológicas. Para além de ser uma estratégia política, a TPP expressa os interesses econômicos dos lobbies industriais norte-americanos (BHAGWATI, 2011). Conforme veremos a seguir, a Parceria Transpacífica propõe determinadas condicionalidades que são excludentes a alguns países. Além de ser apontada como umas das iniciativas de comércio mais importantes na agenda do governo Obama, a TPP serviria, em grande parte, como uma estratégia dos Estados Unidos de se inserir cada vez mais no processo de integração econômica do Leste Asiático, obstruindo importantes relações políticas e comerciais, principalmente em uma tentativa de desviar a China da liderança deste processo, o que incluiria o perceptível fortalecimento da ASEAN +3 (ARMSTRONG, 2011). Como uma importante ferramenta de fortalecimento de laços dos Estados Unidos com países naquela região, a TPP também poderia constranger o desenvolvimento progressivo da China.

Os objetivos declarados da TPP estariam relacionados a tornar mais ágeis os processos da APEC de liberalização comercial e de abertura para novos investimentos, estabelecendo uma zona de livre comércio. O interesse do presidente Barack Obama de levar os Estados Unidos às negociações da TPP – baseado no objetivo de moldar um amplo pacto regional de alto padrão – foi notificado ao Congresso norte-americano pelo então embaixador Ron Kirk em setembro de 2009 (USTR, 2009). A primeira rodada de negociações pelos membros iniciais ocorreu em Melbourne, na Austrália, em março de 2010 e, em 12 de novembro de 2011, quando as lideranças dos países anunciaram a realização das linhas gerais do acordo TPP para o século XXI: “o desenvolver do comércio e os investimentos entre os parceiros TPP; promover a inovação, o crescimento e o desenvolvimento econômico; e apoiar a criação e manutenção de postos de trabalho” (USTR, 2011, n.p.). As negociações foram concluídas em 05 de outubro de 2015, na Nova Zelândia, das quais tomaram parte os seguintes países: Brunei; Chile; Nova Zelândia; Singapura; Austrália; Canadá; Japão; Malásia; México; Peru; Estados Unidos, e Vietnã.

É interessante notar que nenhum país do grupo BRICS foi convidado a aderir ao acordo, mesmo aqueles que pertencem à APEC, como China e Rússia. Como pretexto para a exclusão do gigante asiático, há constantes manifestações norte-americanas acerca de uma possível não aplicabilidade dos Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) por parte do governo chinês. Esta característica poderia afetar a operação de empresas norte-americanas instaladas no território da China, daí a suposta razão para não incluir o país nas negociações da TPP. Além dentre outros argumentos, reforça-se a possibilidade de que o maior objetivo estratégico da Parceria

Transpacífica seja o de isolar e conter a presença da China e manter a hegemonia dos Estados Unidos nos assuntos que integram a região de maior dinamismo econômico mundial.

Por outro lado, Guoyou e Wen (2012) comentam que há uma corrente de pensamento que supõe que a TPP não impactará a China de forma negativa, pois há uma dependência chinesa na economia regional e a oportunidade de se integrar aos crescentes mecanismos de cooperação econômica. Os autores em questão observam que existem receios tanto econômicos quanto estratégicos, em diferentes graus, por parte dos países da ASEAN com relação ao desenvolvimento da China. O seu poderio político e econômico alcançado, tanto regional quanto global, somado aos ressentimentos resultantes de conflitos históricos, acabam por exacerbar esses receios, principalmente no que se refere às tensões territoriais no Mar do Sul da China, como veremos mais adiante.

Outra iniciativa recente dos Estados Unidos para sua expansão comercial na Ásia é a Iniciativa E3, que aparece como importante ferramenta para a criação de bases com as quais os países da ASEAN possam aderir aos acordos comerciais como a TPP (THE WHITE HOUSE, 2012). Esta ação foi saudada pelos líderes da ASEAN na Reunião US-ASEAN, que aconteceu no Camboja, em novembro de 2012.

Dentre o conjunto de ações sob o empreendimento, está o de expandir o comércio e o investimento externo, fortalecendo o trabalho conjunto com objetivos econômicos, contando com importante apoio da “Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional” (*US Agency for International Development – USAID*) e do “Conselho Empresarial Estados Unidos-ASEAN” (*US-ASEAN Business Council*). Nesse sentido, buscam promover a capacitação dos países membros da ASEAN para alcançar uma maior integração regional com a construção da “Comunidade Econômica da Asean” (USAID, 2013, n.p.).

A parceria comercial entre os Estados Unidos e a ASEAN tem aumentado nos últimos anos. Em 2014, a entidade aparece em quarto lugar quando considerado o quesito “maior parceiro comercial de bens dos Estados Unidos, com US\$ 216 bilhões em comércio de mercadorias nos dois sentidos”, ficando a frente do Japão (THE WHITE HOUSE, 2015, n.p.).

O engajamento econômico por meio de iniciativas como a E3 atuaria para a conquista de ambições econômicas do país, tais como mostram os números:

Em 2014, as exportações de bens dos EUA para a ASEAN foram de US\$ 79 bilhões, tornando a ASEAN o quarto maior mercado de exportação dos Estados Unidos [permitindo a criação de] mais de 370.000 empregos americanos. As principais exportações dos EUA para a região são máquinas; aviões; instrumentos ópticos e médicos; combustível mineral e petróleo. Os Estados Unidos também exportaram mais de US\$ 11 bilhões em produtos agrícolas para os países da ASEAN no ano

passado. [...] Os Estados Unidos exportaram U\$ 23 bilhões em serviços para a região da ASEAN em 2014, e registrou um superávit de U\$ 7 bilhões em comércio de serviços com a ASEAN. [...] O estoque de investimento estrangeiro direto dos EUA nos países da ASEAN totalizou U\$ 226 bilhões em 2014, um aumento de mais de 13% em relação ao ano anterior e excede o investimento estrangeiro direto na ASEAN do Japão, Coreia e China juntos. Os investimentos estrangeiros diretos dos países da ASEAN nos Estados Unidos somaram mais de U\$ 20 bilhões em 2014. (THE WHITE HOUSE, 2015, n.p.).

A Iniciativa E3 parece ter uma vantagem significativa sobre as negociações da Parceria Transpacífica por conta das perspectivas de progresso rápido e por ser facilmente expandida (ELEK, 2012). Desta forma, o governo americano desenha mais uma estratégia de construção da cooperação econômica com a ASEAN, dentre outras, no intento de reconquistar o espaço perdido para a China na região da Ásia-Pacífico.

O futuro das relações sino-americanas depende do jogo das forças sociais no presente. Do mesmo modo que encontramos exemplos de cooperação entre Estados Unidos e China, também podemos encontrar focos de disputa. Apesar da existência da ampla cooperação entre os dois países em temas importantes à comunidade internacional – como as mudanças climáticas; o terrorismo; as crises econômicas globais; o comércio bilateral; ciberespionagem, e combate à proliferação de armas nucleares – veremos no capítulo posterior, que são muitas as discordâncias que desafiam essa relação durante a administração Barack Obama e Xi Jinping.

2.4. Considerações parciais

No presente capítulo, vimos que o crescimento econômico do país asiático vem acumulando maior relevância política, tanto em nível regional como internacional desde o início do processo de Abertura e Reforma, que liberou uma grande energia produtiva que transformou a China, num intervalo de 30 anos, na segunda maior economia do mundo. No ano de 2014, o mundo se admirava com o fato de que a China suplantava os Estados Unidos como maior potência comercial. E contrapartida, após experimentar uma década de grande expansão econômica, política e militar, imediatamente após a vitória na Guerra Fria, os Estados Unidos passaram a enfrentar grandes desafios de ordem política, militar e econômica. O fracasso das intervenções globais, a queda do prestígio político em nível internacional e os efeitos de uma dura recessão provocada pela crise financeira, abalaram os fundamentos do país como uma superpotência que podia definir unilateralmente sua agenda.

Nesse quadro complexo, os Estados Unidos dificilmente aceitarão uma condição de equilíbrio e equidade nas relações internacionais, buscando os meios de estender seu ciclo hegemônico pelo maior tempo possível, mesmo que isso entre em contradição com os valores que difundem junto a outros países. Enquanto defendem a democracia e direitos humanos em todas as partes do mundo, como na China, se aliam aos governos francamente despóticos; enquanto defendem o primado da lei, agem de maneira unilateral em confronto com decisões do Conselho de Segurança da ONU; enquanto defendem as organizações multilaterais, incentivam acordos bilaterais e/ou regionais que fragilizam as regras da Organização Mundial de Comércio; e enquanto defendem as liberdades individuais organizam esquemas de vigilância secreta sobre seus próprios cidadãos e governos e pessoas de outros países.

Dentre esse conjunto de observações, é interessante assinalar que Estados Unidos e China, apesar de possuírem distintas visões de mundo, coincidem acerca da própria percepção de excepcionalidade a qual influencia suas ações em nível internacional. Os Estados Unidos, como observado no capítulo anterior, tendem a professar uma fé missionária na transmissão de seus valores, mesmo que isso seja feito de maneira contraditória por sua *realpolitik*. Já a China, com uma sociedade que do ponto de vista cultural e filosófico “se basta”, ela almeja alcançar uma ordem internacional estável para desenvolver seu projeto de fortalecimento nacional, o chamado “Sonho Chinês”, sem buscar, ao menos do ponto de vista retórico, a hegemonia ou a confrontação. Seguindo este raciocínio, antes de analisarmos as estratégias chinesas frente à estratégia de contenção da China, o “pivô para a Ásia”, buscaremos analisar o perfil de atuação internacional chinês que, assim como o dos norte-americanos, também demonstra uma crença excepcional acerca de sua superioridade enquanto povo, porém, assentada em elementos diversos daquele. É o que discutiremos a seguir.

3 DA CHINA DE “TUDO SOB O CÉU” À ESTRATÉGIA DO “DESENVOLVIMENTO PACÍFICO”

Não, ele nasceu diferente, nasceu para prostrar, para viver tranquilo e em paz, e não para o futebol, a coleira, o guardanapo e a eficiência. Às vezes, considerando-se como um porco, imagina o Ocidental como um cão; e se este o irrita, contenta-se em grunhir [...] Com efeito, limita o seu desejo a ser um porco, um simples porco, pois isso é muito mais cômodo; e não inveja o cão por causa da sua coleira, da sua eficiência de cão [...] Basta-lhe que o cão o deixe em paz.

(Lin Yutang – Minha terra e meu povo)

Em um sentido mais amplo, muitas nações e povos tendem a se reconhecerem de maneira excepcional. Como ressaltamos em relação ao excepcionalismo dos Estados Unidos, a China também estrutura a sua própria percepção de seu papel no mundo e também se vê de forma excepcional. Um desses componentes diz respeito ao caráter pacífico de sua população, majoritariamente da etnia Hàn 汉, que ao longo da história mostrou menor proporção à conquista em comparação aos seus vizinhos Manchus ou Mongois. É a partir desse fundamento que o país busca convencer a comunidade internacional acerca do processo pacífico de seu modelo de desenvolvimento, do ganho compartilhado, e não a hegemonia e das intenções de uma atuação internacional clara, dentro das regras da governança global, e não por um reformismo radical das instituições, diferentemente do que fizeram outros países ao longo da História em momentos de grande crescimento econômico, político, e militar. Assim, nesta seção discutiremos acerca do “excepcionalismo” chinês e os fundamentos históricos de sua política externa.

3.1 Aspectos estruturais da “excepcionalidade” chinesa

Ao analisarmos a construção histórica da civilização chinesa, podemos encontrar muitos elementos que continuam influenciando sua sociedade até os dias de hoje.

Em primeiro lugar, antes de ser conceituada como um Estado-Nacional, a China é mais bem definida pelo conceito de “Estado-Civilização”. O país é a mais longeva experiência política do mundo, construindo uma história que remonta há pelo menos quatro mil anos. O país possui muitas primazias, como a citada longevidade política, a imensidão do território, o tamanho da sua população, e a incalculável contribuição técnica e administrativa para a humanidade, dentre outros aspectos. No sentido de complementar essa reflexão, Martin Jacques (2009) observa que:

A China, pelos padrões de todos os outros países, é um animal muito peculiar. Além do tamanho, possui duas outras características excepcionais, até mesmo únicas. A China não é apenas um estado-nação; é também uma civilização e um continente. [...] Quando os chineses usam o termo ‘China’ eles não estão geralmente se referindo ao país ou nação tanto como a Civilização Chinesa – sua história, as Dinastias, Confúcio, as formas de pensar, as suas relações e costumes, o guanxi (a rede de conexões pessoais), a família, a piedade filial, culto ancestral, os valores e a filosofia distinta. [...] Não há outras pessoas no mundo que estão tão conectadas ao seu passado e para quem o passado – não tanto o passado recente, mas o passado de muito tempo atrás – é tão relevante e significativo. (JACQUES, 2009, p. 196-197, tradução nossa).

Até mesmo nos discursos de seus líderes políticos, as características essenciais chinesas são constantemente lembradas. De forma similar, o ex-premiê Wēn Jiābǎo – 温家宝, em palestra na Universidade de Harvard, em dezembro de 2013, chamou atenção para essa questão ao ressaltar que apenas a China conseguiu se manter como organização política frente às outras civilizações. Reproduzimos aqui parte de seu discurso:

[...] Como todos sabemos, na história da humanidade, apareceu a civilização mesopotâmica na Ásia Ocidental, a antiga civilização egípcia ao longo do Nilo no norte da África, a antiga civilização greco-romana ao longo da margem norte do Mediterrâneo, a antiga civilização indiana no Vale do Rio Indo no sul da Ásia, e a civilização chinesa originária dos Vales dos rios Amarelo e Yangtzé. Devido ao terremoto, inundação, a peste, ou a fome, ou a invasão alienígena ou turbulência interna, algumas destas civilizações antigas secaram, algumas foram destruídas e outras se tornaram assimiladas às outras civilizações. Apenas a civilização chinesa, graças ao seu forte poder de coesão e de recurso inesgotável, sobreviveu às muitas vicissitudes de forma intacta. A civilização de 5.000 anos de duração é a fonte de orgulho de todos os chineses. A cultura tradicional chinesa, extensa e profunda, começa no passado distante e percorre um longo, longo curso. Mais de 2.000 anos atrás surgiu na China o confucionismo representado por Confúcio e Mêncio, o Taoísmo representado por Lao Zi e Zhuang Zi, e muitas outras teorias e doutrinas que figuraram com destaque na história do pensamento chinês, todos sendo cobertos pelo famoso termo “Mestres das Cem Escolas”. A partir de Confúcio, com o Dr. Sun Yat-sen, a cultura tradicional chinesa apresenta muitas ideias e qualidades preciosas, que são essencialmente populista e democrática. (WEN, 2003, n.p., tradução nossa).

Em segundo lugar, diferentemente de outras experiências imperiais da Antiguidade, que tinham por motivação a expansão territorial e cultural para um espaço geográfico muito mais abrangente do que suas originais localidades – como ocorreu na expansão persa, no helenismo de Alexandre, o Grande, na expansão da civilização romana, ou ainda, na expansão árabe – os chineses, ou mais especificamente etnia Han (95% do total), não possuía um projeto expansionista ou proselitista, fosse este de seu território, de sua cultura, ou de seus valores. De fato, os momentos de expansão do império chinês estão mais relacionados com as dinastias ditas “bárbaras”, do que aquelas dirigidas pelos Han, como a dinastia mongol Yuán 元朝 (1261 – 1368), e a dinastia manchu Qing (1644 – 1911), cujo território chegou a atingir 13 milhões de km². Cabe assinalar que a unificação territorial do Império se deu durante a Dinastia Qín 秦朝 (221 a.C – 206 a.C.), com o imperador Shǐhuángdì 始皇帝.

Um terceiro aspecto, tal como mencionamos anteriormente, diz respeito à própria cosmogonia da sociedade chinesa, que ressalta o caráter excepcional do país como o centro do mundo e que, durante todo o período imperial (221 a.C – 1911 d.C.), o imperador foi considerado o “Filho do Céu” – Tiānzǐ 天子, e deveria durante seu Mandato Celeste conservar a “Grande Harmonia” mediante obrigações morais e virtuosas sob o princípio de “Tudo sob o céu” (Tiānxià 天下), cuja palavra em sua tradução literal significa “Mundo”. As bases da legitimidade do Imperador e a definição implícita do conceito de Tianxia são assim definidas pelo professor Zhao Tingyang:

Em contraste com o conceito ocidental de império, a China tem um conceito tradicional de três mil anos de idade, ‘Tudo sob o Céu’, intimamente relevante para a Ideia de império. Somos levados a pensar que uma coisa tem sempre, na filosofia Platônica, a sua ideia de que essencialmente a torna como ela é. E uma ideia implica também, se interpretada com empenho, a concepção perfeita para uma coisa ser como é esperada. Isso significa que uma ideia perfeita acabou por ser um ideal de uma coisa. Aqui o conceito de Tudo sob o Céu poderia ser considerado como um suposto ideal de um império perfeito. O termo ‘Tudo sob o Céu’ (Tianxia), encontrado em quase todos os mais antigos textos chineses, significa, em primeiro lugar, a terra ou o mundo todo debaixo do céu. É quase equivalente ao ‘O Universo’ ou ‘O Mundo’ em línguas ocidentais. Seu segundo significado é ‘corações de todos os povos’[...] ou a ‘vontade geral do povo’. O mundo é sempre o lar do povo, ou seja, a terra como nossa, mais do que a terra como ela é. Tudo sob o céu, portanto, consiste tanto a terra como as pessoas. (ZHAO, 2006, p. 30, tradução nossa).

Um quarto aspecto que merece ser destacado diz respeito à importância do confucionismo na estruturação da identidade chinesa, não apenas como um guia de conduta moral para os indivíduos, mas principalmente para a estruturação do Estado chinês. É importante destacar que as obras clássicas de Confúcio eram o objeto de estudo para os candidatos ao serviço público chinês. Seus ensinamentos viriam a contribuir tanto para a

constituição e manutenção de um Estado harmonioso e pacífico, como também para a legitimidade do Mandato Celestial atribuído ao Imperador. Martin Jacques chama atenção para este aspecto:

A mais antiga consciência da China como a conhecemos hoje veio com a dinastia Zhou, que cresceu ao longo do Vale do Rio Amarelo no final do segundo milênio antes de Cristo. Já sob a dinastia anterior, a Shang, as bases da China moderna haviam começado a tomar forma com uma linguagem ideográfica, o culto dos antepassados e a ideia de um único governante. A civilização chinesa, no entanto, ainda não tem um forte senso de si mesma. Esta foi acontecer alguns séculos mais tarde através dos escritos do Mestre Kong, ou Confúcio (para usar seu nome latinizado). (JACQUES, 2009, p. 198, tradução nossa).

Especificamente com relação ao confucionismo, faz-se necessário refletir de maneira mais atenta sobre os seus fundamentos, ainda mais se considerarmos que esta escola filosófica se expandiu para todo o entorno do mundo chinês. De fato, Confúcio viria a ser o mais importante filósofo que presenciou em vida um período incessante de guerras entre Estados fragmentados antes da unificação em Tudo sob o Céu. Durante o período conhecido como “Primaveras e Outonos” (770 a.C – 476 a.C) e “Estados Combatentes” (475 a.C – 221 a.C), diversas teorias foram elaboradas com o principal intuito de guiar as relações diplomáticas entre os Estados, e que resultaram em duas ideias principais: “tudo sob o céu é uma autoridade” e “autoridade humana é baseada na moralidade” (YAN, 2013, p. 65).

Os textos de Confúcio buscavam incutir nos indivíduos os meios para se atingir a redenção pessoal: o “Caminho” do aprendizado para retificação e a conveniência das hierarquias para objetivar a manutenção da ordem social. Posteriormente, tais valores se constituíram na base da doutrina oficial do Estado chinês durante o governo do imperador Wǔ 武, da Dinastia Han (156 a.C – 87 a.C), onde o conhecimento das obras de Confúcio servia de referência para o ingresso na Administração Pública, no caso, a função de Mandarim. Apesar do forte apelo taoísta⁴¹ no final da dinastia Han, o Confucionismo sobreviveu como um “sistema cultural” que reunia em si elementos da própria religião taoísta e do budismo e, mais adiante, durante a dinastia Sòng 宋朝 (960 d.C – 1279 d.C) “o confucionismo amadureceu como uma doutrina holística” procurando dar respostas aos anseios de uma sociedade que se encontrava alheia ao modo de vida burocrático, cujo único acesso se dava por meio daqueles

⁴¹ Em linhas gerais, [...] “a força real do Taoísmo provém, todavia, de que ele oferece aos seus adeptos, e principalmente ao povo, um mundo desconhecido que o bom senso confuciano banuiu do seu horizonte. Os Analectos apontam ao fato de que Confúcio raramente falava do sobrenatural e dos espíritos. O Confucionismo não oferecia nem céu, nem inferno, nem nenhuma fórmula relativa à imortalidade da alma. Trazia uma solução aos problemas de natureza humana, mas não tomava em consideração o enigma do universo”. (LIN, 1939, p. 124-125).

exames, como mencionado. Logo, “o confucionismo sobreviveu indiretamente nas instituições políticas e legais da sociedade chinesa e no modelo educacional tradicional” (SINEDINO, 2011, p. XXVI). Para o escritor literário Lin Yutang (1939, p. 57), na perspectiva do modelo educacional chinês, “o Grande Estudo”, manual primário de Confúcio, [...] “assentava como princípio que o alvo desse método era chegar a um ‘caráter claro’ [que] refere-se à lucidez de julgamento desenvolvida e cultivada pelo saber”. Para Lin, o caráter chinês diz respeito à maturidade chinesa em confiar seus julgamentos na direção da razão, concebendo assim, uma visão mais abrangente das reais necessidades e possibilidades como povo. O caráter do povo chinês, para ele, possui características muito enraizadas como o pacifismo, o contentamento, e a paciência, dentre outros, que conjuntamente o define. Neste sentido, cabe aqui uma importante consideração de Jacques (2009) que contrasta, em grande medida, com as observações de Lin:

O Estado chinês fez um grande esforço, em ambos os períodos Ming e Qing, para inculcar na população um sentimento de partilha de valores e cultura baseada em princípios confucionistas. Aqui estava outro contraste com a Europa, em que tais assuntos não foram considerados como sendo da responsabilidade do Estado e, até o final do século XIX, foram deixados nas mãos da Igreja. O Estado chinês viu a instrução moral, entre ambos, as pessoas comuns e as elites, tanto como desejável em si mesma e também como um meio de exercer o controle social. [...] O Estado imperial estava ciente da importância da boa governança e da necessidade de contenção. Esta noção de boa governança estava intimamente ligada à tradição confuciana, com sua ênfase sobre a responsabilidade moral dos governantes: uma característica contínua de regra imperial, por exemplo, foi um reconhecimento de que era necessário manter os impostos baixos, de forma que os camponeses pudessem prosperar. [Assim], a harmonia seria promovida, a resistência e a rebelião evitadas. (JACQUES, 2009, p. 85).

Outro conceito importante da doutrina confucionista, para além da moralidade no nível individual, está a questão da moralidade nas coisas públicas, particularmente no que tange à busca do equilíbrio e o distanciamento de posicionamentos extremados, o que seria a construção de um conceito muito importante à cultura chinesa: a Harmonia. Trata-se da “Doutrina do Meio” ou da Moderação (Zhōng Yōng 中庸), que resumidamente segue o caminho da razão ao lidar com os problemas da administração e das condutas individuais. Na obra “Os Analectos”, ‘o Mestre disse: Aqueles que cometeram erros ao usar de moderação são poucos’ (SINEDINO, 2011, p. 133).

Por conta disso, para além de ser uma referência geográfica autocentrada, a palavra China – Zhōngguó 中国 ou “País do Meio”, em sua tradução literal – pressupõe a busca do equilíbrio e da racionalidade na direção do Estado por meio de seus governantes (XU, 2006; LIN, 1939). Neste sentido, a “Doutrina do Meio” de Confúcio tem um prisma diversificado:

[...] Em termos de mérito moral, requer uma tolerância pessoal para diferentes ideias e opiniões; em termos de um modo de pensar, significa o oposto de arbitrário e monomaniaco. Em termos de lidar com assuntos seculares, aprecia usar caminhos pacíficos para resolver conflitos e promover harmonia em meio à diversidade. No contexto da cultura política, ‘Zhong yong’ também fornece um princípio para a tomada de decisão política, assim como Confúcio elogia o Imperador Shun na ‘Doutrina do Meio’: Shun ‘tomou conta de seus dois extremos, determinou o Meio, e empregou-o em seu governo do povo’. Em termos de tomada de decisão, ‘Zhong yong’ significa fazer a escolha eclética, equilibrada e também mais aceitável entre as reivindicações extremamente opostas. (XU, 2006, p. 142, tradução nossa).

Como destaca John K. Fairbank e Merle Goldman (2007), estas bases culturais chinesas atuam como garantia da superioridade da cultura chinesa (Han) e como recusa da violência e da ignorância associadas de outros governos, conhecidos pelos chineses como “bárbaros”, que diversas vezes subjugaram a China. Essa “superioridade” fazia com que estes governantes, após a conquista do Império, se submetessem aos valores da cultura sinocêntrica. Segue a explicação dos autores nesta questão:

Ser governado por indivíduos pertencentes a uma outra cultura impôs um sério problema para a teoria política chinesa. Desde os tempos mais remotos, sob os reis Shang, a cultura (que incluía o sistema de escrita chinesa, o uso de bronzes ritualísticos, a consulta xamanista dos ancestrais, e a observação ritual dos poderes da natureza por parte do governante) era uma parte fundamental da sociedade. O primeiro dogma sinocêntrico era que a superioridade de Zhongguo, o País do Centro, em questões de wen (cultura e civilização) inevitavelmente dominaria a mera violência militar (wu) das tribos da Ásia Interior. Isso seria realizado pelo reconhecimento da superioridade chinesa pelos chefes tribais não-chineses, que se inclinariam diante do Imperador. Este tinha recebido o Mandato Celeste para governar a China, e sua magnificência e compaixão benevolentes atrairiam naturalmente os estrangeiros a esse país, onde seriam também transformados pela civilização. (FAIRBANK; GOLDMAN, 2007, p. 117).

Esse aspecto é muito interessante quando se nota que mesmo nos dias atuais, quando a influência ocidental se faz tão presente nas grandes cidades chinesas como Shanghai, Beijing, e Guangzhou, a essência das características culturais chinesas permanecem intactas, e configurava-se como exemplo a organização social: as redes informais do *guanxi*; a culinária; a medicina e farmacologia tradicional; a harmonia entre as diferentes religiões; a literatura e a arte, e a forma de visualizar e compreender o mundo.

Por fim, a excepcionalidade chinesa, particularmente nos dias atuais, diz respeito às características de seu sistema político e econômico – liderada pelo PCCh – que fundem os princípios do marxismo-leninismo aos de uma dinâmica da economia de mercado que se integra ao processo de globalização do capital e dos meios de comunicação. A organização do Estado e do PCCh seguem os princípios do modelo leninista de “centralismo democrático”. Não obstante, a política de modernização econômica iniciada em 1978 levou o país ao rápido

processo de desenvolvimento econômico por meio da criação do chamado “socialismo com características chinesas” a qual, inclusive, passou a admitir empresários como membros do PCCh a partir de 2003. De fato, a luta de classes foi abandonada em favor da modernização, tal como extraímos deste trecho do Estatuto do PCCh:

A linha básica do Partido Comunista da China na fase primária do socialismo é liderar as pessoas de todos os grupos étnicos em um esforço concertado, autosuficiente, e pioneiro em transformar a China num próspero, forte, democrático, culturalmente avançado, e harmonioso país moderno socialista, fazendo do desenvolvimento econômico a tarefa central enquanto defende os Quatro Princípios Cardinais e a política de reforma e abertura.

Na liderança da causa do socialismo, o Partido Comunista da China deve persistir em levar o desenvolvimento econômico como a tarefa central, fazendo com que todos os outros se subordinem e trabalhem para servir esta tarefa central. O Partido não deve perder tempo na aceleração do desenvolvimento, implementar a estratégia de rejuvenescer o país por meio da ciência e da educação, da estratégia de fortalecer a nação com pessoal treinado, e da estratégia de desenvolvimento sustentável, e dar o pleno desenvolvimento ao papel da ciência e tecnologia como a principal força produtiva. O Partido deve aproveitar o avanço da ciência e tecnologia para melhorar a qualidade dos trabalhadores e promover o desenvolvimento sólido e rápido da economia nacional. (XINHUA, 2013, p. 2, tradução nossa).

O modelo chinês, por ser excepcional em relação aos países capitalistas centrais, é motivo de desconfianças, mesmo quando o país se ajusta às regras da OMC, ou mesmo recentemente, quando sua moeda é aceita na cesta de moedas que sustentam os Direitos Especiais de Saque do FMI. Como exemplo, destacamos Brunet e Guichard (2012) que sustentam o fato de que a China age com má fé na economia mundial, tanto por ser um país totalitário que massacra sua própria população, como por manipular o seu câmbio, fazendo uma concorrência desleal no mercado internacional, e por organizar uma economia com forte orientação estatal que seria mascarada por uma dita economia de mercado. Também nesse sentido, para concluirmos esta seção, chamamos atenção às críticas relacionadas à excepcionalidade chinesa, notadamente em referência à percepção chinesa de que seu projeto de ascensão reflete uma história pacifista e que se abstém de um projeto hegemônico. Yuan-kang Wang (2012) busca refutar o mito do pacifismo confucionista chinês ao utilizar três exemplos dessa suposta mitificação histórica. Contra o primeiro argumento de que “a China não se expandiu quando estava forte”, ele entende que as dinastias Song (960 d.C — 1279 d.C) e Míng 明朝 (1368 d.C — 1644 d.C) não foram pacifistas como ressalta a visão oficial chinesa:

[...] Os líderes Song e Míng preferiram resolver disputas por meio da força quando sentiram que país estava forte, e, em geral, a China foi expansionista sempre que teve uma preponderância de poder. Como um *hegemon* regional, no início da era

Ming, a China lançou oito ataques em larga escala contra os mongóis, anexou o Vietnã como uma província chinesa, e estabeleceu o domínio naval na região. (WANG, 2012, n.p., tradução nossa).

Ao tentar desmistificar o segundo argumento de que “as sete viagens de Zheng He demonstram a natureza pacífica do poder chinês” – apesar de que as frotas do General Zheng He não realizarem em sua época ataques e anexações, tal como fizeram os europeus a partir do século XV – Wang ressalta que:

[Esta é] uma visão simplista, tendo em vista o poder naval maciço das frotas de 27.000 soldados divididas em 250 navios, que permitiu que os chineses apavorassem os estrangeiros em sua apresentação. A frota chinesa estava envolvida em atividades generalizadas ‘de projeção de poder’, ampliando o sistema de tributos de Confúcio e disciplinando estados indisciplinados. (WANG, 2012, n.p., tradução nossa).

Já no último argumento por ele suscitado de que “a Grande Muralha da China simboliza uma nação preocupada com a defesa”, ele alega que antes da pretensão de a Grande Muralha se tornar um símbolo da preocupação com a defesa do território chinês, frente às invasões dos povos vindos ao norte, seu propósito estava assentado na sensação de insegurança durante a dinastia Ming devido à mudança de seu *status*. O autor explica que:

[...] O muro que vemos hoje foi construída pela dinastia Ming e foi construída apenas após uma série de ataques frustrados dos chineses contra os mongóis. Não houve construção de muros no início da era Ming na China, porque naquela época o país tinha uma preponderância de poder e não tinha necessidade de defesas adicionais. Neste ponto, os chineses preferiram ficar na ofensiva. Os Ming construíram a Grande Muralha somente *após* a sua potência relativa ter declinado. (WANG, 2012, n.p., tradução nossa).

É importante considerar o local em que se encontram estabelecidos tanto os autores críticos, quanto os entusiastas da ideologia chinesa. Talvez por se tratar de um acadêmico de uma universidade norte-americana, o ponto de vista e a argumentação de Yuan-kang Wang, reforçam uma perspectiva realista muito sólida no país, a qual supervaloriza o conceito de “poder”.

Dentro dessa temática, Wang sustenta que as intenções expressas pelo governo chinês devem ser vistas com máxima cautela, e que a estratégia de Desenvolvimento Pacífico pode ocultar os interesses hegemônicos da China.

Quando se fala do sentimento de excepcionalidade da China, William Callahan (2008) elabora a seguinte conclusão de forma bastante crítica:

[...] Em vez de nos guiar em direção a um mundo utópico que resolverá os problemas globais, *Tianxia* é um exemplo do funcionamento do poder normativo, no sentido de que ele recentraliza a compreensão chinesa da ordem mundial como uma atividade patriótica da política interna. [...] Beijing diz que a China vai ascender pacificamente como potência responsável dentro do atual sistema internacional e não desafiará as estruturas e normas da ordem mundial. Mas o sucesso do *Sistema Tianxia* mostra que há uma sede dentro da China por ‘soluções chinesas’ aos problemas mundiais, e uma fome de soluções nacionalistas para questões globais, especialmente quando eles promovem uma forma patriótica do cosmopolitismo. Esta é a principal importância do sistema *Tianxia* na formulação das políticas exteriores da China. (CALLAHAN, 2008, p. 759, tradução nossa).

No entanto, partindo de uma metodologia que considera uma análise histórica do comportamento chinês a partir das três guerras, a Guerra da Coreia (1950 –1953); a Guerra Sino-Indiana (1962), e a Guerra Sino-Vietnamita (1979), a professora Huiyun Feng (2007) explica que diversos teóricos e acadêmicos tendem a se posicionar sobre a China partindo de conceitos e teorias de fontes europeias, o que dificulta uma análise mais real do comportamento chinês e, por essa razão, há uma necessidade urgente em demandar “um novo quadro analítico” que descortine o perfil chinês em sua política externa (FENG, 2007, p. 82, tradução nossa). Em suma, partindo de duas hipóteses, nas quais ela também considera os conhecimentos da filosofia chinesa, a “Confucionista acomodacionista” ou a “Revisionista *Parabellum*”, a autora conclui que a “cultura estratégica” da China não é beligerante, e sim, defensiva, e se enquadra na primeira hipótese apresentada. Além disso, de forma geral, o comportamento da China nos períodos das guerras por ela analisadas, mostrou que o país apenas procurou dar respostas às pressões externas e internas (FENG, 2007, p. 2, tradução nossa).

Como exemplo dessa abordagem “confucionista acomodacionista” é importante refletir sobre a estratégia de Desenvolvimento Pacífico preconizada pelo governo chinês, visto que este tem se preocupado em dissipar dúvidas acerca de um eventual ímpeto hegemônico do país.

3.1.1 Desenvolvimento Pacífico *versus* Hegemonia

Diferentemente dos Estados Unidos, a experiência histórica da China no contexto internacional não demonstrou interesse em exportar seus valores até o presente momento. Sempre na retórica chinesa, o Império do Meio bastava-se a si mesmo. De fato, mesmo sob o domínio de etnias estrangeiras, a confiança de uma superioridade da civilização chinesa os levava a assimilar os seus próprios valores. No século XX, já sob a República Popular da China e a despeito do discurso anti-imperialista, o país não possuía uma visão doutrinária para

o exterior que pretendia exportar seu modelo político, econômico e social, assim como fizera a extinta União Soviética. Pelo contrário, conforme discutiremos de forma mais atenta no corpo desta dissertação, principalmente após a morte de Mao Zedong, o governo procura demonstrar que se pautará pela estabilidade das instituições internacionais e que buscará um contexto político pacífico em que possa levar adiante a sua estratégia de fortalecimento nacional, o chamado “Desenvolvimento Pacífico”.

A elaboração desta estratégia ocorreu depois de certos atritos envolvendo China e Estados Unidos durante a década de 1990. Como vimos no capítulo 2, em suma, ocorreram sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos à China após o episódio da Praça da Paz Celestial em 1989; o aumento de vendas de armas a Taiwan, ignorando as reclamações chinesas; o ataque da OTAN à embaixada da China em Belgrado (1999), dentre outros incidentes geradores de conflitos que bloqueavam uma relação mais amistosa.

Naquele momento, entre os analistas ocidentais, as percepções acerca da China eram demasiadamente negativas, o que contribuiu para que oficiais e analistas chineses se concentrassem no debate que girava em torno da incerteza acerca do tipo de poder que a China poderia tornar-se. Já no início dos anos 1990, estudiosos chineses passaram a redigir e publicar seus estudos com a temática da Ascensão Chinesa (GLASER; MEDEIROS, 2007).

De acordo com Glaser e Medeiros (2007), a teoria da Ascensão Pacífica teve sua origem na viagem da delegação de Zhèng Bìjiān 郑必坚 – então presidente do Fórum de Reforma da China (unidade de pesquisa afiliada ao PCC) – aos Estados Unidos em dezembro de 2002. Na ocasião, foi discutido com os altos funcionários e estudiosos do governo Bush questões acerca das visões norte-americanas que originou a teoria da “Ameaça Chinesa”, ou a “*China threat theory*”. Essa teoria apresentava as preocupações com as possíveis intenções chinesas de alterar o sistema internacional vigente, ameaçando os interesses dos americanos. Dessa forma, Zheng Bijian concluiu que havia uma incerteza generalizada e uma visão polarizada nos Estados Unidos sobre o futuro da China como uma possível grande potência desafiante, e que esses pontos de vista poderiam complicar as relações sino-americanas (GLASER; MEDEIROS, 2007, p. 294).

Em seu discurso no 16º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (*The 16th National Congress of the Communist Party of China and China's Peaceful Rise – A New Path*), ZHENG (2005, p. 6), ao falar de uma série de princípios para as novas metas de desenvolvimento adotadas neste Congresso, coloca a necessidade de “um novo caminho de desenvolvimento”, um caminho “diferente das maiores potências do mundo desde a história moderna”, qual seja: o da “Ascensão Pacífica da China”.

É importante observar que, de acordo com Suettinger (2004, p. 2), é no discurso intitulado “*A New Path for China’s Peaceful Rise and The Future of Asia*”, no Fórum Boao para a Ásia, em novembro de 2003, que o conceito de “Ascensão Pacífica” fez sua estreia internacional. Nesse discurso, Zheng Bijian explica que o caminho de desenvolvimento da China é pacífico e que nunca buscará hegemonia. Segue-se um trecho do seu discurso:

De modo geral, nas próximas duas ou três décadas, ou no início do século XXI, a Ásia enfrentará uma rara oportunidade histórica para ascensão pacífica, e a ascensão pacífica da China será uma parte da ascensão pacífica da Ásia. Isso não significa apenas que a reforma da China, a abertura e ascensão são, em parte, atribuível à experiência e ao desenvolvimento de outros países asiáticos, mas também significa que a China, como um país asiático, irá desempenhar um papel mais ativo no desenvolvimento, prosperidade e estabilidade de todos os outros países asiáticos e dos seus vizinhos, em particular. (ZHENG, 2005, p. 17, tradução nossa).

Com os discursos oficiais que promoveram o conceito de “Ascensão Pacífica”, fica claro o intento dos líderes chineses em diferenciar sua trajetória de ascensão como uma grande potência regional, de outros momentos históricos traumáticos que corresponderam ao período de ascensão de nações como Alemanha, Estados Unidos e Japão, ou mesmo a Guerra Fria entre Estados Unidos e a URSS. Não obstante, conforme Glaser e Medeiros (2007) constataram, alguns problemas quanto ao conceito apareceram. Alguns estudiosos chineses indicaram que o termo “ascensão” poderia ser interpretado erroneamente, principalmente por conter uma conotação negativa e presunçosa. Outros problemas encontrados dizem respeito ao caráter pró-nacionalista que o conceito poderia causar, além das preocupações por parte dos países vizinhos da China, principalmente Taiwan e Japão, que compartilham do mesmo ideograma da palavra “ascensão” (崛起), ou seja, o Jué (崛) da palavra Juéqǐ (崛起), que remete a algo desafiador e violento (GLASER; MEDEIROS, 2007).

Dessa forma, o conceito “ascensão pacífica” começou a desaparecer dos discursos oficiais dando lugar para o conceito do “desenvolvimento pacífico”, que concentra os mesmos ideais intrínsecos ao conceito anterior, porém, sem a carga negativa da palavra “ascensão”. Para isso, o documento oficial intitulado “O Caminho do Desenvolvimento Pacífico” 和平发展道路 (*China’s Peaceful Development Road*), lançado em dezembro de 2005, foi fundamental para confirmar o compromisso do governo chinês com sua política externa para o século XXI (CHINA.ORG. CN, 2005).

Na esteira do discurso da busca pelo desenvolvimento sem a pretensão de alterar a ordem vigente ou de buscar pela hegemonia mundial, outro documento oficial foi lançado pelo governo chinês em setembro de 2011 (ENGLISH. GOV. CN, 2011). O documento

intitulado como “O Livro Branco do Desenvolvimento Pacífico da China” 中国和平发展白皮书 (*The White Paper on China's Peaceful Development*), procurou reafirmar a política externa chinesa e a essência da ascensão pacífica, como uma garantia estratégica para os vizinhos da China e às grandes potências de que a ascensão da China não visa ameaçar seus interesses econômicos ou de segurança (GLASER; MEDEIROS, 2007).

Cabe aqui fazer uma breve reflexão. O caminho do “desenvolvimento pacífico” também expressa o desejo dos chineses em não cair na armadilha de uma possível corrida armamentista com os Estados Unidos. Dentre outros fatores, a derrocada da União Soviética se deu porque sua economia foi asfixiada por uma produção bélica que tinha por objetivo evitar que os norte-americanos obtivessem alguma vantagem estratégica específica. Entre produzir bens de consumo para atender às necessidades de sua população, ou iniciar uma nova corrida armamentista, os chineses priorizaram o primeiro objetivo.

No campo da política internacional que envolve a reflexão acerca da elaboração de estratégias de atuação chinesa em política externa, é interessante notar também que o conceito do “desenvolvimento pacífico” converge com o projeto de estudiosos chineses que em responder aos anseios cada vez mais latentes da liderança chinesa de se constituir uma teoria chinesa das Relações Internacionais (YAN, 2013).

Um proeminente acadêmico chinês, Yan Xuetong, publicou poucos meses antes do lançamento oficial do livro branco do desenvolvimento pacífico da China um estudo que buscou nas bases filosóficas no período Pré-Dinastia Qin (221 – 206 a.C) – ou seja, no espaço temporal correspondente aos de Primavera e Outono (770 – 476 a.C) e Estados Combatentes (475 – 221 a.C) – contribuições que possam embasar uma teoria essencialmente chinesa que corrija os eventuais erros e que preencha as lacunas da teoria de relações internacionais contemporâneas, centradas na história e filosofia europeias. Com princípio de “Autoridade Humana”, que pressupõe um sistema internacional harmonioso, de acordo com o pensamento pré-Qin, abre-se um espaço maior na tentativa da constituição de uma política externa em que “a China deve ter maior influência política, competitividade econômica, afinidade cultural, e impacto moral” (RENMIN RIBAO *apud* Yan, 2013, p. 216). De forma similar, o princípio de “Liderança Moral”, pressupõe a ênfase histórica da China no exemplo como meio de influência e não pela força, comumente utilizada pelos países Ocidentais. Tais conceitos já haviam sido esboçados por Hu Jintao, em 2009, na “11ª Reunião de Chefes do Corpo Diplomático”.

Dessa forma, de acordo com o autor, o país não deve priorizar apenas o desenvolvimento econômico como guia geral de sua política externa, e sim, cada vez mais,

em pensar sobre “como a China pode se tornar uma potência líder e qual tipo de liderança ela pode prover”, na observância da moral e da política, como “impactos de grande significância” na constituição de uma liderança mundial, que preserva o ideal do desenvolvimento pacífico (YAN, 2013, p. 216).

Dentro deste debate, acreditamos ser importante trazer à discussão o conceito de hegemonia elaborado por estudiosos chineses vinculados à Economia Política Internacional. Num primeiro momento, a palavra em mandarim “hegemonia” – Bàquán 霸权, refere-se à política e comportamento, ou seja, a sujeição ou imposição de uma vontade sobre os demais, geralmente por meio do uso da força. Hoje, em sua tradução literal, o ideograma Bà 霸 significa “tirano”, e Guán 权 se traduz como “direito”, porém, na etimologia chinesa, “Bà” (como significado literal de “o mais velho”) apareceu como o título obtido por Zheng Zhuang Gong 鄭莊公 (743 – 701 a.C.) quando este assumiu a liderança entre os Estados de Zhou 周, após a decadência do Rei Huan Wang de Zhou 周桓王 (719 – 697 a.C) como Filho do Céu, dando início ao “sistema Bà” (HSU, 1999, p. 553). Com o reinado posterior de Qi Huan Gong 齊桓公 (685 – 643 a.C.), este sistema foi gradualmente implantado de forma institucionalizada, e o conceito original de “Bà” modificou tanto o sistema feudal existente (não mais baseado na pirâmide social), quanto o significado do tipo de liderança exercido pelo imperador:

Huang Gong parece ter esclarecido a missão do Ba; não foi de modo algum pretendida ser a hegemonia completa através do poder militar, mas sim restaurar a autoridade do Filho do Céu. Em outras palavras, o Ba deveria servir a função de guardião do sistema feudal de Zhou. (HSU, 1999, p. 555, tradução nossa).

Em suma, trata-se do “Filho do Céu” sob o mandato celestial de que falamos anteriormente, ressaltando aquele sentido. Com o passar do tempo, sob o ponto de vista chinês, o conceito de hegemonia passou a ser carregado de conotações pejorativas. Na perspectiva oficial do PCCh, quando do começo das reformas no país em 1978, a hegemonia americana era equivalente ao imperialismo, e os Estados Unidos “foram frequentemente retratados como tiranos, um poder maligno impulsionado a expandir-se para todos os cantos do mundo” sob os interesses do capital monopolista (WANG; PAULY, 2013, p. 3, tradução nossa).

No entanto, nos círculos acadêmicos que passaram a ter mais contatos com as obras de estudiosos norte-americanos, outras “nuances” foram contempladas e agregadas ao conceito de hegemonia. De acordo com Wang e Pauly (2013), os chineses começaram a fazer a distinção entre dominação, primazia e liderança. A liderança, diferentemente da dominação e

da primazia, não se vale de um “poder esmagador” que se impõe aos outros países do sistema internacional, e sim, de um poder benéfico quando contribui para a solidificação de estabilidade e justiça na ordem mundial.

É importante considerar nesse tipo de abordagem a influência do paradigma institucionalista das Relações Internacionais, liderada por Robert Keohane, cuja maior capacidade de projeção de poder indica maior estabilidade no sistema internacional. Dessa forma, a hegemonia ganha uma conotação benigna, uma vez que o Estado hegemônico pode administrar a ordem internacional de forma a garantir os interesses comuns entre os demais Estados e minimizar as consequências nefastas de uma ordem internacional anárquica. Nesse sentido, há também a diferença entre “hegemonia institucional” do “poder hegemônico”.

Atualmente, muitos estudiosos chineses veem os Estados Unidos como um “*hegemon institucional*”, ou seja, “aquele cujo comportamento próprio é constrangido pelas instituições que criou” (WANG; PAULY 2013, p. 5, tradução nossa). Contudo, apesar de se manterem críticos às certas políticas norte-americanas, é importante ressaltar que, de acordo com estes autores, muitos dos jovens estudiosos chineses têm dado ênfase ao caráter positivo dos Estados Unidos como potência hegemônica, quando relacionam a ideia de hegemonia à liderança em assuntos mundiais. Considerando que parte da academia do país é influenciada por paradigmas estrangeiros, a criação de um novo paradigma chinês de teoria de Relações Internacionais é uma pauta recorrente da agenda governamental chinesa contemporânea. Para os chineses, tornou-se necessário se contrapor às teorias dominantes em nível mundial por meio de conceitos e contribuições que tem como base a História de uma civilização milenar. Nesse sentido, torna-se importante refletir a partir de outros pontos de vista, como o de Johnson:

Depois do colapso do comunismo na Europa Oriental e na Rússia soviética, o Partido Comunista Chinês se baseou em alegações não-científicas, mas históricas, de poder, prestígio e riqueza – bem como na crença de que a China mais uma vez está destinada a reivindicar sua posição de civilização preeminente na Ásia e a se tornar uma superpotência global. A República Popular da China costumava chamar a si própria orgulhosamente de China Comunista. Hoje, o termo comumente usado é simplesmente China, e essa nova ‘China’ se apoia totalmente em glórias do passado mas também joga poderosamente com sua experiência centenária de humilhação nas mãos de imperialistas europeus, americanos e japoneses. A China dos dias de hoje está claramente em trânsito para um novo conceito de si mesma, sem falar num novo sistema de relacionamento com outros países. (JOHNSON, 2007, p. 217-218).

É interessante notar que esse “novo conceito de si mesma” de que fala Johnson, converge com a constante necessidade de utilização dos conceitos chineses de “Autoridade Humana” e “Liderança Moral”, no contexto da ascensão da China como grande potência

regional, conforme observamos no estudo de Yan Xuetong e de outros estudiosos chineses. Estes termos aparecem como alusão aos significados de forte herança filosófica e que ainda são muito presentes no ideário dos cidadãos comuns chineses, e que permeiam suas relações cotidianas. De acordo com o sinólogo Giorgio Sinedino (2011, p. 106) na ética confuciana a palavra “Humanidade” (立人– Lìrén) significa “a capacidade de amar as pessoas”, não no sentido de que se entende o amor sob a lógica ocidental (religioso, romântico ou erótico), e sim, no sentido de que o Amor (Ài – 愛) “é o tipo de cuidado e zelo que o superior social deve ter pela comunidade como um todo”. Para os chineses, longe de tentar forjar um artifício de persuasão espúria, os autores que buscam trazer a herança filosófica chinesa ao debate político, mais beneficiam do que prejudicam o entendimento das formulações políticas chinesas contemporâneas. Conforme demonstra Sinedino, o sentido da palavra Humanidade na China provém da filosofia confuciana:

[...] a Humanidade é o ponto de convergência do que há de bem na existência social. Essa ideia de bem, contudo, em mais um ponto não corresponde à transcendentalidade do bem humano como se conhece no cristianismo. Na cultura chinesa, não há um conceito de Deus ou de realidade puramente inteligível operando para justificar a moralidade humana. A ideia de Humanidade tem como pressupostos a experiência humana, a tradição e a estrutura social chinesa, ainda que idealizadas pela ideia de Céu ou Princípio. (SINEDINO, 2011, p. 107).

Desta forma, destaca-se aqui a importância da compreensão da carga histórica e do pensamento resultante uma civilização milenar, fato este já ressaltado por Henry Kissinger (2011), particularmente quando ele identificou o exemplo das estratégias dos “Três Reinos Combatentes” sobre a decisão de Mao Zedong em se aproximar dos Estados Unidos para fazer frente à União Soviética. Kissinger ressalta desta forma o peso da história na formulação estratégica chinesa:

[...] a China é única. Nenhum outro país pode se arrogar tal continuidade de civilização, ou uma ligação tão íntima com o passado antigo e os princípios clássicos de estratégias e arte de governar. [...] Qualquer tentativa de compreender a diplomacia chinesa no século XX ou o papel mundial da China no século XXI deve começar—mesmo ao preço de uma possível simplificação excessiva — por uma apreciação básica do contexto tradicional. (KISSINGER, 2011, p. 21).

Quanto à historicidade chinesa, entendemos que a nomenclatura expressa nos documentos políticos e diplomáticos da China não é um palavreado vazio e desconectado da realidade, mas a expressão de uma experiência vivenciada que muito difere daquilo por que passou o Ocidente.

Ao refletirmos acerca das principais características dos conceitos chineses intrínsecos ao seu projeto de ascensão, é importante observar criticamente que sob a ótica da teoria realista das relações internacionais, há critérios que devem ser observados quanto à assertividade da palavra “pacífica” em um processo de ascensão. De acordo com Buzan Barry e Michael Cox (2013), é possível pensar em três modelos de ascensão: ascensão bélica (*warlike rise*) que tem como resultado uma grande guerra de poder devido à ascensão crescente de uma nação; ascensão fria ou ascensão pacífica negativa (*cold or negative peaceful rise*) que produz um ambiente de “suspeitas e ameaças”, porém, sem necessariamente resultar em guerra; e ascensão morna ou ascensão pacífica positiva (*warm or positive peaceful rise*) que se configura num ambiente mais amigável ou com baixas suspeitas e ameaças. Assim, tendo em vista os critérios realistas aqui apresentados, Barry e Cox observam que:

A condição mínima para a ascensão pacífica é quando um poder crescente é capaz de obter ganhos absolutos e relativos em ambas às posições materiais e de status em relação às outras grandes potências no sistema internacional, sem precipitar grandes hostilidades entre si e entre outras grandes potências. Ascensão pacífica envolve um processo de duas vias em que o crescente poder acomoda-se às regras e estruturas da sociedade internacional, enquanto, ao mesmo tempo, outras grandes potências acomodam algumas alterações naquelas regras e estruturas por meio de adaptação à nova disposição de poder e de status. (BARRY; COX, 2013, p. 112)

No fim do século XIX, quando os Estados Unidos começavam a apontar como uma grande potência mundial, alguns estudiosos classificam este período como exemplo de ascensão pacífica. Isso porque a transição de poder não resultou em declaração de guerra contra a Grã-Bretanha. A relação “amistosa” entre as duas nações continuou mesmo após os Estados Unidos conseguirem a posição de potência hegemônica, o que se configura dentro dos moldes realista, como uma relação de “ascensão pacífica morna”. Não obstante, não concordamos com essa visão se tomarmos como exemplo o cenário maior de confrontos entre os Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá (século XIX), e as guerras travadas pelos Estados Unidos entre México e Espanha, antes e depois de sua independência. Não obstante, a ascensão norte-americana, em grande medida, foi “facilitada” por meio da Primeira e da Segunda Guerra, colhendo todos os principais benefícios do “acordo de paz” (BARRY; COX, 2013, p. 112). É um clássico exemplo de *tertius gaudens*: das disputas entre Inglaterra e Alemanha ou entre as disputas entre Japão e as potências coloniais na Ásia, os Estados Unidos – o terceiro – emergiu das duas grandes guerras como potência hegemônica.

Logo, quando buscamos explicitar o sentido da estratégia do “desenvolvimento pacífico” constante na elaboração da política externa contemporânea chinesa, menos do que

estabelecer diferenciações entre o pensamento ocidental e oriental, procurou-se trazer à reflexão que há aspectos essenciais do pensamento tradicional chinês que têm grande importância e continuidade na vida cotidiana chinesa, em todos os seus aspectos, ao serem tomados como exemplos de lições do passado. O conceito do desenvolvimento pacífico não foge à regra.

Esse e outros fatores se tornam importantes quando buscamos avaliar o discurso chinês atual em que se descarta o universalismo, assim como se fazia no passado – mesmo quando o país era considerado o centro do sistema internacional onde o Imperador, desde a Dinastia Qin, governava sob o sistema *Tianxia*. Tal postura é contrastante com as políticas expansionistas de potências ocidentais, notadamente a Grã-Bretanha e os Estados Unidos – como observamos no segundo capítulo – que historicamente preconizaram o direito de disseminar seus valores pelo mundo, fossem estes o liberalismo, o livre comércio, ou o cristianismo.

Por isso, novamente utilizando a opinião de Kissinger, a estratégia do desenvolvimento pacífico reflete esta herança filosófica em que se busca evitar o conflito direto:

Em geral, a habilidade chinesa de governar exibe uma tendência a ver toda a paisagem estratégica como parte de um único todo: bom e mau, perto e longe, força e fraqueza, passado e futuro, tudo inter-relacionado. Ao contrário da abordagem ocidental de tratar a história como um processo de modernidade atingindo uma série de vitórias absolutas sobre o mal e o atraso, a visão tradicional chinesa da história enfatiza um processo cíclico de decadência e retificação, em que a natureza e o mundo podem ser ambos compreendidos, mas não completamente dominados. (KISSINGER, 2011, p. 47).

Apesar de extremamente importante, não será aprofundada aqui a temática do pensamento filosófico chinês, bem como as estratégias de governo desenvolvidas ao longo de milênios, pois não se trata do escopo da presente dissertação de mestrado. Em consequência, nos concentramos em aspectos que julgamos essenciais, tal como os ressaltados por Yan Xuetong, como os princípios milenares de “Autoridade Humana” e “Liderança Moral”, que estão subjacentes ao conceito de “desenvolvimento pacífico”.

Frente às considerações aqui pontuadas, teremos por objetivo, em seguida, delinear as estratégias chinesas no contexto de disputas hegemônicas frente às estratégias norte-americanas na região da Ásia-Pacífico.

3.2 A política externa chinesa voltada aos Estados Unidos

O objetivo aqui é o de refletir acerca das estratégias adotadas pela China para garantir os objetivos do seu desenvolvimento pacífico e buscar construir um novo tipo de relacionamento com os Estados Unidos, que não conflua à ruptura da ordem internacional. Observa-se que desde a década de 1970, a China vem apresentando forte crescimento econômico e se notabilizando a ponto de se tornar a segunda maior economia mundial, ultrapassando o Japão, em fevereiro de 2011.

No contexto do pós-Guerra Fria verifica-se um reordenamento mundial em que o Oriente e o Sudeste da Ásia adquiririam maior relevância na ordem internacional. O rápido crescimento da China e o aumento do peso dos Tigres Asiáticos e de outros países da ASEAN no comércio internacional, têm deslocado o eixo econômico mundial para esta região. Frente à perda de dinamismo das economias ocidentais e diante da crescente prosperidade econômica da Ásia, liderada pelo crescimento da China, esta região tem se tornando o palco de disputas hegemônicas.

Em linhas gerais, é notável que a política externa chinesa contemporânea possui algumas discontinuidades com a tradição iniciada por Zhou Enlai, na década de 1950. Ainda no começo da década 1990, de acordo com Wong (2007), os conceitos de diplomacia multilateral e de relações regionais e sub-regionais apareceram na política externa da China. Esta diplomacia consistia em tornar o país mais proeminente e mais proativo na promoção da cooperação e integração do Leste Asiático. Quanto às mudanças, Robert Sutter explica que:

Um processo de regularização e institucionalização política que foi desenvolvido tornou o comportamento político da China muito mais previsível do que era durante o período maoísta (1949-1976). Os líderes políticos em geral foram mais tecnicamente competentes e menos ideologicamente rígidos do que os líderes do passado. Eles estavam cientes dos problemas que enfrentaram e estavam preparados para lidar com, pelo menos, alguns desses problemas mais importantes. (SUTTER, 2016, p. 26).

Como exemplo da observação de Sutter é a adesão da China à APEC, criada por iniciativa do governo da Austrália, em 1989, com vistas a promover a cooperação econômica entre os países da bacia do Oceano Pacífico. Num primeiro momento, doze países aderiram à nova organização, destacando-se os Estados Unidos, Japão, Canadá, Austrália, Indonésia, e demais países da ASEAN. Desde então, países latino-americanos como o México, Peru, e Chile também ingressaram na organização, além de China, Rússia, e Vietnã.

Em 1991, a China participou de sua primeira reunião de Ministros da ASEAN e, em 1996, tornou-se parceira de diálogo oficial com vistas a uma maior integração entre os países. A natureza das relações China – ASEAN moveu-se de uma relação bilateral para multilateral, construído a partir de áreas de cooperação em expansão, tais como finanças; recursos humanos; desenvolvimento; saúde, e questões judiciais.

A crise asiática de 1997 também possuiu peso significativo no processo de aproximação da China com seus vizinhos, o que contribuiu para a concertação do regionalismo asiático como uma oportunidade dos países da região se aproximarem em busca de cooperação. Antes, já em 1996, o desenvolvimento de políticas de assistência mútua e a construção da confiança e interesses comuns foram importantes para a construção da segurança regional almejada (FOOT, 2009).

É importante salientar que a ascensão da China ocorre na região mais populosa do planeta e que este dinamismo vem se intensificando desde a década de 1950 pelo fenômeno de “*spillover*”, ou seja, o transbordamento de prosperidade, primeiramente com a ascensão japonesa, posteriormente com os chamados “Tigres Asiáticos” (Hong Kong, Taiwan e Coreia do Sul), e mais recentemente, com o desenvolvimento chinês. Destaca-se que um processo similar ocorre nesse momento em que (ASEAN) está construindo um mercado comum que abrangerá mais de 1 bilhão de pessoas.

Entretanto, devido ao grande peso econômico e à sua crescente influência diplomática, a China vem se deparando com uma variada gama de questões em níveis regional e mundial, devido aos problemas decorrentes de sua ascensão política e econômica nos últimos vinte anos. Isto se deve principalmente porque já no início do século XXI – dentre as mudanças estruturais por qual passou o sistema mundial moderno – o principal centro de acumulação de capital mundial transferiu-se para a Ásia, tendo a China o “centro articulador e perifizador do resto da economia mundial”, além de protagonizar, ao mesmo tempo, uma disputa por hegemonia naquela região ou uma “nova competição geopolítica mundial” frente aos Estados Unidos (FIORI, 2007, p. 39).

Sob a liderança de Deng Xiaoping; Jiang Zemin, e Hu Jintao, o país perseguiu a estratégia do “desenvolvimento pacífico”, tanto para garantir a estabilidade necessária para seu crescimento, como também para evitar constrangimentos na ordem internacional. As iniciativas de Xi Jinping, apesar de dar continuidade a essa linha estratégica, buscam inovar e ampliar o escopo da ação internacional da China. Para tanto, o país tem estruturado diferentes estratégias, sejam elas relacionadas às grandes potências, com vistas a garantir a estabilidade internacional, ou outras relacionadas aos problemas asiáticos, que requerem estratégias

econômicas e políticas, e ainda, aquelas relacionadas à garantia de acesso a matérias-primas, energia, alimentos e mercados consumidores.

A esse respeito, já nas primeiras linhas do prefácio do “Livro Branco de Estratégia Militar da China”⁴², de maio de 2015, temos a seguinte afirmação:

O mundo de hoje está passando por mudanças sem precedentes, e a China está em um estágio crítico da reforma e desenvolvimento. Em seu esforço para realizar o sonho chinês de grande rejuvenescimento nacional, o povo chinês anseia ao juntar de mãos com o resto do mundo para manter a paz, buscar o desenvolvimento e partilhar a prosperidade. (CHINA DAILY, 2015, tradução nossa)

Dentro dessa busca por inovação, apesar da continuidade estratégica do “desenvolvimento pacífico”, a liderança de Xi Jinping tem mostrado uma expressão mais abrangente e proativa, pois de acordo com a diplomacia oficial chinesa, sua liderança busca uma nova orientação por diretrizes que redefinem a Diplomacia do PCCh para atuar como instrumento de renovação da política externa chinesa, na busca por um “novo tipo de relações internacionais” (xīnxíng guójì guānxì 新型国际关系), que garanta a cooperação “win-win” em todos os tipos de relações interestatais (XINHUA, 2014, p. 2, tradução nossa).

Em última análise, isso sugere que o governo chinês vai buscar alterar alguns dos processos de política externa e das relações de poder que definiram o ambiente político, econômico e militar na região mais dinâmica do mundo contemporâneo: a Ásia-Pacífico. É nessa região que a China tem enfrentado muitos desafios em sua política externa, por conta de disputas territoriais no Mar do Sul da China, e da reorientação estratégica dos Estados Unidos na região, que contestam o caráter pacífico defendido pela China em seu processo de ascensão.

Diante dos desafios e do desejo de uma mudança qualitativa na diplomacia chinesa, encontram-se não somente a preocupação com o ambiente interno e externo frente às transformações políticas, econômicas e sociais pelas quais a China vem sofrendo nos últimos anos. Reflete-se também a consciência da liderança chinesa sobre a crescente interdependência entre os países, principalmente ao considerar a abrangência do impacto da ascensão chinesa no sistema internacional. Durante a fala de Xi Jinping na Conferência de Trabalho sobre Relações Exteriores – *Foreign Affairs Work Conference* 中央外事工作会 (FAWC, na sigla em inglês), em novembro de 2014, em Beijing, fica explícita essa questão:

⁴² O texto completo do livro branco de estratégia militar da China está disponível em: <http://m.chinadaily.com.cn/en/2015-05/26/content_20820628.htm>. Acesso em: 28 jun. 2015

As relações da China com o resto do mundo estão passando por mudanças profundas; suas interações com a comunidade internacional tornaram-se mais adjacentes do que nunca. A dependência da China sobre o mundo e o seu envolvimento em assuntos internacionais estão se aprofundando, assim como a dependência e o impacto do mundo na China. (XINHUA, 2014, p. 2, tradução nossa).

Apesar de reconhecer a mudança em curso o governo chinês procura afirmar constantemente que não se coloca em uma posição de desafiante, pois não lhe interessaria tumultuar a ordem estabelecida, mas sim, realizar reformas dentro da institucionalidade vigente. Essa retórica chinesa numa era dita como globalizada, como a atual, demonstra a preocupação das grandes potências, e em particular da China, em buscar a coordenação e cooperação tanto regional quanto mundial, a fim de manter a seguridade geopolítica e de fortalecer cada vez mais suas relações econômicas de interdependência.

No entanto, ao se afirmar como a segunda potência econômica mundial, a China terá que lidar com novos desafios, os quais ela não tem o poder de ajustá-los às suas necessidades. Nesse aspecto, a diplomacia assume papel central neste reposicionamento da China no mundo.

O objetivo desta seção é o de refletir acerca das diferentes abordagens da diplomacia chinesa para viabilizar a sua estratégia de desenvolvimento pacífico, particularmente em uma ordem internacional em transição, em que a emergência de novos agentes no cenário internacional não vem acompanhada por mudanças na sua institucionalidade, mas que pressionam no sentido de torná-la mais inclusiva. Logo, trataremos de analisar os rumos que a China deve tomar em sua política externa, de acordo com a sua diplomacia oficial que pretende se adequar aos desafios do século XXI. Também traçaremos brevemente alguns pontos chave da diplomacia chinesa que convergem suas prioridades às relações diplomáticas periféricas. Veremos ainda que o objetivo de uma diplomacia renovada pode trazer em seu bojo algumas contradições que desafiam o discurso chinês.

3.2.1 Elementos da diplomacia chinesa contemporânea.

Dentro do contexto histórico, é importante observar que somente no ano de 1861, devido às irrupções no solo chinês de potências ocidentais e com o saldo de duas guerras perdidas, estabeleceu-se “algo próximo de um ministério de relações exteriores para conduzir a diplomacia como uma função de governo independente” (KISSINGER, 2011, p. 35).

No entanto, as sucessivas derrotas militares, os tratados desiguais, a crise terminal do Império, e todas as vicissitudes relacionadas à República dificultaram a criação de uma estratégia nacional chinesa que pudesse ser expressa numa política externa coerente.

Mais adiante, após a revolução comunista chinesa, sob a liderança de Mao Zedong (1949-1976), o governo chinês pautava sua política externa tanto em defesa da consolidação da República Popular, como também pela lógica do internacionalismo proletário, visto que buscava apoiar os diversos movimentos de libertação nacional na Ásia e na África, dentro do espírito da Conferência de Bandung. Assim, os demais Estados dividiam-se no campo político mundial entre “arqui-inimigos, inimigos secundários, aliados potenciais, e forças revolucionárias” (WANG, J., 2011, p. 2). A aproximação com os Estados Unidos mudou este paradigma.

Quando nos reportamos ao período em que a China esteve sob a liderança de Deng Xiaoping, entre 1978 e 1992, observamos que a confecção de estratégias diplomáticas estava intrinsecamente relacionada aos anseios de se preservar as políticas de reforma e abertura, com vistas a garantir os investimentos externos tão importantes ao objetivo de acelerar o desenvolvimento do país. Nesse sentido, todos os esforços em política externa foram concentrados em desenvolver relações amistosas e de cooperação com os demais países do globo, independentemente de suas orientações ideológicas ou políticas. Esse objetivo estratégico de alcançar o rápido desenvolvimento econômico do país foi, principalmente, o motor do comportamento diplomático chinês no cenário internacional. Essa “virada” estratégica, em detrimento da “linha militante”, resultou “na escolha da diplomacia clássica, mais realista, na relação de Estado a Estado [que] foi uma das condições que tornaram possível fim do isolamento chinês [e] a reaproximação com a superpotência capitalista” (FURTADO, 2010, n.p.).

Os primeiros passos que contribuíram ao resultante aumento da influência chinesa na região do leste asiático começaram no final dos anos 1980 com a “política de boa vizinhança”, que se trata do momento que o país buscava melhorar as relações antes conflituosas com os países vizinhos no intuito de priorizar assuntos de interesses econômicos e de segurança comuns (ZHAO, S., 2014). Wang Jisi (2011) chama atenção para o fato de que, neste período, havia também a necessidade da consolidação do poder do PCCh no âmbito doméstico, tanto pela consolidação da linha de Deng contra os grupos que apoiavam a Revolução Cultural, durante a década de 1970, mas também com relação ao desfecho das manifestações que eclodiram na Praça da Paz Celestial, em Beijing, em 1989.

Já no início dos anos 1990, a partir da consolidação de relações com dezoito países, o governo chinês decidiu expandir suas ligações bilaterais com a construção de “vários níveis de parcerias para facilitar a coordenação econômica e de segurança, além de compensar o sistema de alianças regionais dos Estados Unidos” (MEDEIROS; FRAVEL, 2003, p. 6). Além disso, uma grande preocupação de Jiang Zemin foi a de estabelecer medidas de proteção da economia chinesa frente à crise asiática iniciada em 1997. Desde então, a política externa chinesa foi constantemente pensada como forma de se tentar proteger os interesses nacionais de desenvolvimento econômico e social e, para isso, um ambiente pacífico e estável, interno e externamente, sempre foi desejável.

A quinta geração de líderes chineses é inaugurada com Xi Jinping a partir de 2013, e esta tem demonstrado uma quebra de alguns padrões das lideranças anteriores. Além do maior culto ao líder em nível doméstico – parecido com aquele observado na figura de Mao Zedong – “uma elite urbana, instruída e [notadamente] civil” tem atualmente maior influência nas instâncias do Polítburo do PCCh, em detrimento do setor militar, cuja influência era muito maior nos anos de Mao e Deng (SUTTER, 2016, p.28).

Ademais, nos anos mais recentes temos presenciado um comportamento mais assertivo da China em assuntos externos. Uma cadeia de eventos recebeu atenção da liderança chinesa, como por exemplo, a necessidade de aprimorar o relacionamento com os EUA, as alianças estratégicas entre os Estados Unidos e os países vizinhos da China, os impasses relacionados às disputas pela soberania de ilhas do Mar do Sul da China com países do sudeste asiático, a venda de armas norte-americanas a Taiwan, a crise na Península da Coreia, e ainda as disputas territoriais com o maior rival da China na Ásia, o Japão.

Somados a isso, frente à necessidade de garantir segurança alimentar e energética, a China também passou a adotar uma política mais proativa junto aos países em desenvolvimento por meio de fóruns como o China- África e, mais recentemente, o China-CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), que buscam desenvolver parcerias de perfil Sul-Sul.

É interessante notar que, em 2009, a liderança chinesa redefiniu o propósito da política externa chinesa e, como Hu Jintao anunciou naquele ano, que a diplomacia chinesa teria por papel salvaguardar os interesses de soberania, segurança e desenvolvimento. Para tanto, as relações internacionais chinesas deveriam obedecer às seguintes diretrizes: “primeiro, estabilidade política da China, a saber, a estabilidade da liderança do PCCh e do sistema socialista; segundo, segurança soberana, integridade territorial, e unificação nacional; e terceiro, o desenvolvimento sustentável social e econômico da China” (WANG, J., 2011, p. 3,

tradução nossa). Nesse aspecto, é digna de nota a modernização do Exército de Libertação Popular (ELP), particularmente ao criar uma maior operacionalidade de sua força naval como uma maneira de fortalecer os esforços econômicos e estratégicos do país.

Neste contexto, ficaram cada vez mais comuns as opiniões que emitiam certo desconforto à proeminência chinesa não apenas pelo perfil de um país cada vez mais importante e atuante no cenário internacional, mas também por uma possível pretensão de se opor à ordem liberal ocidental liderada pelos Estados Unidos.

Alguns observadores atribuem isso à crescente autoconfiança e arrogância na esteira da crise financeira global pós-2008, que coincidiu com o aumento da própria dúvida e incerteza americana sobre a sua saúde econômica e o seu papel global, uma vez que se retiraram da guerra no Iraque e no Afeganistão. (SHAMBAUGH, 2013, p. 75, tradução nossa).

A despeito de quaisquer alegações em contrário, as transformações estratégicas na linha política chinesa foram se moldando às novas circunstâncias. Em primeiro lugar, a busca de um relacionamento mais estável com as “potências tradicionais” (aquelas que se fazem presentes no Conselho de Segurança da ONU), por meio de um “Novo Modelo de Relacionamento entre Grandes Potências” – Xīnxíng Dàguó Guānxì 新型大国关系 (New Model of Major Power Relationships – NMMPR). Esta abordagem busca uma concertação para evitar problemas políticos e militares como os que já ocorreram no passado quando uma nação em ascensão colocava em xeque a ordem estabelecida. Esta política está direcionada principalmente para os Estados Unidos, mas de acordo com a diplomacia oficial chinesa, (SIIS, 2013) esse modelo também se aplicaria à União Europeia e à Rússia. Apesar disso, com vistas a evitar embates diretos, a China se apoia em três objetivos: a não confrontação, o respeito mútuo e a cooperação “*win-win*”.

No campo dos países em desenvolvimento, as chamadas “potências emergentes”, a China é ativa ao integrar os esforços de Brasil, Rússia, Índia e África do Sul com vistas a ampliar a presença desses países nos foros internacionais, como no G-20 financeiro, G-20 comercial, no Painel de Mudança Climática, etc. Do ponto de vista regional, o país busca integrar seus vizinhos em projetos abrangentes em cooperação regional de desenvolvimento econômico, como o “Cinturão e a Nova Rota da Seda” (Xīnsīlù 新丝路) – ou da forma amplamente conhecida: “*One Belt, One Road*” (OBOR) – que busca criar infraestrutura tanto na Ásia Central como no Oceano Índico, e ainda, o Banco de Infraestrutura da Ásia, criado em 2015, para apoiar as iniciativas regionais e ainda alavancar um sistema regional já existente que conecta econômica e financeiramente o leste asiático à China.

Além disso, a China está adotando diplomacia econômica pragmática para regiões abundantes em recursos naturais e tem promovido um relacionamento mutuamente benéfico com eles. A China participa na construção de infraestruturas locais e à exportação de uma variedade de commodities. Em troca, a China importa matérias-primas de que necessita para alimentar o desenvolvimento econômico interno. (DENG; ZHENG, 2008, p. 145, tradução nossa).

É importante ressaltar, no caso do relacionamento com os países periféricos do sistema mundial, ou os chamados “países em desenvolvimento”, concordamos com o uso do conceito de “diplomacia econômica” pelos autores citados, visto que as vastas reservas internacionais da China têm sido utilizadas para dar substância às iniciativas diplomáticas.

Na seção seguinte buscaremos sintetizar os objetivos políticos manifestos da nova diplomacia chinesa oficial para fazer frente aos desafios do novo século.

3.2.1.1 *Adequando a diplomacia aos desafios do século XXI*

A ascensão econômica e política da China no começo de século XXI tem colocado problemas de grande envergadura para o país. Mesmo com um grande território, mas também com uma enorme população, o país se tornou importador de recursos energéticos, matérias-primas e alimentos. Por outro lado, este mesmo desenvolvimento proporcionou ao país a criação de grandes empresas industriais que estão a buscar espaço no comércio internacional. Ademais, o modelo de crescimento baseado na exportação de bens com baixo valor agregado local se exauriu frente à contração de tradicionais mercados consumidores, como os Estados Unidos e a União Europeia.

Atualmente, a China está enfrentando o desafio de modernizar a sua economia e redirecionar o motor do crescimento do mercado de exportação para o mercado interno. Isso implica apoiar iniciativas que incorporem alta tecnologia em seus bens e serviços, aumentar a eficiência energética, e elevar a produtividade do trabalho. Para tanto, ela busca oferecer à sua população serviços sociais mais abrangentes com o intuito de diminuir a poupança das famílias e aumentar o consumo. Logo, o país está se reestruturando para que as cidades possam receber maiores contingentes da população rural, o que também exigirá serviços públicos e privados de maior qualidade. Adicionalmente, o país passará a enfrentar grandes gastos sociais decorrentes da maior expectativa de vida de sua população.

Esses esforços, de acordo com Xi Jinping em seu discurso na FAWC, buscam assegurar a realização dos “dois objetivos do século” (shìjì liǎng qiú 世纪两球), ou seja, dobrar o rendimento PIB de 2010 e da renda per capita dos residentes urbanos e rurais, e terminar a

construção de uma sociedade próspera em todos os aspectos para 2049, quando o PCCh comemora o seu centenário, e assim, “transformando a China em um país socialista moderno que seja próspero, forte, democrático, culturalmente avançado, harmonioso [e] o sonho chinês da grande renovação da nação chinesa”(XINHUA, 2014, p. 3, tradução nossa).

Diante desses desafios e anseios, a nova diplomacia chinesa tende a abarcar uma série de preocupações frente aos possíveis problemas que poderão ser enfrentados nas próximas décadas, tendo por pano de fundo as fortes tendências em curso, como a intensificação da multipolarização da ordem mundial, a intensificação da globalização econômica, e a crescente informatização social. Para isso, a China deverá “renovar seu pensamento estratégico, estratégia cultural e visão estratégica”, renovando assim, a sua estratégia diplomática global (SIIS, 2013, p. 1, tradução nossa).

Além da configuração do cenário mundial, o país pode enfrentar grandes e conflituosos desafios em relação ao seu *status* de potência regional, assim como todas as outras potências em ascensão na história os enfrentaram. De acordo com José Luiz Fiori (2007, p. 115) essas situações de conflitos de devem à própria essência do sistema mundial moderno constituída no século XVI, na Europa, que desde o princípio “é uma máquina de acumulação de poder e riqueza, e seu motor é a competição e a guerra entre seus Estados e economias nacionais [logo] desordem, crise e guerra [são] uma parte necessária do movimento de expansão” deste sistema. Dessa forma, os desafios que se colocam hoje à China dizem respeito à remodelação econômica, às profundas reformas e mudanças sociais vigorosas e, externamente, às disputas marítimas com seus vizinhos e uma possível disputa hegemônica regional com os Estados Unidos. Como uma grande potência regional em ascensão, além disso, será demandado do país mais responsabilidades e obrigações, e o seu próprio fortalecimento e desenvolvimento deverão mantidos no topo de suas prioridades. Neste sentido, é sempre importante que tenhamos o cuidado de saber diferenciar a retórica das práticas reais de um Estado, principalmente numa análise em que se consideram tanto os movimentos conjunturais, quanto os de longa duração (estruturais) do sistema mundial.

No discurso oficial, na perspectiva da nova visão estratégica da diplomacia chinesa, o país quer mostrar que se propõe a adotar mecanismos de cooperação mundial, promovendo bens públicos internacionais, trocas de experiências nas relações entre Estados, compartilhando os resultados de seu próprio desenvolvimento, além de promover a paz e segurança na defesa de seus próprios interesses no exterior (SIIS, 2013). Somados a isso, o país promete desenvolver relações amigáveis e confiáveis nos países em desenvolvimento e partilhar de seus resultados com os seus vizinhos e ao desenvolver atitudes positivas em face

da transferência de poder e influência no mundo, promovendo o NMMPR ao tomar parte no curso de reforma e desenvolvimento dos mecanismos de governança global. Neste contexto, a “conquista inicial de cooperação institucionalizada” será a estratégia chinesa para lidar com potências emergentes e as potências regionais, “com maior representação das potências emergentes como um todo na reforma do sistema internacional e a plena consideração dos interesses dos países em desenvolvimento” (SIIS, 2013, p. 2, tradução nossa).

Dentro deste conjunto de diretrizes da diplomacia oficial chinesa, vale aqui destacar as sete metas estratégicas para o século XXI: (1) atuar de forma estratégica em duas frentes: governança econômica-global e cooperativa por benefícios mútuos e resultados “*win-win*”; (2) desenvolvimento qualitativo de seus recursos marítimos; (3) aumentar a participação política em assuntos internacionais referentes à construção de políticas ecológicas e de recursos globais com outros países; (4) cooperar continuamente com a comunidade internacional no que diz respeito à mitigação de gases de efeito estufa; (5) buscar a cooperação com todos os países do mundo perseguindo a seguridade cooperativa, coletiva e comum com base na confiança e benefício mútuos; (6) Buscar maior ênfase nas trocas culturais e educacionais entre os países do mundo, além de redobrar os esforços em promover a internacionalização da cultura chinesa, e (7) a construção da utilização positiva da internet para beneficiar o desenvolvimento econômico e social, além da segurança das redes internacionais (SIIS, 2013).

Nesse sentido, ainda de acordo com a diplomacia oficial chinesa, espera-se que as atividades diplomáticas na próxima década estejam voltadas às seguintes diretrizes: a) “Continuar inabalavelmente no caminho do desenvolvimento pacífico”, ou seja, a direção para o novo desenvolvimento deve compreender a supressão da interferência do estreitamento do nacionalismo e populismo doméstico e da pressão por disputas internacionais, confirmando o compromisso histórico do desenvolvimento pacífico; b) “Materializar e aderir ao NMMPR”, neste sentido, o paradigma se torna uma grande contribuição para as relações internacionais do presente e às teorias diplomáticas, pois busca mitigar a dominância da teoria do inevitável conflito entre a potência ascendente e a potência estabelecida; c) “Criar um ambiente em torno da paz e harmonia”: a estratégia chinesa com seus vizinhos “visa, sobretudo, aumentar as oportunidades e neutralizar desafios”; d) “Reformar os mecanismos existentes de terreno específico”, pois, neste sentido, a China procura tomar a iniciativa em oferecer bens públicos que interessem a comunidade internacional como um todo, ao ponto de oferecer as condições para um ambiente de maior equidade e racionalidade, beneficiando o progresso dos países em desenvolvimento e, por fim; e) “Promover uma visão global e se

manter a par dos tempos”: a estratégia global chinesa deve seguir a busca por maior equilíbrio de forças internacionais e, ao mesmo tempo, procurar refletir seu próprio posicionamento como um país em desenvolvimento nas suas relações com o mundo. É importante observar que a China promete dar atenção não à diplomacia intergovernamental, mas também, à diplomacia pública e cultural, e não apenas às relações de interesse econômico, mas também político, de segurança, de caráter científico, de fatores tecnológicos, culturais, religiosos, e sociais (SIIS, 2013, p. 21-24, tradução nossa).

Frente aos novos desafios estratégicos que surgirão, a China propõem repensar suas teorias diplomáticas globais, renovando suas estratégias de acordo com a situação global atual. O país espera reforçar seus laços com outros países em desenvolvimento com a ampliação da cooperação mútua e, ao se caracterizar como o principal país em desenvolvimento, espera atuar positivamente e ativamente na reforma do sistema internacional.

No entanto, todas essas propostas de cooperação mútua e, principalmente, aqueles baseados nos parâmetros do NMMPR, entram em confronto com a maioria das posições de Washington que entendem que a retórica chinesa, na verdade, busca ofuscar o principal interesse do país em impor aos demais seus “interesses centrais, sistema [político, econômico e social] e sua ideologia”, o que não seria aceitável para os Estados Unidos (LI, 2016, n.p.).

3.3 A Ásia Oriental como palco da disputa hegemônica entre a China e os Estados Unidos

Em novembro de 2014 a liderança central do PCCh reuniu sua “4ª Conferência Central Sobre o Trabalho Relacionado aos Assuntos Externos”, a primeira desde agosto de 2006. A *Foreign Affairs Work Conference* (FAWC) presidida pelo primeiro ministro chinês Lǐ Kèqiáng 李克强, reuniu todo o Comitê Permanente do Politburo, incluído um número sem precedentes de autoridades centrais e locais do país, tanto civis como militares, além dos comissários do Ministério das Relações Exteriores da região administrativa especial de Hong Kong e de Macau. Esta conferência buscou lidar com todas as questões no âmbito diplomático, além de estabelecer diretrizes e objetivos estratégicos da Grande Diplomacia chinesa e sua missão na nova configuração mundial (SWAINE, 2015).

Com o intuito de se constituir avanços nas relações exteriores da China, uma questão central nesse encontro foi estabelecer os princípios básicos necessários à condução de uma

diplomacia com “características e visão chinesas”. Xi Jinping, durante sua fala, confirmando a importância do país no contexto de sua proeminência no ambiente internacional, invocou os demais a “desenvolver uma abordagem diplomática distintiva condizente com seu papel de grande potência”, e isso inclui perseguir “uma independente política externa da paz” (XINHUA, 2014, p. 3, tradução nossa) Ainda durante a fala de Xi na FAWC, é possível notar quais são esses elementos futuros, que são, em resumo, aqueles que tratamos no tópico anterior: “(1) a busca de um novo tipo de relações internacionais com foco na cooperação win-win; (2) o avanço estreitamente relacionado às reformas na ordem internacional; (3) o tratamento adequado de disputas por soberania e questões marítimas, e (4) o reforço da liderança do Comitê Central do Partido e a reforma da política externa da República Popular da China” (SWAINE, 2015, p. 5, tradução nossa).

Dentro do escopo dessa reunião, esteve na pauta também a promoção da “diplomacia periférica” ou de “boa vizinhança”, um assunto de aspecto significativo que já foi discutida em outubro de 2013 no Fórum de Trabalho sobre a Diplomacia Chinesa em direção à Periferia – *Work Forum on Chinese Diplomacy Toward the Periphery*. Ao conduzir a mesma temática no último encontro da FAWC, Xi Jinping enfatizou que é necessário:

[...] transformar as áreas vizinhas da China em uma comunidade de destino comum; continuar a seguir os princípios da amizade, sinceridade, benefício mútuo e inclusão na condução da diplomacia da boa vizinhança; promover amizade e parceria com nossos vizinhos; alimentar um amigável, seguro e próspero ambiente na vizinhança e impulsionar a cooperação win-win e a conectividade com nossos vizinhos. (XINHUA, 2014, p. 4, tradução nossa).

Dessa forma, podemos observar que houve uma mudança de postura na condução da política externa chinesa, que torna a priorizar as boas relações com os países vizinhos com o intuito de erradicar ações recorrentes baseadas em disputas, principalmente devido à mudança do ambiente asiático, conforme observamos anteriormente. A Ásia contemporânea, como um todo, é a região que mais importou armas dentre o total de armas importadas mundialmente, entre os anos 2010-2015, respondendo a “30% do volume mundial total”, o que suscita, dentre os analistas internacionais, receios quanto a uma possível corrida armamentista naquela região (SIPRI, 2015, n.p.). No que se refere à China, observa-se que suas importações têm diminuído a cada ano devido à intensificação da renovação de sua tecnologia militar doméstica, principalmente a naval. No entanto, o aumento de 167% dos gastos chineses entre os anos de 2005 e 2014, nesse sentido, é bastante considerável. (CFR, 2016).

A posição dominante (política e econômica) na Ásia, de acordo com Wang Jisi, ainda é dos Estados Unidos (BONDAZ; GODEMENT, 2015). Logo, diplomacia de boa vizinhança vai ao encontro do objetivo chinês em encontrar sustentação ao seu projeto de ascensão.

Ao mesmo tempo, Yan Xuetong chama atenção ao “dilema da ascensão”, que enfatiza os desafios que a China enfrentará por uma via inevitável: a concorrência crescente entre seu poder ascendente e o poder dominante dos Estados Unidos. Nesse contexto, a liderança chinesa procura contestar uma possível visão determinista resultante da teoria da guerra sistêmica entre potências, na chamada “Armadilha de Tucídides” (BONDAZ; GODEMENT, 2015, p. 3). Ao impulsionar melhorias nas relações entre seus vizinhos – seja com os benefícios econômicos que os projetos da Rota da Seda possam prover, seja com a emissão do “Consenso dos 4 pontos”, que envolve a busca por melhorias qualitativas dos laços entre China e Japão, este o principal aliado dos Estados Unidos na Ásia Pacífico – o país poderá concentrar maior poder de atuação e, ao mesmo tempo, enfraquecer as estratégias norte-americanas de contenção, por vias econômicas e a de *tertius gaudens*, cujo objetivo de acirrar rivalidades entre a China e outros países da região seria alcançado por meio da ação direta de outras nações.

No que diz respeito ao crescente reforço e modernização de sua capacidade militar, principalmente a naval, Yan Xuetong acredita que deve haver um maior cuidado da China no que diz respeito à relação com seus vizinhos, pois ao mesmo tempo em que acaba por beneficiar a área de segurança dos países membros da Organização da Cooperação de Shanghai – Shànghǎi hézuò zǔzhī 上海合作组织 (SCO, na sigla em inglês) e, provavelmente, dos países do centro asiático, pode também causar maiores desconfianças e acirramento nas disputas. Essas desconfianças já se refletem em medidas práticas adotadas pelos Estados Unidos como o levantamento de fundos a partir do *the general foreign military financing* (FMF), no ano de 2013, para “aumentar as capacidades de aplicação da lei marítima na Indonésia, Malásia, Filipinas, e Vietnã, [e para] para melhorar a segurança regional” (US DEPARTMENT OF STATE, 2015, n.p.) – neste caso, trata-se do *The Southeast Asia Maritime Security Law Enforcement Initiative* (MLE), que contou com um orçamento inicial de U\$ 25 milhões – além de mais U\$ 32.5 milhões iniciais para “assistência em capacitação marítima do sudeste asiático” (PARAMESWARAN, 2016, n.p.).

Neste contexto, é importante notar que uma nova iniciativa de capacitação marítima para os estados do Sudeste asiático, no mar da China Meridional, em breve será implementada. Trata-se do *Southeast Asia Maritime Security Initiative* (MSI), anunciada em março de 2016, cujo valor orçamentário pretendido é de U\$ 425 milhões provenientes do U.S.

Department of Defense (DoD). Apesar de os detalhes dessa iniciativa ainda não estarem totalmente claros, seus objetivos parecem se concentrar em “construir uma capacidade regional para enfrentar uma série de desafios marítimos, incluindo a crescente assertividade da China no mar do sul da China” [...] assistindo principalmente com equipamentos e treinamentos os países nesta região, como Malásia, Filipinas, Vietnã, Tailândia e Indonésia, além de provavelmente incluir outros países como Taiwan, Brunei, e Singapura (PARAMESWARAN, 2016, n.p.).

Com a intenção declarada do governo norte-americano de continuar o movimento de reequilíbrio de poder na Ásia, Yan Xuetong acredita que a China deve “tranquilizar os seus vizinhos, assumir maior responsabilidade pela segurança internacional e fornecer mais garantias de segurança aos seus parceiros”. A “Comunidade do destino” deve ser o principal objetivo da “construção resultante da China com seus vizinhos” (BONDAZ; GODEMENT, 2015). Em suma, de acordo com estes autores, Yan Xuetong defende que:

Os ganhos econômicos da China serão divididos com seus vizinhos, principalmente com projetos que visem à promoção do desenvolvimento econômico e sustentável. Este objetivo será atingido com o oferecimento incondicional de ajuda aos seus vizinhos, independentemente de sua ideologia ou alianças, o que contrasta com o modelo ocidental baseado na assistência com condicionalidade. (BONDAZ; GODEMENT, 2015, p. 5, tradução nossa).

Com essa afirmação, Yan entende que a China se utilizará nas próximas décadas de uma “diplomacia benevolente” como guia nas suas relações interestatais, uma ideia extraída do antigo pensamento estratégico chinês que prega um “realismo moral” ou o estabelecimento de um “modelo moral para tranquilizar seus aliados e construir liderança” (BONDAZ; GODEMENT, 2015, p. 5). No entanto, como observamos antes, essa retórica chinesa é em grande medida criticada.

Não obstante, as perspectivas de desenvolvimento da política externa chinesa dependerão de elementos nacionais e internacionais que tendem a mudar continuamente. Embora esteja claro o objetivo chinês de uma nova abordagem em direção à diplomacia e segurança, com o intuito de desenhar um panorama estratégico favorável para uma atuação eficaz em nível regional e mundial, suas perspectivas são incertas, pois a resposta dos Estados Unidos às essas novas abordagens determinarão, em grande medida, o perfil estratégico da China nas próximas décadas.

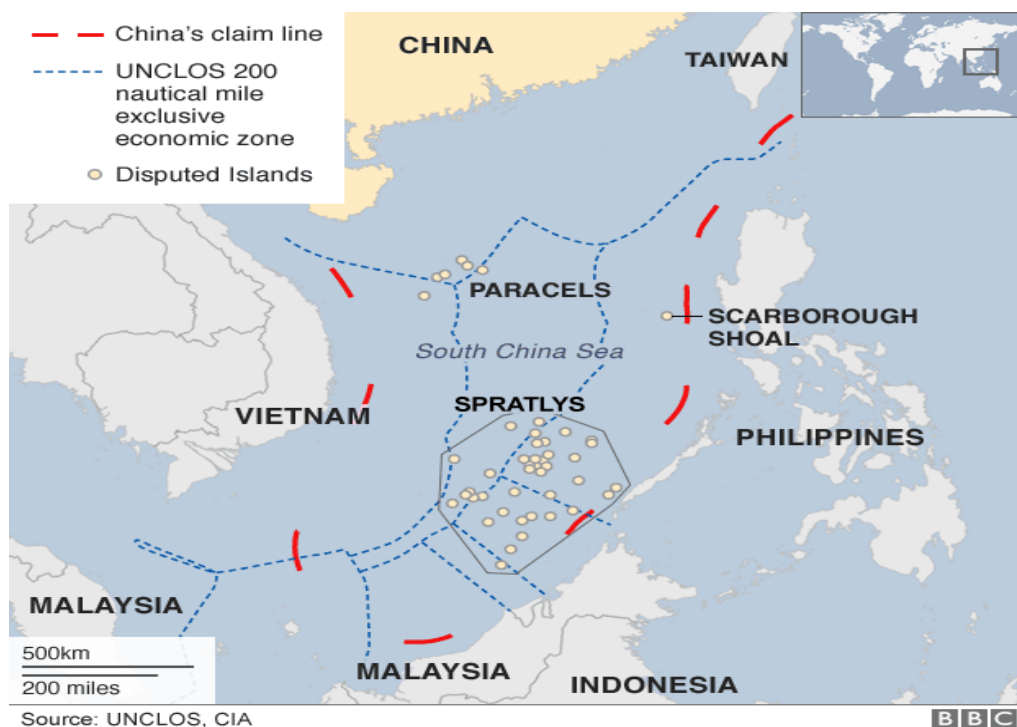
3.3.1 O conflito potencial frente às disputas territoriais no Mar do Sul da China

Outra maneira que os Estados Unidos têm encontrado para fustigar a China diz respeito à maneira como interfere na disputa territorial entre a China e seus vizinhos. Apesar de a China já ter obtido sucesso em definir fronteiras com Mianmar (1960); Nepal (1961); Coréia do Norte (1962); Mongólia (1962); Paquistão (1963); Afeganistão (1963); Rússia (1991/1994); Laos (1991); Cazaquistão (1994); Quirguistão (1996); Tajiquistão (1999), e Vietnã (1999) (HONGYI, 2009, p. 487), ainda existem problemas sem solução, principalmente no Mar da China, envolvendo uma série de pequenos arquipélagos, atóis e recifes que são disputados por chineses, japoneses, filipinos, vietnamitas, malaios, e taiwaneses. Em questão não está apenas a posse de ilhotas, mas o acesso a recursos naturais e direito de pesca, além do controle do tráfego de um terço do comércio mundial. Estes territórios são: as ilhas Spratlys (Nánshā qúndǎo 南沙群島), Paracels (Xīshā qúndǎo 西沙群島), Pratas, e Macclesfiels Band. Outro ponto de disputa está relacionado ao arquipélago Senkaku (Diàoyú 钓鱼), localizado no Mar do Leste da China e que esteve sob o domínio chinês por vários séculos (Figura 4). Neste contexto, é importante que tenhamos em mente que:

O Mar do Sul da China é um corpo de água superficial mas muito navegado, com cerca de 150 pequenas ilhas mais alguns recifes; rochas submersas e superficiais; bancos de areia, e assim por diante. Estas águas e ilhas foram visitadas durante séculos por pescadores e outras embarcações vindas do Vietnã, das Filipinas, e da China. As ilhas do grupo norte, as Paracels, e as do grupo do sul, as Spratly, foram usadas por vários militares (japoneses na década de 1930 e 1940, e Estados Unidos nos anos 1950 e 1960) para fins meteorológicos, reabastecimento e inteligência. No final dos anos 1960, a região tornou-se mais importante quando pesquisas indicaram que o fundo do mar pode conter grandes jazidas de petróleo e gás. A adicional atenção internacional para os territórios marítimos surgiu com o início das deliberações das Nações Unidas em 1973 que culminariam, quase uma década depois, na Convenção sobre o Direito do Mar. (GARVER, 2016, p. 321, tradução nossa).

É importante notar que a citada convenção, a “*United Nations Convention on the Law of the Sea*” (UNCLOS), permite aos Estados uma zona econômica exclusiva dentre de, no máximo, 200 milhas marítimas a partir do seu litoral. Sob esta Convenção, as Ilhas Spratly, por exemplo, estariam nas águas territoriais da Malásia e das Filipinas, e não da China.

Figura 4. Disputas territoriais no Mar da China Meridional.



Fonte: BBC News (www.bbc.com).

No documento intitulado “*The Issue of South China Sea*”, o governo chinês explica que “a China tem soberania indisputável sobre as ilhas e suas águas subjacentes [e] foi a primeira a descobrir e nomear as ilhas e a primeira a exercer jurisdição soberana sobre elas”. Além disso, afirma que a comunidade internacional aceita a soberania chinesa na região e discorre de vários argumentos para justificar tal posicionamento (FAS, 2000, n.p.).

No entanto, essas afirmações não condizem com a realidade. Fato que em 2013 o governo das Filipinas apelou para a Corte Permanente de Arbitragem (CPA), de Haia, para contestar a presença da China junto ao banco de Areia de Scarborough. O tribunal é o foro de arbitragem previsto UNCLOS. Não obstante, desde aquele ano, a China se recusou a participar da lida por considerar o foro inadequado para debater esta questão.

Em julho de 2016, a Corte de Haia declarou a vitória dos filipinos ao argumentar que a China não poderia arguir direitos históricos sobre o território em questão. O tribunal considerou que as áreas em disputa estão dentro da zona econômica exclusiva das Filipinas, porque essas áreas não são sobrepostas por qualquer eventual direito da China. Em tese, esta decisão pode influenciar outras pendências, como aquelas envolvendo as demais ilhas. Após esta decisão, o governo da China lançou um comunicado reafirmando os seus direitos históricos sobre territórios no Mar da China. O presidente Xi Jinping disse que a China não

vai aceitar qualquer proposição ou ação com base na decisão proferida pelo tribunal arbitral. Já Estados Unidos, Japão, e Filipinas pediram naquele momento que os chineses respeitem a decisão de Haia. Aí está colocado um impasse de difícil solução, pois o teor dos diálogos entre os países em litígio podem mudar a qualquer instante.

Verifica-se que estes pontos de atritos entre os países da Ásia – os quais também se relacionam aos Estados Unidos, pois estes interferem constantemente naquelas questões, “pois julgam ser natural a pretensão de governar os mares a sete mil milhas de suas costas, quando nunca permitiram uma frota estrangeira em suas próprias águas” (ANDERSON, 2015, p. 130) – podem colocar em xeque a estratégia chinesa. No sentido dessa reflexão, observamos que:

Aparentemente, estimular rivalidades não é uma tarefa muito difícil. Os pontos de atritos entre os países do Oriente e Sudeste da Ásia são inúmeros. Além do mal-estar gerado pela Segunda Guerra Mundial, particularmente em relação ao Japão, e ainda sentido em muitos países da região, persistem as disputas pela demarcação de águas territoriais e também sobre a posse de diversos arquipélagos na costa da China. Desde o discurso de Hillary Clinton, em outubro de 2011, temos assistido os Estados Unidos incentivar Vietnã, Filipinas, Malásia e Japão em disputas territoriais contra a China [...], testando a diplomacia chinesa e despertando rivalidades adormecidas. (PIRES, 2013, p. 478).

Complementando a observação de Pires, nota-se que com a ascensão econômica e militar da China o problema da demarcação assumiu novos contornos, tanto pela construção de infraestrutura em algumas ilhas, como pelo aumento da capacidade naval do país, que reivindica pelos menos 90% das águas territoriais do Mar da China Meridional. Em contrapartida, os países litigantes com a China, como Japão, Malásia, Vietnã, Filipinas, entre outros, têm buscado apoio junto aos Estados Unidos para refrear as intenções chinesas e buscar melhores condições para negociar. Nessas disputas, o governo chinês refuta qualquer negociação coletiva e também qualquer arbitragem internacional, defendendo o diálogo estritamente bilateral, quando se trata de assuntos relacionados aos países vizinhos.

Também é importante observar que a ascensão chinesa de que tanto falamos não se trata de um discurso vazio, pois também na região da Ásia Central, a China tem ampliado suas atividades política, econômica, e militar velozmente por meio de sua diplomacia econômica, algo que desperta grandemente as atenções norte-americanas:

A partir de 2008, o país deslocou a Rússia como maior parceiro comercial da Ásia Central e se tornou um importante credor e investidor, especialmente em energia. Em 2013, o comércio da China com os cinco Estados da Ásia Central aumentou em cerca de US\$ 1,5 bilhões em 2001 para aproximadamente US\$ 50 bilhões, em comparação com a Rússia, de US\$ 31,5 bilhões. E mesmo quando o comércio da

Ásia Central caiu para U\$ 32,5 bilhões em 2014 por causa da desaceleração do crescimento econômico da China, o país ainda prometeu à região U\$ 64 bilhões em investimentos em infraestrutura. O país também anunciou um adicional de U\$ 46 bilhões para sua iniciativa ‘Belt and Road’. (STRATFOR, 2016, n.p., tradução nossa).

Além disso, a iniciativa OBOR estaria desafiando os dois principais blocos comerciais que estão em negociação paralelamente sob a liderança dos Estados Unidos: o *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP)⁴³ e a *Trans-Pacific Partnership* (TPP), que assim como os Projetos da Rota da Seda⁴⁴ têm como foco o comércio entre os países da Europa e da Ásia (THE ECONOMIST, 2016, n.p.). Por outro lado, a China apresenta grande preocupação, apesar de seus intentos, “ao ver tropas americanas e alianças militares na Ásia Central, Índia e Afeganistão, como o arco ocidental de uma estratégia de contenção que também depende da cooperação com as nações do Leste e Sudeste da Ásia” (WONG, 2011, n.p.). De fato, a região que vai do “Magreb à Ásia Central e onde se encontram os países árabes e muçulmanos” sentiu efeitos nefastos das atividades políticas e econômicas norte-americanas de *regime change*⁴⁵ (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 19).

Apesar de a China reconhecer que seus esforços diplomáticos devem ser concentrados em sua vizinhança, alguns mecanismos utilizados pelo país na gestão das disputas territoriais, tem colocado em risco o discurso chinês de estabelecer um ambiente regional pacífico. Entretanto, alguns analistas internacionais como Callahan (2008, p. 749), têm colocado dúvidas quanto à sua estratégia pacifista e têm enfatizado um possível aumento acentuado do nacionalismo popular que endossa o um comportamento triunfalista do país, o que demonstra sinais de “uma tendência mais ampla, onde o modo imperial da China de governar está cada vez mais reavivado para o século XXI”.

Algumas posições mais assertivas da China em relação aos seus interesses têm transmitido algumas mensagens contraditórias, quando comparadas às diretrizes de sua política externa. Dentre alguns elementos das ações chinesas que têm chamado atenção da

⁴³ Também conhecido como “Pivô Transatlântico”, trata-se de um acordo bilateral entre Estados Unidos e União Europeia que versa sobre o livre-comércio entre as regiões. A maior parte das negociações ocorre de forma secreta. Alguns analistas, como Richard Rosecrance, apostam que o tratado em questão concorrerá para o “rejuvenescimento do Ocidente” [...] “pois um pacto euro americano criaria um ‘desequilíbrio de poder’ impedindo qualquer nação desafiá-la” (ANDERSON, 2015, p. 194).

⁴⁴ Os “Projetos Rotas da Seda” foram apresentados por Xi Jinping nas “Três novas redes de cooperação regional” em 2013. São eles: Cinturão Econômico da Rota da Seda com a Ásia Central; Rota da Seda Marítima com o sudeste da Ásia e Corredor Econômico do sul da Ásia. Informações da agência Xinhua disponíveis em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/2015-02/05/c_133972101.htm>. Acesso em: 15 jun. 2016.

⁴⁵ Alguns estudiosos enfatizam que as “Revoluções Coloridas” de mudança de regime a partir dos anos 2000, com o apoio dos Estados Unidos e instituições oriundas do país, buscavam um objetivo maior que seria frear um redirecionamento de acordos energéticos e comerciais com o extremo oriente, em especial, com a China (VISENTINI et al, 2012).

opinião internacional são: a) a invocação pública aos militares para “acelerar a transformação naval, aprofundar e ampliar os esforços para se preparar para o futuro militar”, solidificando o processo de modernização (YAMEI, 2011, n.p.), que deu outra condução aos objetivos do EPL; b) os termos que a liderança chinesa adotou ao definir sua diplomacia oficial, na sua condição de “grande potência” que busca o “grande ressurgimento da nação”, pois demonstra o abandono do princípio da política externa de Deng Xiaoping em “manter o perfil baixo” e, ainda, transmite uma mensagem contraditória de que a China planeja se transformar numa potência hegemônica mundial; c) em novembro de 2013, o governo chinês anunciou o estabelecimento da zona de identificação de defesa aérea do Mar da China Oriental – *East China Sea Air Defense Identification Zone* (ECS ADIZ, na sigla em inglês). Este perímetro cobre grande parte do Mar da China Oriental, entre a Coreia do Sul e Taiwan, incluindo o arquipélago Diaoyu. As forças armadas da China poderão tomar medidas de defesa no momento em que as aeronaves não cooperarem na sua identificação; d) com o propósito militar de defesa do seu direito de soberania territorial, a China construiu ilhas artificiais, “em cinco arrecifes, que somam pelo menos quatro quilômetros quadrados [em] território disputado por Filipinas, China, e Vietnã”. Essas ilhas, de acordo com as imagens aéreas publicadas na imprensa, são “dotadas de portos e uma pista para pousos e aterrissagens de aeronaves” (LIY, 2015, n.p.).

De acordo com o Ministério de Defesa Nacional da RPC, zonas de identificação aérea são estabelecidas por alguns países por razão de segurança e, em alguns casos, vão até 300 milhas além do mar territorial e, ademais, todas as aeronaves deverão seguir as regras de identificação ao adentrarem nessa zona de segurança. O porta-voz do Ministério de Defesa da China, Yáng Yùjun (杨玉军), destacou que os Estados Unidos foram os primeiros a criar uma zona de identificação de defesa em 1950, seguidos de outras dezenas de países. Ele ainda acrescentou que a liberdade de tráfego neste espaço aéreo será mantida, e que a medida foi necessária para tentar assegurar o direito de defesa da China (HOU, 2013).

Frente à expansão chinesa de programas de desenvolvimento de tecnologias militares, inclusive de sua força nuclear, o desenvolvimento do chamado *anti-access/área-denial* (A2/AD) tem desafiado os Estados Unidos a desenvolver estratégias de contenção aos possíveis intentos chineses em desafiar ou até mesmo minar a projeção de poder norte-americano e de seus aliados na Ásia (FRIEDBERG, 2014). A maior assertividade chinesa em assuntos periféricos e a desconfiança por parte de outros países, principalmente dos Estados Unidos, culminou na elaboração de estratégias militares norte-americanas que buscam viabilizar um possível enfrentamento para desativar o A2/AD.

Neste contexto, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos delineou, em janeiro de 2012, uma nova orientação estratégica, como a *Joint Operational Access Concept* (JOAC), que estabelece as diretrizes em ações de gerência de crises e de enfrentamento de possíveis inimigos. Dentre o conjunto de iniciativas militares para a região, com a alegação de intuito de defesa frente à “ameaça” norte-coreana, o Pentágono tem implantado um sistema de mísseis, o “*Missile Defense*” (MD), em regiões que, notadamente, cercam o território russo e chinês (Figura 5). Com as novas tecnologias desenvolvidas neste arsenal – tratam-se dos interceptores de mísseis baseados em terra e mar, como o “*Terminal High Altitude Area Defense*” (THAAD); “*Patriot*” (PAC-3); “*Aegis*” (SM-3), entre outros – implantadas gradualmente no Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Filipinas, Austrália, e Guam, as tensões entre os dois países só tendem a aumentar (GAGNON, 2016, n.p.).

Frente ao desenvolvimento de sistemas militares na região da Ásia, de acordo com Friedberg (2012, p. 73), “há duas grandes escolas de pensamento sobre o futuro da Ásia”, que se diferem ao defender ou não uma abordagem mais direta em face de (supostas) maiores hostilidades chinesas. Ainda de acordo com o autor, os defensores da abordagem direta, dentre analistas e autoridades, formularam “uma variedade de meios defensivos ou ofensivos incluindo ataques convencionais contra alvos no continente chinês” com o conceito de “*Air-Sea Battle*” (ASB), claramente um conjunto de artifícios que buscam a contenção da China por vias militares. Por outro lado, os defensores de uma abordagem indireta formularam estratégias anti-China que podem ser subdivididas em dois grupos: a imposição de bloqueios e a “interdição de navios (especialmente aqueles de transporte de petróleo e gás natural) em pontos de asfixia geográfica distantes de seu território” ou, até mesmo, estratégias mais agressivas, como o impedimento da China “em utilizar suas águas costeiras” com a ação direta dos Estados Unidos e de seus aliados numa guerra submarina (FRIEDBERG, 2014, p. 73-74). Para ele, “se a China puder contrariar a capacidade de projeção de poder convencional dos Estados Unidos e neutralizar a sua dissuasão nuclear ampliada, ela poderia algum dia ser capaz de substituir os EUA como *player* preponderante na região” (FRIEDBERG, 2014, p. 12).

Figura 5. Sistema de mísseis norte-americano na Ásia Pacífico (*Missile Defense-MD*).



Fonte: China Daily (2014).

Nesse cenário de conflitos latentes, talvez o enfoque na diplomacia da boa vizinhança busque dar respostas, principalmente, às desconfianças crescentes quanto à sua maior assertividade nas disputas territoriais e marítimas com seus vizinhos. Todavia, é muito provável que a China se concentre na estratégia econômica em sua política externa, devido à sua força econômica e financeira para ampliar a força de atuação diplomática na região e, consequentemente, no cenário mundial.

3.4 Considerações parciais

Conforme discutimos neste capítulo, por conta de suas peculiaridades históricas, a China não pode ser vista apenas na perspectiva de um estado-nação, mas de um estado-civilização. Assim como os Estados Unidos, possui uma percepção própria de seu lugar no mundo e, além disso, busca superar os traumas decorrentes do período da “Grande Humilhação”, buscando se reposicionar como uma grande potência.

Ciente de suas próprias debilidades e também das desconfianças que sua ascensão política e econômica pode provocar no *status quo*, a China postula uma atuação discreta e não reformista da ordem internacional, colocando como prioridade de suas ações o seu projeto de desenvolvimento econômico, consubstanciado na estratégia de “desenvolvimento pacífico”.

Entretanto, apesar de sua retórica, o aumento de suas capacidades econômicas também se reflete no aumento da capacidade militar, fazendo com que o país se torne mais assertivo na defesa de seus interesses, notadamente na defesa de sua soberania em disputas territoriais no Mar da China, fazendo com que diversos países envolvidos em disputas com a China não só aumentem sua capacidade de defesa, mas que também busquem nos Estados Unidos um escudo protetor contra a “ameaça” chinesa.

Do ponto de vista dos Estados Unidos, a apreensão dos vizinhos da China com sua ascensão, tem se mostrado uma oportunidade para formatar sua estratégia de “pivô na Ásia”, que busca entre outros objetivos conter o avanço de um competidor de grandes proporções. Já a China, com vistas a mitigar as ameaças, busca organizar estratégias de integração econômica no contexto asiático, como é o caso da iniciativa “*One Belt, One Road*”, como uma maneira de oferecer aos vizinhos não só uma garantia para a sua estratégia de desenvolvimento pacífico, mas também de usufruírem dos frutos de seu crescimento econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

In international politics benevolent hegemons are like unicorns – there is no such animal. Hegemons love themselves, but others mistrust and fear them – and for good reason.
(Christopher Layne – *The Peace of Illusion*)

A ascensão política e econômica da China é o fato novo que tende a moldar o perfil das relações internacionais no século XXI. Em menos de 40 anos, desde 1978, o país ingressou num forte ritmo de expansão e se tornou a maior economia do mundo em termos de paridade de poder de compra, sendo a segunda em dólares correntes, atrás apenas dos Estados Unidos. Esta emergência também evidencia um deslocamento do centro dinâmico da economia mundial para a região da Ásia-Pacífico, suplantando o domínio de 500 anos do eixo do Atlântico Norte. Conforme a História nos ensina, na medida em que ocorrem mudanças profundas na base material da economia internacional, simultaneamente ocorrem disputas hegemônicas entre a potência estabelecida e a potência em ascensão, tal como discutimos acerca da “Armadilha de Tucídides”.

No decorrer de nossa pesquisa, vimos que tanto os Estados Unidos como a China têm reestruturado suas estratégias políticas, econômicas e militares para fazer frente às repercussões dessa nova situação. Do ponto de vista da China, verificamos que seu governo tem gradualmente buscado dar respostas às crescentes demandas internas e externas resultantes do seu desenvolvimento acelerado, o que implica em adequar sua diplomacia ao aumento das esferas de influência em níveis regionais e mundiais. Nesse sentido, existe um esforço em perseguir o ideal da ordem mundial multipolar – como observado nas diretrizes oficiais de sua política exterior e no constante aumento da atividade governamental em importantes organizações internacionais – o que implica entrar em competição com as bases da hegemonia mundial dos Estados Unidos. Não obstante, a política externa norte-americana, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tem demonstrado grande aversão ao modelo multilateral de governo, tanto na liderança de dirigentes republicanos, quanto democratas. Por conta disso, as iniciativas tidas como mais assertivas do governo chinês rumo à proteção de seus interesses são vistas com desconfiança pela elite política e intelectual norte-americana, principalmente pelos interesses funcionais que estas escondem.

Destaque-se que, tanto a China quanto os Estados Unidos possuem claros objetivos e interesses na Ásia, e, nesse sentido, vemos a China preocupada com seu entorno regional ao buscar a ampliação não só de relações diplomáticas, mas de relações estratégicas com os países vizinhos, a fim de promover a cooperação em termos econômicos ao buscar construir uma integração física e comercial no seu entorno com a iniciativa OBOR, que busca revitalizar as antigas rotas comerciais da Seda. Por outro lado, vemos os Estados Unidos vivenciando dificuldades econômicas e políticas nos últimos anos, além da perda gradual na capacidade de intervenções unilaterais, e, mesmo assim, reafirmando sua presença na região da Ásia Oriental (garantida militarmente após a Segunda Guerra Mundial, com o vácuo de poder regional deixado pela derrota japonesa). Nesta região, tal como fizeram durante a Guerra Fria, procuram conter o avanço de rivais, antes a URSS, hoje a China, por meio da criação de uma rede alianças regionais, que passa pelo Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Filipinas, Indonésia, Austrália, e Nova Zelândia.

É importante ressaltar o aspecto dialético em que emergem as disputas entre Estados Unidos e China. O sucesso econômico do país asiático ocorreu justamente sob a ordem econômica internacional criada e dirigida pelos Estados Unidos, notadamente o processo de globalização econômica. As opções internas foram decisivas no sentido de compreender os ventos da mudança da economia mundial após a crise dos anos 1970, em que o capital passaria a buscar fora dos países industrializados as condições ideais para sua reprodução, tanto do lado da oferta, barateando os custos de produção, como do lado da demanda, ao incorporar centenas de milhões de pessoas ao mercado de consumo global. Os processos de “deslocalização produtiva” e de “terceirização” levaram à China os capitais, as tecnologias e os modelos de gestão com os quais o país tem viabilizado seu forte ritmo de desenvolvimento econômico.

Tal como discutimos anteriormente, não é do interesse da China desestabilizar a ordem internacional e tampouco criar embaraços que possam desviá-la de seu objetivo maior, que é o desenvolvimento nacional em um contexto internacional pacífico e estável. Apesar disso, frente a estratégia norte-americana de reequilíbrio para Ásia, notamos que emerge no país um forte apelo nacionalista, sob o qual, a China procura não somente fazer frente às políticas de contenção econômica e de *encirclement* militar dos Estados Unidos e de seus aliados na região da Ásia-Pacífico, como também procura manter certa estabilidade social no nível doméstico em relação aos desdobramentos das políticas desenvolvimentistas adotadas desde o final dos anos 1970.

É notável que o interesse chinês de se alcançar a “Grande Revitalização da Nação Chinesa” e o “Sonho Chinês”, enfrente cada vez mais adversidades quando é colocada a inevitabilidade do choque na relação do país com os Estados Unidos. Para isso, há a preocupação em estabelecer princípios de inclusão e aprendizado mútuo, além de mitigar as conotações negativas quanto ao Novo Modelo de Relacionamento entre Grandes Potências (NMMPR), modelo este que não é muito bem aceito nos círculos políticos de Washington (ZHAO, S., 2014). Cabe esclarecer que o NMMPR, na perspectiva chinesa, não se trata de estabelecer um “G2”, e sim, de se tentar estabelecer uma relação de paridade entre a China e os Estados Unidos. O modelo seria conformado para evitar a confrontação, admitindo o respeito às áreas tradicionais de influência de cada grande poder, propondo a comunicação multilateral.

No entanto, tal situação de paridade nas relações internacionais é incompatível com as raízes da política externa dos Estados Unidos. Apesar da existência de posições favoráveis, como a de Henry Kissinger, quanto ao relacionamento entre os dois países – devido às possíveis benesses resultantes de um compartilhamento da hegemonia regional na Ásia – ao mesmo tempo, há posições teóricas, como a de John Mearsheimer, que buscam justificar a política de contenção à China, e a rejeição a qualquer partilha de poder na esfera internacional. Há também quem defenda, como Aaron Friedberg, que o comportamento da China, e não dos Estados Unidos, deva ser responsável pelo aumento ou não da força militar norte-americana na Ásia rumo ao reequilíbrio de poder, pois a região do Pacífico seria uma herança do empreendedorismo americano no contexto da independência do país em 1776 .

Notamos que, independentemente do repertório ideológico dos discursos governamentais, a política externa norte-americana, desde meados do século XX, tem sido um instrumento de exportação do tema da “segurança” ou do “inimigo” como forma de respaldo dos interesses corporativos (*lobby* doméstico) que exercem a hegemonia nos assuntos externos do país. Nesse sentido, a valor da hegemonia norte-americana de cunho global é inexorável e defendido até as últimas circunstâncias. A partir do discurso progressista da democracia, da liberdade, e dos direitos humanos, desde a concepção de um “Destino Manifesto” às práticas hegemônicas – notadamente com novo fôlego a partir de 2011 com a estratégia do “Pivô Asiático” – podemos afirmar que a lógica das ações dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico frente à China é parte de um projeto de maior alcance, que é o da supremacia mundial. O militarismo e as práticas de *regime change* devem continuar nos países cujas relações de cooperação bilaterais ou multilaterais não estão assentadas em condicionalidades ideológicas ou políticas, principalmente onde há um interesse em recursos estratégicos e de

commodities, e onde a China, em detrimento dos Estados Unidos, possui maiores condições financeiras para atuar, já que não impõe aquelas condições.

Além disso, verificase a perda da capacidade americana de gerar consenso no campo doméstico e internacional quanto à sua liderança mundial, e o aumento das dificuldades internas que o país tem enfrentado nos últimos anos – como aqueles resultantes do efeito de *blowback* e da “superextensão imperial” (*imperial overstretch*), este sinalizado por Paul Kennedy. Assim como apontou Fiori (2007, p. 148), com o estabelecimento de estratégias com o intuito de perseguir inimigos irreais, como aquelas apresentadas nas últimas décadas, o país enfrentará “uma guerra que não terá fim e que será cada vez mais extensa, uma guerra permanente e ‘infinitamente elástica’. Logo, esses são aspectos do prenúncio da decadência da hegemonia mundial dos Estados Unidos.

Os chineses estão cientes das táticas utilizadas pelas lideranças norte-americanas e, além de estabelecerem estratégias para proteger o país de suas políticas invasivas (notáveis ao redor do mundo, principalmente aquelas que continuam ocorrendo no médio Oriente), têm procurado atuar na defesa de seus interesses mais intrínsecos utilizando-se da assertividade em assuntos externos, como já fizeram no passado, e como têm demonstrado nos anos mais recentes.

Diante disso, os principais desafios enfrentados pela China nesse contexto de disputa por hegemonia, a despeito de sua estratégia de desenvolvimento pacífico, são: a) proteger seus interesses, sejam eles de ordem econômica, política, social, e territorial, como forma de conquistar e garantir o seu fortalecimento enquanto nação soberana, conquistando um importante papel na influência internacional; b) evitar o destino de outras potências emergentes no passado que foram desafiadas por meio de guerras, ou seja, evitar a “Armadilha de Tucídides” e, ao mesmo tempo, também evitar o destino dos países comunistas europeus e da extinta União Soviética frente à grande “onda” internacionalista liberal, bélica, e capitalista liderada pelos norte-americanos; c) conquistar a soberania das ilhas em litígio com outros países asiáticos, unificando assim seu território e garantindo a livre circulação de recursos energéticos por via marinha; d) reconquistar a soberania do estreito de Taiwan; e) garantir a hegemonia regional frente aos Estados Unidos e recuperar o espaço perdido após as intervenções estrangeiras a partir do século XIX, constituindo-se assim, como um agente preponderante no cenário regional adquirindo maior influência nas negociações bilaterais e multilaterais do bloco asiático; f) continuar o caminho do desenvolvimento econômico, intelectual, tecnológico, e social e, ao mesmo tempo, garantir certa estabilidade doméstica na centralidade do Partido Comunista da China, e g) constituir

polos alternativos com o estabelecimento de novas organizações internacionais, não necessariamente com vistas apenas à criação de uma ordem multipolar, mas também para contornar os constrangimentos constantes das instituições existentes, garantindo assim, maior poder de operacionalidade nas iniciativas que envolvem também os demais países do globo que sustentam parcerias estratégicas com a China (SUTTER, 2016).

Por conta das “descobertas” realizadas por nossa investigação, faz-se necessário refletir acerca dos termos em que postulamos a hipótese original de nossa dissertação. Diante do risco em se cair numa nova guerra fria, partimos do pressuposto de que os Estados Unidos não se valeriam de estratégias econômicas, políticas, e militares explícitas para conter o avanço chinês rumo à hegemonia na Ásia. Em princípio, a estratégia de *tertius gaudens*, parecia ser mais adequada para evitar uma confrontação aberta. No entanto, tal como procuramos demonstrar no capítulo 3, está em curso a rápida edificação de estruturas militares norte-americanas no entorno da China, somadas às iniciativas de acordos econômicos regionais – não somente no contexto asiático, como o “Pivô Transatlântico” – que buscam excluir a China (e também a Rússia) e revitalizar a hegemonia norte-americana. Apesar de declarar outras intenções por meio de canais oficiais, esses empreendimentos tem o intuito claro de contenção chinesa também por via econômica e militar, mesmo que uma possível corrida armamentista na Ásia conflua para um cenário de Segunda Guerra Fria.

Mas essa estratégia não é isenta de riscos. Diferentemente da extinta União Soviética (cuja economia se encontrava em paralelo com a economia capitalista), o desenvolvimento chinês ocorreu dentro dos parâmetros da economia capitalista liderada pelos Estados Unidos. A China é parte importante da economia mundial, principalmente das estratégias empresariais das companhias multinacionais dos Estados Unidos. Qualquer atitude mais agressiva pode levar a economia mundial a um colapso de proporções imaginadas. Por outro lado, ciente de sua forte expansão material, a China pode hoje buscar um maior grau de autonomia nas decisões internacionais e uma relação em pé de igualdade com os Estados Unidos.

Nesse contexto, a disputa hegemônica, apesar de estar delineada pelo peso assumido por Estados Unidos e China na ordem mundial, é um tema que ainda trará muitos questionamentos e muitas reflexões. Da mesma maneira que o modelo ocidental não se mostrou “universal”, o modelo chinês é de difícil aplicabilidade fora de seu contexto cultural. A influência tecnológica e cultural dos Estados Unidos, por mais que as capacidades econômicas sejam relativamente declinantes, não dá mostra de exaustão. Há relativamente mais chineses estudando inglês do que norte-americanos estudando mandarim e, pelo perfil das modernas cidades chinesas, há muito mais a ocidentalização da paisagem, do que o

contrário. E, no entanto, a História se move no sentido ao Oriente, tal como postulou Giovanni Arrighi ao considerar que o capital encontraria na Ásia as condições para melhor se reproduzir.

Frente às considerações aqui levantadas, tem-se que o resultado dessa disputa hegemônica ainda não é certo, mas esta influenciará a ordem mundial hegemônica vigente a partir dos possíveis desdobramentos desse embate que, inicialmente, se concentra na região da Ásia-Pacífico, local onde a China busca afirmar-se novamente como uma grande potência.

REFERÊNCIAS

- AFP. Quadro comparativo das forças armadas de China, Estados Unidos, Rússia, Índia, Japão e Coreia do Sul. *AFP News Agency*, set. 2015. Disponível em: <<https://twitter.com/afp/status/639300244535054336?lang=pt&lang=pt>>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- AIT. Taiwan Relations Act. *American Institute in Taiwan*, 01 jan. 1979. Disponível em: <<https://www.ait.org.tw/en/taiwan-relations-act.html>>. Acesso em: 25 ago. 2016.
- ALLISON, G. *The Thucydides Trap: Are the U.S. and China Headed for War?* *The Atlantic*, 24 sep. 2015. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/international/archive/2015/09/united-states-china-war-thucydides-trap/406756/>>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- _____. *China, The US, and the Asia-Pacific*. Opening statement by Dr. Graham T. Allison before The United States Senate Committee On Armed Services at a hearing convened to discuss. Washington (DC). April 14, 2015. Disponível em: http://www.armed-services.senate.gov/imo/media/doc/Allison_04-14-15.pdf. Acesso em 21 set. 2016.
- ANDERSON, P. *Las Antinomias de Antonio Gramsci*. Estado y revolución en Occidente. Barcelona: Fontamara, 1981.
- _____. *A Política Externa Norte-Americana e seus Teóricos*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ARMSTRONG, S. Australia and the Future of the Trans –Pacific Partnership Agreement. *Eaber Working Paper Series*, Beijing, n.71, 2011. Disponível em: <<http://www.eaber.org/sites/default/files/documents/EABER%20Working%20Paper%20no.%2071.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2013.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- _____. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AUSTRALIAN GOVERNMENT. Background to the Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP) Initiative. *Australian Government*, 2012. Disponível em: <<http://www.dfat.gov.au/fta/rcep/rcep-background-paper-background.html>>. Acesso em: 28 dez. 2012.
- AVILA, A. L. História e Destino: A Frontier Thesis de Frederick Jackson Turner. *Revista Cena Internacional*, Brasília, v. 7, n. 1, p. 151-169, 2005.
- BAKER, P. Bush Signs India Nuclear Law. *The Washington Post*, 18 dec. 2006. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-content/article/2006/12/18/AR2006121800233.html>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

BARRY, B.; COX, M. China and the US: Comparable Cases of 'Peaceful Rise'? *The Chinese Journal of International Politics*, Oxford, v. 6, n. 4, p. 109-132, Feb. 2013. Disponível em: <<http://cjp.oxfordjournals.org/content/6/2/109.full.pdf+html>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

BBC NEWS. Why is the South China Sea contentious? *BBC*, 12 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-13748349>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BHAGWATI, J. America's Threat to Trans-Pacific Trade. *Project Syndicate*, Prague, 2011. Disponível em: <<http://www.project-syndicate.org/commentary/america-s-threat-to-trans-pacific-trade>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

BRAUDEL, F. *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1969.

_____. *Civilização Material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 3 v.

BRECHT, B. *Poemas 1913-1956*. 7 ed. São Paulo: Editora 34, 2012. 360 p.

BRENNER, R. *O Boom e a Bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRZEZINSKI, Z. *Strategic Vision*. New York: Basic Books, 2012.

BRUNET, A.; GUICHARD, J. P. *O Objetivo Hegemônico da China: O Imperialismo Económico*. Coimbra: Actual Editora, 2012.

BONDAZ, A.; GODEMENT, F. Explaining China's Foreign Policy Reset. *European Council on Foreign Relations (ECFR) / China Centre*. Apr. 2015. Disponível em: <http://www.ecfr.eu/publications/summary/explaining_chinas_foreign_policy_reset3001>. Acesso em: 12 jun. 2015.

BUSH, R. C. The United States and China: A G-2 in the Making? *Brookings Institutions*, 11 oct. 2011. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/articles/the-united-states-and-china-a-g-2-in-the-making/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CALLAHAN, W. A. Chinese Visions of World Order: Post-hegemonic or a New Hegemony? *International Studies Review*, n. 10, p. 749-761, 2008. Disponível em: <<http://williamacallahan.com/wp-content/uploads/2010/10/Callahan-TX-ISR-08.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

CFR. China's Maritime Disputes. *Council on Foreign Relations*, feb. 2016. Disponível em: <<http://www.cfr.org/asia-and-pacific/chinas-maritime-disputes/p31345#1/p31345>>. Acesso em: 28 oct. 2016.

CHINA DAILY. China, US hold first strategic dialogue (Xinhua). *China Daily*, 01 aug. 2005. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2005-08/01/content_465318.htm>. Acesso em: 19 out. 2016.

_____. No decision on US missile deployment: S Korea. *China Daily Asia*, 05 sep. 2014. Disponível em: <http://www.chinadailyasia.com/asia/2014-09/05/content_15163798.html>. Acesso em: 04 nov. 2016.

_____. Full text: China's Military Strategy. *China Daily*, 26 may 2015. Disponível em: <http://m.chinadaily.com.cn/en/2015-05/26/content_20820628.htm>. Acesso em: 24 jun. 2015.

CHINA. ORG. CN. China's Peaceful Development Road. *Information Office of the State Council of the People's Republic of China*, 12 dec. 2005. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/features/book/152684.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

CLINTON, H. America's Pacific Century. *Foreign Policy*, Washington DC, 2011. Disponível em: <<http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas-pacific-century>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

COHEN, W. I. *America's Response to China: An Interpretative History of Sino-American Relations*. 1 ed. New York: John Wiley & Sons, 1971.

COX, R. W. Gramsci, hegemony and internacional relations: an essay in method. In: GILL, Stephen (ed.). *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 49-66.

_____. Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory. In: COX, R. W.; SINCLAIR, T. J. (Orgs.). *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 85-123.

DE CASTRO, R. C. Clashing american images of an emergent China and 21st –Century China – ASEAN Relations: 2001-2008. *International Journal of Studies China*, Manila, v. 2, n. 3, p. 601-623, 2011.

DENG, Z.; ZHENG, Y. China reshapes the world economy. In: WANG, G.; ZHENG, Y. (orgs.). *China and the New International Order*, New York: Routledge, 2008.

ELEK, A. US Commits to ASEAN Integration. *East Asia Forum*, Canberra, 2012. Disponível em: <<http://www.eastasiaforum.org/2012/11/25/us-commits-to-asean-integration/>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

ENGLISH. GOV. CN. China's Peaceful Development. *The People's Republic of China*, Beijing, 2001. Disponível em: <http://english.gov.cn/official/2011-09/06/content_1941354.htm>. Acesso em: 12 dez. 2013.

FAIRBANK, J. K. ; GOLDMAN, M. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

FARIA, L. A. E. O valor do conceito de hegemonia para as relações internacionais. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 2, n.3, jan./jul. 2013. p. 209-232.

FAS (FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS). *A National Security Strategy for a New Century*. Washington DC, 1997. Disponível em: <<http://www.fas.org/man/docs/strategy97.htm>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

_____. *The Issue of South China Sea*. Washington DC, 2000. Disponível em: <<http://www.fas.org/news/china/2000/china-000600.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

FENG, H. *Chinese Strategic Culture and Foreign Policy Decision-Making: Confucianism, leadership and war*. Abingdon: Routledge, 2007.

FERGUSON, I.; VAUGHN, B. The Trans-Pacific Partnership Agreement. *Congressional Research Service*, Washington DC, Dec. 2011. Disponível em: <<https://www.fas.org/sgp/crs/row/R40502.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2012.

FRIEDBERG, A. L. *A Contest For Supremacy: China, America, and the Struggle for Mastery in Asia*. New York; London: W.W. Norton & Company, 2012.

_____. *Beyond Air-Sea Battle: The Debate Over US Military Strategy in Asia*. Abingdon; London: IISS/Routledge, 2014.

FIORI, J. L. *O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

FOOT, R. Estratégias chinesas em uma ordem global hegemônica: acomodação e hedging. In: HURREL, A. et al. *Os Brics e a ordem global*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009. p. 125-151.

FURTADO, D. A mão e a luva: a China Anti-reacionária e a Doutrina Nixon. *Estudos Históricos*, vol. 23, n. 46, July/Dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862010000200007>. Acesso em: 18 oct. 2015

GALEANO, E. H. *Os filhos dos dias*. 3 ed. Porto Alegre: L&PM, 2014. 432 p.

GARRET, G. G2 in G20: China, the United States and the World after the Global Financial Crisis. *Global Policy*, vol 1. Iss. 1, jan. 2010. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1758-5899.2009.00014.x/pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

GARVER, J. W. *China's Quest: The History of The Foreign Relations of the People's Republic of China*. New York: Oxford University Press, 2016.

GLASER, B. S.; MEDEIROS, E. S. The Changing Ecology of Foreign Polity-Making in China: The Ascension and Demise of the Theory of "Peaceful Rise". *The China Quarterly*, Cambridge, v. 190, p. 291-310, jun. 2007. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=1209440>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRUPPI, L. *Tudo começou com Maquiavel*. 14 ed. Porto Alegre: L&PM, 1996.

_____. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUOYOU, S.; WEN, J.Y. China's Free Trade Agreement Strategies. *The Washington Quarterly*, Washington, v. 35, n. 4, p. 107-119, 2012. Disponível em: <<http://csis.org/publication/twq-chinas-free-trade-agreement-strategies-fall-2012>>. Acesso em: 18 dez. 2012.

HENFIL, (Henrique de Souza Filho). *Henfil na China* (antes da Coca Cola). Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1980.

HOBBSAWM, E. J. *A Era das Revoluções, 1789-1848*. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOU, Q. Statement by the Government of the People's Republic of China on Establishing the East China Sea Air Defense Identification Zone. *Xinhuanet*, 23 nov. 2013. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-11/23/c_132911635.htm>. Acesso em: 06 jan. 2014.

HSU, C. The Spring and Autumn Period. In: LOEWE, M.; SHAUGHNESSY, E. L. (eds.). *The Cambridge History of Ancient China: From the Origins of Civilization to 221 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 545-586.

HU, A. Embracing China's "New Normal": Why the Economy Is Still on Track. *Foreign Affairs*. May/June. 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2015-04-20/embracing-chinas-new-normal>>. Acesso em: 01 set. 2016.

HUNG, M.; LIU, T.T. Sino-U.S. Strategic Competition in Southeast Asia: China's Rise and U.S. Foreign Policy Transformation since 9/11. *Political Perspectives*, Manchester, v. 5, n. 3, p. 96-119, 2011.

HURRELL, A. Pax Americana ou o Império da insegurança? *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 48, n. 2, p. 30-54, Jul./ Dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200002>. Acesso em: 10 dez. 2013.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. World Economic Outlook. *IMF*. World Economic Outlook Database, Oct. 2014. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/weodata/weorept.aspx?pr.x=69&pr.y=8&sy=1980&ey=2019&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&c=924%2C111&s=NGDP_RPCH%2CNGDPD%2CPPPGDP&grp=0&a=>>. Acesso em: 01 oct. 2016.

JACQUES, M. *When China Rules the World: The End of the Western World and the Birth of a New Global Order*. New York: The Penguin Press, 2009.

JOHNSON, Chalmers. *Blowback: os custos e as consequências do império americano*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

KAPLAN, R. While U.S. is distracted, China develops sea power. *Washington Post*, Washington DC, 2010. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/09/24/AR2010092404767.html>>. Acesso em: 12/02/2012.

KENNEDY, P. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KERRY, J. Remarks on a 21st Century Pacific Partnership. *U.S. Department of State*, 15 apr. 2013. Disponível em: <<http://www.state.gov/secretary/remarks/2013/04/207487.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

KEYNES, J. M. *As Consequências Econômicas da Paz*. Brasília: UnB/IPRI, 2002. (Coleção Clássicos IPRI)

KISSINGER, H. *Sobre a China*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011

_____. *Diplomacia*. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2007.

LAYNE, C. *The Peace of Illusion: American Grand Strategy from 1940 to the Present*; Ithaca; London: Cornell University Press, 2006.

LENG, C.C. China right to increase defense spending. *China Daily*, 11 mar. 2016. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/opinion/2016-03/11/content_23822921.htm>. Acesso em: 02 nov. 2016.

LI, H.; MA, L. *China Dream*. Anhui: Huangshan Publishing House, 2014.

LI, Y. US, China can adapt to each other. *Global Times*. 06 jul. 2016. Available at: <<http://www.globaltimes.cn/content/992539.shtml>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

LIN, Y. *Minha Terra e Meu Povo*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1939.

LIY, M. V. China desafia seus vizinhos com uma ‘grande muralha’ de ilhas artificiais. *El País*, abr. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/10/internacional/1428666875_884351.html>. Acesso em: 20 jul. 2015.

MANNING, R.; PRZYSTUP, J. What is China’s endgame? *East Asia Forum*, Canberra, 2013. Disponível em: <<http://www.eastasiaforum.org/2013/08/20/what-is-chinas-endgame/>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

MEDEIROS, E. S.; FRAVEL, T. China’s New Diplomacy. *Foreign Affairs*, nov/dec, 2003. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2003-11-01/chinas-new-diplomacy>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

MCCORMICK, T. J. *America’s Half-Century*. United States Foreign Policy in The Cold War and After. 2ed. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização - Declaração de e-Thekwini. *V Cúpula do BRICS*. Durban, 27 mar. 2013.

MONIZ BANDEIRA, L. A. A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MOYO, D. *O vencedor leva tudo: A corrida chinesa por recursos e seu significado para o mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

MURPHY, C. N. *Organização internacional e mudança industrial: governança global desde 1850*. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

OLIVEIRA, A. P. A reorientação estratégica dos EUA para a Ásia-Pacífico. *Política Externa*, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 143-156, Abr/Jun. 2013.

PANETTA, L. El reequilibrio de EEUU hacia El Pacífico. *El Pais*, Madrid, 03 jan. 2013. Disponível em: <http://elpais.com/elpais/2013/01/03/opinion/1357220050_506460.html>. Acesso em: 10 jan. 2013.

PARAMESWARAN, P. America's New Maritime Security Initiative for Southeast Asia, *The Diplomat*, 02 apr. 2016. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2016/04/americas-new-maritime-security-initiative-for-southeast-asia/>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

PATTON, M. China's Economy Will Overtake The U.S. in 2018. *Forbes*, 29 Apr. 2016. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/mikepatton/2016/04/29/global-economic-news-china-will-surpass-the-u-s-in-2018/#24bcf669474b>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

PECEQUILO, C. S. As Grandes Estratégias dos Estados Unidos (1989/2010). IBRI/Meridiano 47, Brasília, n. 47, Jul. 2010. Disponível em: <<http://www.ibri-rbpi.org/?p=2575>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

_____. Os Estados Unidos e o século XXI. 1 ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2012.

PEYREFITTE, A. *O império imóvel*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 1997.

PINTO, E. C. O eixo Sino-Americano e as Transformações do Sistema Mundial: Tensões e Complementaridades Comerciais, Produtivas e Financeiras, In: PINTO, E. C., LEÃO, R. P. F.; ACIOLY, L. (Orgs.). *A China na Nova Configuração Global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: Ipea, 2011. p. 19-77. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_achinaglobal.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

PIRES, M. C. Desenvolvimento Pacífico Chinês frente à estratégia de “um século americano no Pacífico”. *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, v. 2, n. 3, p. 463-482, set/dez. 2013. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/3387>>. Acesso em: 23 dez. 2013.

RAND CORPORATION. Project Air Force: An Interactive Look at the US-China Military Scorecard. *Rand*, sep. 2015. Disponível em: <<http://www.rand.org/paf/projects/us-china-scorecard.html>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

RAJENDRAN, G. Giri Rajendran: Russia and China drive global defence-spending increases in 2015. *The International Institute for Strategic Studies (IISS)*, 09 feb. 2016. Disponível em: <<https://www.iiiss.org/en/militarybalanceblog/blogsections/2016-629e/february-f0ed/russia-and-china-drive-global-defence-spending-increases-in-2015-8631>>. Acesso em: 10 out. 2016.

RESENDE, E. Uma Análise da Doutrina Bush no Décimo Aniversário do Onze de Setembro. *Textos & Debates*, Boa Vista, v.1, n. 18, p. 7-18, 2012. Disponível em: <<http://revista.ufr.br/index.php/textosedebates/article/view/1167>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SHAMBAUGH, D. *China Goes Global: the partial power*. New York: Oxford University Press, 2013.

SIIS Project Team. *China's Diplomacy: Global Strategy (2013-2023)*, Shanghai: Shanghai Institutes for International Studies, 2013.

SILVER, B.; ARRIGHI, G. O fim do longo século XX. In: VIEIRA, P. A.; VIEIRA, R. L.; FILOMENO, F. A. (Orgs.). *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 77-96.

SINEDINO, G. *Os Analectos/ Confúcio*. 1ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SIPRI. The United States leads upward trend in arms exports, Asian and Gulf states arms imports up, says SIPRI, *Stockholm International Peace Research Institute* (Sipri). [online] 16 mar, 2015. Disponível em: <<https://www.sipri.org/media/press-release/2015/united-states-leads-upward-trend-arms-exports-asian-and-gulf-states-arms-imports-says-sipri>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

SPENCE, J. D. *Em busca da China Moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SPYKMAN, N. J. *America's Strategy in World Politics: the United States and the balance of power*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2008.

STEPHANSON, A. *Manifest Destiny: American expansionism and the empire of right*. 1ed. New York: Hill and Wang, 1995.

STIGLITZ, J. *Os exuberantes anos 90: Uma nova interpretação da década mais próspera da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

STRATFOR. China's Long March Into Central Asia. *Stratfor*, 27 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/sample/analysis/chinas-long-march-central-asia?amp%3Buuid=62381f86-9f8d-4438-86ac-27628bd0d52d&id=%2A%7CLIST%3AUID%7C%2A>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

SUETTINGER, R. L. The Rise and Descent of "Peaceful Rise". *China Leadership Monitor*, Stanford, n. 12, Oct. 2004. Disponível em: <<http://www.hoover.org/publications/china-leadership-monitor/article/7739>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

SUTTER, R. G. *Chinese Foreign Relations: power and policy since the Cold War*. 4 ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2016.

SWAINE, M. D. Xi Jinping's Address to the Central Conference on Work Relating to Foreign Affairs: Assessing and Advancing Major-Power Diplomacy with Chinese Characteristics. *China Leadership Monitor*, n. 46, Mar. 2015. Disponível em: <<http://www.hoover.org/publications/china-leadership-monitor/spring-2015-issue-46>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

SUZUKI, C. et al. China: Qing Society. In: *Encyclopaedia Britannica*. [online]. Disponível em: <<https://global.britannica.com/place/China/Education#toc71022>>. Acesso em: 05 oct. 2016.

TAYLOR, A. Chart: U.S. defense spending still dwarfs the rest of the world. *The Washington Post*, 11 feb. 2015. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/02/11/chart-u-s-defense-spending-still-dwarfs-the-rest-of-the-world/?utm_term=.05a7cb1f4e46>. Acesso em: 04 nov. 2016.

THE ECONOMIST. Catching the eagle: Chinese and American GDP forecasts. *The Economist*, 22 aug. 2014. Disponível em: <<http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2014/08/chinese-and-american-gdp-forecasts>>. Acesso em: 20 ago. 2016

_____. Our bulldozers, our rules. *The Economist*, 02 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/21701505/>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy. *The White House*, may, 2010. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2013.

_____. Fact Sheet: The U.S.–ASEAN Expanded Economic Engagement (E3) Initiative. *The White House*, 19 nov. 2012. Disponível em: <www.whitehouse.gov/the-press-office/2012/11/19/fact-sheet-us-asean-expanded-economic-engagement-e3-initiative>. Acesso em: 12 nov. 2012.

_____. Fact Sheet: US-ASEAN Economic Engagement. The White House, 21 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2015/11/21/fact-sheet-us-asean-economic-engagement>>. Acesso em: 31 oct. 2016.

_____. Fact Sheet: The 2015 National Security Strategy. The White House, 06 feb. 2015. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2015/02/06/fact-sheet-2015-national-security-strategy>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

TODD, E. *Após o Império: ensaio sobre a decomposição do sistema americano*. Lisboa: Edições 70, 2002.

UNITED STATES SENATE. Constitution of the United States. *United States Senate*, 1994. Disponível em: <http://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm>. Acesso em: 10 out. 2015.

USAID. *USAID Cooperation with the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN)*. Washington DC, 2013. Disponível em: <<http://www.usaid.gov/news-information/fact-sheets/usaid-cooperation-association-southeast-asian-nations-asean>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

US DEPARTMENT OF STATE. Southeast Asia Maritime Law Enforcement Initiative. *U.S. Department of State*, 10 apr. 2015. Disponível em: <<http://m.state.gov/md240798.htm>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

_____. The US-ASEAN Expanded Economic Engagement (E3) Initiative. *U.S. Department of State*, 09 oct. 2013. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2013/10/215235.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

USTR. Trans-Pacific Partnership Announcement. *Office of the United States Trade Representative*. Washington DC, 2009. Disponível em: <<http://www.ustr.gov/about-us/press-office/press-releases/2009/december/trans-pacific-partnership-announcement>>. Acesso em: 22 dez. 2012.

_____. Outlines of the Trans-Pacific Partnership Agreement. *Office of the United States Trade Representative*. Washington DC, 2011. Disponível em: <<http://www.ustr.gov/about-us/press-office/fact-sheets/2011/november/outlines-trans-pacific-partnership-agreement>>. Acesso em 22 dez. 2012.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F. ; MARIANO, M. P. Origens dos Instrumentos de Formulação da Política Comercial Norte-Americana. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, n. 20, p. 43-54, jun. 2003.

VISENTINI, P. F. et al. O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 51, p. 57-79, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/137>>. Acesso em: 13 jan. 2016.
VIZENTINI, P.; WIESEBRON, M. (orgs.) *Neohegemonia Americana ou multipolaridade? Polos de poder e sistema internacional*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 240 p.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e Civilização capitalista*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

_____. Análisis de Sistemas-Mundo. *UNAM*, Observatório Latinoamericano de Geopolítica, México, 2006. Disponível em: <http://geopolitica.iiec.unam.mx/sites/geopolitica.iiec.unam.mx/files/analisis_de_sistemas_wallerstein_0.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2015.

WANG, H. H. *The Chinese Dream: The Rise of the World's Largest Middle Class and What it Means to You*. Oakland: Berret-Koehler Publishers, 2010.

WANG, J. China's Search for a Grand Strategy. *Foreign Affairs*, 20 feb. 2011. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2011-02-20/chinas-search-grand-strategy>>. Acesso em: 10 apr. 2015.

- WANG, Y.; PAULY, L. Chinese IPE debates on (American) hegemony. *Review of International Political Economy*, Toronto, v. 20, n. 6, p. 1-24, Mar. 2013. Disponível em: <[http://munkschool.utoronto.ca/pauly/selected_publications/Chinese%20IPE%20Debates%20on%20\(American\)%20Hegemony.pdf](http://munkschool.utoronto.ca/pauly/selected_publications/Chinese%20IPE%20Debates%20on%20(American)%20Hegemony.pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2014.
- WANG, Y. The myth of Chinese exceptionalism. *Foreign Policy*, 06 Mar. 2012. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2012/03/06/the-myth-of-chinese-exceptionalism/?wp_login_redirect=0>. Acesso em: 17 apr. 2016.
- WEN, J. Turning Your Eyes to China – Speech by Premier Wen Jiabao at Harvard University. 10 dec. 2003. *Permanent Mission of the People's Republic of China to the UN*. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/ce/ceun/eng/zt/wfm/t56090.htm>>. Acesso em: 17 apr. 2016
- WHITE, H. US as first among equals not good enough for China. *East Asia Forum*, Canberra, 2013. Disponível em: <<http://www.eastasiaforum.org/2013/08/27/us-as-first-among-equals-not-good-enough-for-china/>>. Acesso em: 23 dez. 2013.
- WILFORD, H. *The mighty wurlitzer: how the CIA played America*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2008.
- WILLIAMS, R. *Palabras Clave. Un Vocabulário de La Cultura Y La Sociedad*. 1ed. 1. Reimp. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003. 336 p.
- WILLIAMS, W. A. *Empire as a way of life*. New York: Ig Publishing, 2007.
- WONG, E. China Quietly Extends Footprints Into Central Asia. *The New York Times*, 02 jan. 2011. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/01/03/world/asia/03china.html?_r=0>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- WONG, L. F. China-ASEAN and Japan-ASEAN relations during de the Cold War Era. *The Chinese Journal of International Politics*, Oxford, v. 1, n. 3, p. 373-404, 2007. Disponível em: <<http://cjpj.oxfordjournals.org/content/1/3/373.full>>. Acesso em: 05 dez. 2012.
- XINHUA. Full text of Constitution of Communist Party of China. News of The Communist Party of China. *Xinhua*, mar. 2013. Disponível em: <<http://english.cpc.people.com.cn/206972/206981/8188065.html>>. Acesso em: 18 apr. 2016.
- _____. Xi eyes more enabling int'l environment for China's peaceful development, *Xinhuanet*, [online] 30 nov. 2014. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-11/30/c_133822694.htm>. Acesso em: 18 jul. 2015
- XU, K. Early Confucian Principles: the Potential Theoretic Foundation of Democracy in Modern China. *Asian Philosophy*, n.16, v. 2, p. 135-148, 2006. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09552360600772793?journalCode=casp20#.VxaoMvkrLIU>> Acesso em: 10 feb. 2016.

YAMEI, W. Chinese President meets deputies for military meetings, *Xinhuanet*, 06 dec. 2011. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/2011-12/06/c_131291648.htm>. Acesso em: 12 nov. 2012.

YAN, X. *Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

ZHAO, S. Construindo um novo modelo de relações entre grandes potências e a concorrência entre China e EUA na Ásia Pacífico. *Política Externa*, vol. 23, n.2, out/nov/dec, 2014. Disponível em:< <http://politicaexterna.com.br/2601/construindo-um-novo-modelo-de-relacoes-entre-grandes-potencias-e-concorrencia-entre-china-e-eua-na-asia-pacifico/>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

ZHAO, T. Rethinking Empire from a Chinese Concept ‘All-under-Heaven’ (Tianxia). *Social Identities*, vol. 12, n. 1, p. 29-41, Jan. 2006. Disponível em <<http://www.ou.edu/uschina/texts/Zhao.2006.SI.Tianxia.pdf>>. Acesso em: 17 apr. 2016.

ZHENG, B. China’s Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian 1997- 2004. *Brookings*, Washington DC, 2005. Disponível em: <<http://www.brookings.edu/fp/events/20050616bijianlunch.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2013.